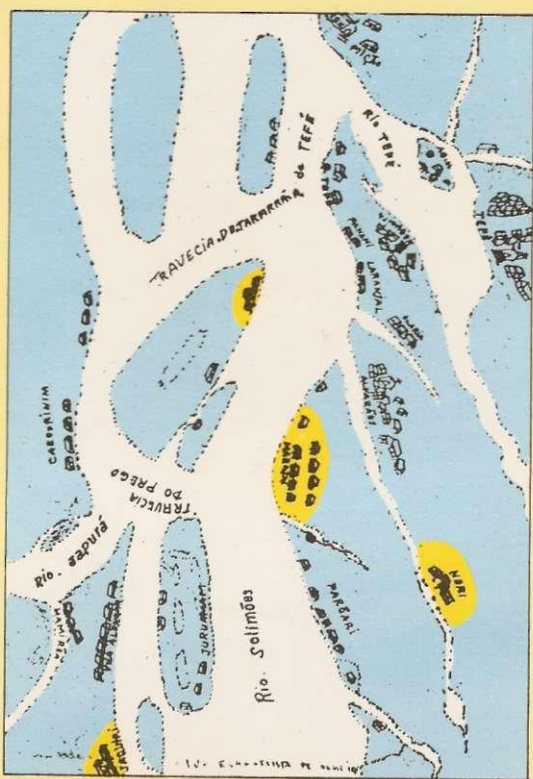


6
**TERRA
LIVRE**

TERRITÓRIO E CIDADANIA

DA LUTA PELA TERRA AO DIREITO A VIDA



TERRITÓRIO E CIDADANIA
Da luta pela terra ao direito à vida

Capa de Jorge Cassol com desenho de Ivo Evangelista de Almeida, ribeirinho da área indígena Mayorúna do Marajá, médio Solimões, município de Alvarães, Amazonas.

Copyright © 1988 by AGB

Terra Livre é uma publicação semestral da AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros, em co-edição com a Editora Marco Zero Ltda., Rua Inácio Pereira da Rocha, 273 - Pinheiros - São Paulo, CEP 05432, tel.: 815-0093.

Terra Livre conta com auxílio do CNPq/FINEP. Este número 6 foi publicado em agosto de 1989.

TERRA LIVRE 6

TERRITÓRIO E CIDADANIA
Da lua pela terra ao direito à vida

Ailton Krenak
Ruy Moreira
Regina Sader
Priscila Faulhaber
Luiz Carlos Tarelho
Bernadete de Castro Oliveira
Ycarim Melgaço Barbosa

Editora Marco Zero
Associação dos Geógrafos Brasileiros

Terra Livre 6
ISSN 0102-8030

TERRA LIVRE é uma publicação semestral da AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros.

Qualquer correspondência pode ser enviada para a AGB - Nacional (a/c Coordenação de Publicação):
Avenida Professor Lineu Prestes, 338 - Edifício Geografia e História - Caixa Postal 64.525 - Cidade Universitária - CEP 05497 - São Paulo - SP - Brasil. Telefone: (011) 210-2122 - ramal 637.

Editor responsável:
Bernardo Mançano Fernandes

Conselho Editorial:
Aldo Paviani
Ariovaldo Umbelino de Oliveira
Armen Mamigonian
Aziz Nacib Ab'Sáber
Beatriz Soares Pontes
Carlos Walter P. Gonçalves
Gil Sodero de Toledo
Heinz Dieter Heidemann
Horieste Gomes
José Pereira de Queiroz Neto
José Borzaquiello da Silva
José Willian Vesentini
Lylian Coltrinari
Manoel F. G. Seabra
Manuel Correia de Andrade
Maria Lúcia Estrada
Márcia Spyer Resende
Milton Santos
Nelson Rego
Pasquale Petrone
Ruy Moreira
Samuel do Carmo Lima
Sílvio Bray
Tomoko Iyda Paganelli

SUMÁRIO

Apresentação 7

Tradição Indígena e Ocupação Sustentável da Floresta 9
Ailton Krenak

A Marcha do Capitalismo e a Essência Econômica da Questão Agrária no Brasil 19
Ruy Moreira

Migração e Violência - O Caso da Pré-Amazônia Maranhense 65
Regina Sader

A Terceira Margem - índios e Ribeirinhos do Solimões 77
Priscila Faulhaber

O Movimento SemTerra de Sumaré. Espaço de Conscientização e de Lula pela Posse de Terra 93
Luiz Carlos Tarelho

Reforma Agrária para Quem? Discutindo o Campo no Estado de São Paulo 105
Bernadete de Castro Oliveira

O Movimento Camponês de Trombas e Formoso 115
Ycarim Melgaço Barbosa

Apresentação

"Vivemos um momento crítico. Um momento que clama por lucidez, criatividade e imaginação. De todos os lados, à direita e à esquerda, avalia-se que vivemos uma intensa crise no plano econômico, no plano jurídico-político, no plano dos valores e das normas, da arte e da cultura. A ciência, cada vez mais transformada em força produtiva, encontra-se com a necessidade de repensar os seus fundamentos epistemológicos e metodológicos, enfim, sua relação com a filosofia.

Há, indiscutivelmente, uma ideologia da crise. Nela, as contradições e os conflitos do mundo moderno aparecem numa perspectiva apocalíptica. E o fim do mundo! Para o pensar - agir conservador a crise de valores é o prenúncio do caos e da desordem, já que não se apercebe que o que está em crise é a sua ordem de dominação".

Carlos W. P. Gonçalves

"Os (Des) Caminhos do Meio Ambiente"

A reunião destes textos foi de certa forma proposital, sugere (re)pensar o TERRITÓRIO E A CIDADANIA através de contribuições de pesquisadores de diversas áreas das Ciências Humanas. As contribuições aqui reunidas, de um índio, duas antropólogas, um psicólogo, uma geógrafa e dois geógrafos, formam na prática uma relação multidisciplinar onde o território e a cidadania são o objetivo principal de estudo. Se por um lado um texto apresenta o avanço das formas de luta a nível da consciência, outro texto dá relevância ao avanço desta luta sobre o território abicando assim na compreensão do direito à vida na luta pela terra. Outros textos ainda estudam as possíveis superações das interdependências a partir de novas propostas pensadas e criadas, onde as idéias modificam as estruturas como forma de avanço para a superação racional da ordem de dominação.

Desde o assassinato de Chico Mendes, a Amazônia tem sido palco de debates em todos os setores da sociedade e em escala mundial. O Governo Federal apresenta o programa "Nossa Natureza", sob a égide de um protecionismo desavisado. As Nações indígenas, em sua organização, procuram sobreviver às estradas, barragens e outros projetos. A BR 364 e as usinas hidrelétricas, inclusive a ex-Kararaô, são citadas como meios de desagregação e/ou destruição das comunidades amazônicas. A grilagem de terras, prática constante nas terras do Brasil, gerando violência, expulsão e migração e, por conseqüência, gerando a lula popular e a re-volta para a terra, estudada através do processo de conscientização de grupos que criam o agir, a ação própria e o avanço da luta na reconquista do direito de ser CIDADÃO.

Estes fatos, estudados de diversos pontos de vista pela sua própria natureza, são desenvolvidos de maneira que, mesmo sem os seus autores terem conhecimento dos outros textos que viriam a compor esta revista, se entrecruzam formando quase que um estudo homogêneo das situações existentes no campo, tanto no passado, quanto no presente. Em sua expansão apresentam a proximidade entre os estudos que, embora sejam de áreas científicas diferentes, corroboram que a explicação dos fatos não se dá separadamente.

Assim como as lutas no campo criam e recriam condições de sobrevivência, com ou sem Reforma Agrária, com ou sem as realizações dos projetos dos Povos da Floresta, e é através de suas diversidades e pelas suas necessidades que seringueiros e índios se unem contra o avanço do latifúndio, é assim que os Sem Terra buscam novas formas de organização para superar o lumiar do novo-velho poder.

Para nós, geógrafos, este número da TERRA LIVRE realiza, mais uma vez, o nosso objetivo de "extravasar os muros da comunidade geográfica", por que "o que os seres humanos têm de igual é a sua diferença. É no plano da pólis, isto é, da política que haveremos de instituir condições iguais para que as individualidades floresçam. A autonomia de cada ser humano se desenvolve no seio da sociedade, portanto, todos devem ser igualmente livres para estabelecer as regras, as normas, as leis. Não foi a Biologia quem distinguiu homens para pensar, planejar e decidir e homens para fazer. Foi o terreno movediço, tenso e contraditório da História que os instituiu assim. E a História não é o passado. Ela se dá aqui e agora e cabe a cada um de nós decidir seus (nossos) destinos." (idem, Carlos W. P. Gonçalves)

Bernardo Mançano Fernandes

Tradição Indígena e Ocupação Sustentável da Floresta

Ailton Krenak*

Enquanto a BR 364 cortava o seu traçado entre Cuiabá, no Mato Grosso, e Porto Velho, Rondônia, uma grande região preservada da Amazônia tremia ante a fúria das máquinas empreendedoras.

Ao longe, lá nas margens do Roosevelt, o belo rio que atravessa o território dos nossos parentes Cinta-Larga, as grandes malocas pontuavam a ocupação tradicional de um povo da floresta. Mais para o sul, um outro extenso território, habitat do povo Suruí, acolhia a nação Paiter, já há alguns milhares de anos.

Estamos hoje a apenas 20 anos desta saga amazônica que, a pretexto de levar o desenvolvimento aos mais distantes rincões da nossa pátria, dilacerou uma das mais belas regiões do planeta: Rondônia - aquela região que arde aos olhos do mundo.

Em outubro de 1988, conversando com um amigo, diretor do Instituto Estadual de Florestas da Rondônia, ouvi a afirmação de que as últimas ilhas de cobertura vegetal nativa restantes naquela vasta região hoje estavam limitadas às pequenas áreas indígenas Suruí, Cinta-Larga e Gavião, cercadas de todos os lados por madeireiras famintas e pastagens vorazes.

Agora, vamos ali na aldeia Suruí, vamos ver o que está acontecendo lá dentro.

Pois é. Antes mesmo de ser demarcada, esta área indígena já estava retalhada no seu limite leste pelas "linhas" de colonização do INCRA - que, ignorando o lugar que pisava, distribuía títulos até no espaço. Diante dos conflitos envolvendo colonos e o povo Suruí, a velha e corrupta

FUNAI decidiu pelo reconhecimento do direito histórico desse povo a um pedaço de terra, hoje demarcada como área indígena Suruí. Só que tem um problema, os colonos deixaram sua herança: a terra agredida pela devastação e suas lavouras de café, pastagens que a FUNAI resolveu ampliar e incentivar o povo Suruí a manter.

Hoje, o povo Suruí tem uma boa dor de cabeça. Claro que só os que sobreviveram, porque 60% da população foi dizimada por surtos de doenças levadas pelo 'progresso' e pelos conflitos armados em que foram metidos. Alguns sobreviveram até mesmo ao projeto POLO-NOROESTE, aquele financiado pelo Banco Mundial, para o asfaltamento da BR 364.

Este recente episódio da nossa história moderna poderia ser acompanhado de uma centena de outros na mesma linha, com conseqüências tão graves quanto as aqui relatadas, mas o que queremos mostrar é o cenário de uma outra história, da luta e resposta que as comunidades indígenas têm dado à ameaça que pesa contra a natureza e nossa vida mesma.

Como assegurar regiões preservadas e garantir uma economia sustentável para nossas comunidades, diante da barbárie do progresso?

O que fazer com regiões tradicionais que foram agredidas ao ponto do grave comprometimento dos ecossistemas?

Vamos dar uma olhada no passado recente?

Histórico

Nos últimos anos, as 180 tribos indígenas brasileiras, localizadas em várias regiões do país, têm mantido uma grande campanha pela demarcação de seus territórios como forma de assegurar essas últimas regiões que ainda nos restam.

No entanto, o governo, através da FUNAI - Fundação Nacional do índio -, além de retardar este processo de reconhecimento e demarcação de nossas terras, tem demonstrado total incapacidade na definição de uma política indigenista capaz de assegurar aquelas áreas já demarcadas, e mesmo de apoiar iniciativas das comunidades no sentido de preservá-las ante o assédio das empresas madeireiras, mineradoras, garimpeiros e outras práticas predatórias.

Diante desse quadro, as comunidades indígenas vêm sendo submetidas a um intenso processo de dependência econômica, perda de seus recursos naturais, fauna e flora e, conseqüentemente, perda da qualidade de vida, antes assegurada por um habitat natural e base de uma economia sustentável, capaz de responder a todas as necessidades de cada tribo.

A degradação dessas áreas e o comprometimento desses habitats exigem mais do que a simples aplicação do conhecimento tradicional na sua recuperação. Implicando numa atualização tecnológica que nos possibilite dar uma resposta ágil e proporcional à intensidade com que são feitas as agressões.

Vida em Desequilíbrio

Dessas 180 tribos remanescentes no Brasil, mais de 30 grupos indígenas contam com apenas duas décadas de contato com a sociedade nacional, no entanto já tiveram sua vida bastante desequilibrada, como consequência do esvaziamento cultural e insistente negativa ao pleno respeito às suas tradições.

Neste breve tempo de convivência com a sociedade brasileira, tiveram suas práticas alimentares, sanitárias, arquitetura, e todo o acervo cultural violentamente agredido por um conhecimento técnico-científico que não tem admitido diálogo, impedindo qualquer troca de experiências. Esta impossibilidade de intercâmbio cultural tem um alto custo para nossas comunidades, além de sacrificar as últimas regiões naturais do país, sendo que entre estas se inclui a maior floresta tropical do planeta: a Amazônia.

Buscando o Diálogo

As comunidades indígenas, através de suas organizações, têm realizado o esforço de superação destas barreiras que nos impedem a apropriação de um conhecimento técnico científico, bem como a adaptação desse conhecimento a nossas práticas tradicionais voltadas para a defesa de nossos territórios, a partir de programas de formação de profissionais e capacitação de pessoal indígena em áreas específicas de interesse de cada comunidade. No entanto, o comprometimento das escolas, universidades, centros de formação técnico-científica com o modelo de ocupação e submetimento da Natureza não tem atendido a nossa expectativa, obrigando-nos à definição de um Programa Especial de Formação e Apoio a Pesquisas das Comunidades Indígenas, que se desenvolva em conjunto com as Universidades, preservando o pensamento indígena e que venha a equilibrar conhecimento científico com práticas tradicionais indígenas.



Nos limites da Reserva Indígena Xavante de Pimentel Barbosa, a perigosa proximidade das fazendas de criação de gado.

PROGRAMA ESPECIAL DE FORMAÇÃO

Especificidades

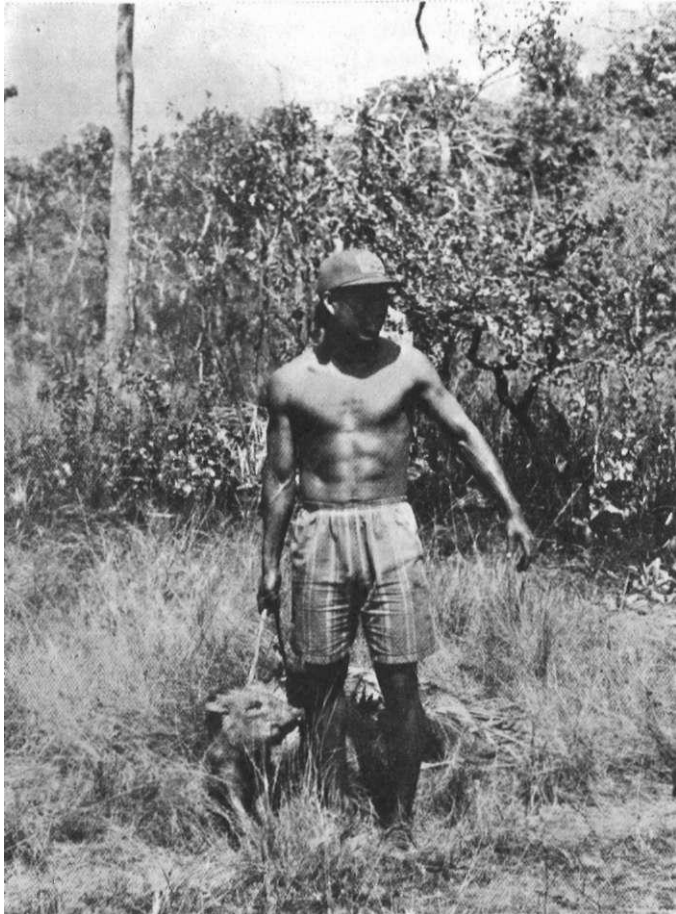
As características deste Programa de Formação, julgadas indispensáveis pelas comunidades indígenas, partem da urgência que temos em responder à grave realidade que atinge hoje grandes extensões do território nacional, tais como: desmatamento desordenado, atividade agrícola agressiva e predatória, empobrecimento das espécies nativas ameaçando inclusive o frágil equilíbrio do banco de germoplasma e alterando estruturas biológicas essenciais de vegetais e animais, muitos dos quais restritos ao conhecimento de nossas comunidades indígenas e de ocorrência também restrita a pequenas "ilhas" de cada região. O conhecimento desta especificidade de cada "nicho" ou habitat e a variedade de ambientes em que estão localizadas nossas reservas ou territórios, definiram a eleição das áreas de interesse inicial deste Programa, considerando três macro-regiões: Cerrado, Pré-Amazônia, Amazônia, como áreas de aplicação prática.

Macro-Região

Este Programa estará trabalhando com exemplos de cada macro-região, sendo uma reserva ou território indígena, a partir do envolvimento da comunidade local e da realidade específica, buscando influenciar a política pública do governo para as outras áreas indígenas desta e das outras macro-regiões e possibilitar o repasse deste mesmo conhecimento e prática para as populações regionais não-indígenas. A importância do repasse desses resultados fica ressaltada quando sabemos que somente o Cerrado corresponde a 24% do território nacional.

Comunidade Local

Cabe à comunidade local definir a área de atuação específica de seu interesse, resultando em projeto prático, a exemplo da recuperação de área degradada, com o replantio de espécies nativas - frutas, gramíneas e forrageiras - e a recomposição da fauna silvestre, em desenvolvimento desde 1987, em área piloto na região dos Cerrados, por este Programa.



No Cerrado, os Xavantes têm seu supermercado, farmácia, todo o abastecimento de suas necessidades básicas.

Intercâmbio

Cada Programa terá a participação direta das comunidades envolvidas através de bolsistas que estarão, ao mesmo tempo, buscando formação suplementar na Universidade e acompanhando o projeto de sua comunidade.

Formação Acadêmica

A pronta disposição da Universidade Católica de Goiás em acolher a proposta do Núcleo de Cultura da União das Nações Indígenas - UNI -, assegurando com isto vagas extraordinárias para o primeiro grupo de pessoas indígenas já no primeiro semestre de 1989, possibilitou-nos o detalhamento de programas adaptados para os cursos de Direito e Biologia.

Programa Adaptado

A origem dos candidatos a esse programa de formação questiona a aplicação do sistema de exame seletivo de vestibular como acesso à Universidade, na medida em que nossos candidatos não irão se constituir em parte do mercado geral de profissionais, mas estarão voltados estritamente para o atendimento da demanda de suas comunidades. Exige também a adaptação do currículo de cada curso escolhido na Universidade para o atendimento aos objetivos estabelecidos no Programa. Nesse sentido, a UCG assegurou 5 vagas para o curso de Biologia, a título de extensão universitária, e 5 vagas para o curso de Direito, a título de graduação universitária, habilitando para o pleno exercício da profissão de advogado.

As adaptações curriculares realizadas asseguram a especialização em áreas de interesse específico, bem como instâncias de apoio ao Programa, tais como:

- Acompanhamento extra-sala de aula
- Ciclo de Seminários (coordenação conjunta UCG/UNI)
- Intercâmbio de Conhecimentos Tradicional/Interdisciplinares
- Estágio vinculado a Projetos de Campo (orientação do Centro de Pesquisa)
- Acréscimo de disciplinas extra-curriculares



Na base da formação dos jovens está o conhecimento profundo de seu *habitat* e dos complementos ecossistemas-equilíbrio.

Estágio/Projeto de Campo

A viabilização dessa parte do Programa exigiu o estabelecimento de um Centro de Pesquisa Indígena localizado próximo à Universidade, na capital do Estado de Goiás, Goiânia, que estará coordenando, em conjunto com as organizações indígenas, o desenvolvimento de cada estágio do programa de formação, bem como a sua manutenção, administração e avaliação.

Acompanhamento do Programa

Tanto a aplicação plena do Programa, quanto o seu suporte técnico extra-acadêmico será realizado pelo Centro de Pesquisa Indígena, através de suas respectivas unidades apropriadas - *Centro de Convivência, Laboratórios de Análises e Pesquisa, Departamento de Tecnologia de Alimentos e Mercado e Centro Experimental.*

Para os estudantes do curso de Direito será mantido estágio coordenado pela UCG e UNI através do Núcleo de Direitos Indígenas.

CENTRO DE PESQUISA INDÍGENA

Estrutura

O Centro de Pesquisa Indígena, como base de apoio ao Programa de Formação, deverá assegurar a plena articulação entre as várias fases deste Programa com as ações concretas no plano das atividades de pesquisa e aplicação dos conhecimentos adquiridos, além de dar suporte para a implementação dos 'projetos-pilotos' que estarão se desenvolvendo em cada área de origem de um dos bolsistas, a exemplo do já mencionado "Projeto Jaburu", em aplicação desde 1987, na Aldeia Xavante de Pimentel Barbosa, Mato Grosso.

A implementação do Centro de Pesquisa Indígena em Goiânia, próximo à Universidade, nos levou a buscar um lugar que pudesse acolher tanto a infra-estrutura técnica para apoio às várias etapas do Centro de Convivência, onde estarão localizados os bolsistas deste Programa. A importância de podermos manter os Bolsistas/Estudantes em local

adequado e vinculado fisicamente com o espaço onde será instalada a instância de apoio técnico (áreas experimentais, laboratórios, equipamentos de beneficiar frutos), é propósito em todo o conceito deste Projeto, além de condição para o cumprimento das seguintes etapas:

- 1) Atendimento ao Programa Extra-Acadêmico para os Bolsistas
- 2) Assegurar local para estabelecimento das Áreas Experimentais
- 3) Prever local para instalação dos Equipamentos para Beneficiamento dos Frutos
- 4) Implantação de áreas de Cultivo Experimental para posterior adaptação nas aldeias
- 5) Instalação de áreas Experimentais para Criação de Animais Silvestres em regime de semiliberdade.

Todas estas atividades se constituem em parte do Programa de Formação e aplicação dos conhecimentos adquiridos, sendo que seu desenvolvimento possibilita o fechamento do Circuito Universidade-Centro de Pesquisa Indígena-Aldeias de Origem aqui representado:

- Universidade
- Centro de Pesquisa
- áreas experimentais
- laboratórios
- departamento de Tecnologia de Alimentos
- Aldeia/Área Indígena
- Região do Cerrado
- Região da Pré-Amazônia
- Região Amazônica

Esta é a maneira como está conceituado o Programa Especial de Formação. Por necessidade de uma apresentação formal do projeto chegamos a este desenho. Mas é claro que este não é o único desenho possível. Ele continua sendo sonhado pelos nossos pajés, corrigido pelos parentes - seus autores.

A Marcha do Capitalismo e a Essência Econômica da Questão Agrária no Brasil

Ruy Moreira*

A fonte principal de toda a estupidez de nossos municipalistas reside precisamente em que não compreendem a base econômica da transformação agrária burguesa da Rússia nas duas variedades possíveis dessa transformação: a latifundiária-burguesa e a camponesa-burguesa. Sem "limpar" o regime e as relações agrárias medievais, em parte feudais e em parte asiáticas, não pode sobreviver à transformação burguesa da agricultura, pois o capital deve - no sentido da necessidade econômica — criar para si um novo regime agrário adaptado às novas condições da agricultura mercantil livre. Essa "limpeza" dos restos medievais no terreno das relações agrárias em geral e do velho regime de posse da terra, em primeiro lugar, deve afetar principalmente as terras dos latifundiários e as terras comunitárias dos camponeses, pois que tanto uma como a outra dessas formas de propriedade da terra estão, no presente, adaptadas ao pagamento em trabalho, à herança da corvéia, e não à economia livre que se desenvolve à maneira capitalista.

Lênin
"O Programa Agrário"

Se de um lado podemos afirmar que o Plano de Reforma Agrária entrou em colapso, é necessário reconhecer que a principal forma de luta que o Movimento dos Sem-Terra incorporou às lutas dos trabalhadores nos últimos anos, as ocupações massivas, os acampamentos como forma de pressão sobre o Estado, encontram-se numa situação de impasse. Algumas cercas foram derrubadas. Mas não caiu com elas o Estado brasileiro.

Hamilton Pereira (Pedro Tierra)
"Levantados do Chão"

*Ruy Moreira é geógrafo, professor do Departamento de Geografia da UFF e PUC do Rio de Janeiro.

O mercado e o Estado capitalistas, eis dois dos parâmetros fundamentais sem cuja observância a análise da questão agrária fica solta no ar. Tal como no dito popular, se passamos pelo segundo, o que só vem com o confronto, ao instituir-se com a reforma agrária a propriedade privada da terra, qualquer forma da propriedade privada, não fugimos às artimanhas do segundo. Tem sido esta a fonte das agruras das revoluções quando passam ao momento da construção da nova sociedade socialista. É sobretudo este o dilema, para o campesinato e o proletariado urbano, quando se trata de qualquer das variedades de transformação agrária com a qual a história "limpe" o caminho para que se instale "a maneira capitalista" de desenvolvimento agrário.

Esta reflexão me veio à mente quando o assassinato de Chico Mendes tornou público o forte conteúdo socialista da proposta de *reserva florestal*. E mais ainda, quando este conteúdo ficou envolto na obscuridade ao chegar o movimento dos seringueiros de Xapuri-Brasiléia à consciência do proletariado urbano como uma pressão sobre o Estado de "sindicalistas-ecologistas" pela preservação do "maior pulmão verde do mundo". Se a mistificação do movimento ecologista, este "retorno a Ratzel" com sabor de farsa neo-populista, é previsível, a omissão das forças de esquerda, no esclarecimento do calor e direção que vêm seguindo as lulas camponesas aos trabalhadores da cidade, é estarrecedora.

A ESSÊNCIA ECONÔMICA DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

Xapuri localiza-se no limite ocidental da linha da "fronteira agrícola", no Estado do Acre, onde à colonização privada, tipicamente especulativa com terras, se soma a chegada da representação espacial mais típica da incorporação de terras ao circuito mercantil capitalista: a estrada (BR-364). No momento do assassinato de Chico Mendes, polemiza-se sobre o asfaltamento do trecho que liga Rio Branco a Cruzeiro do Sul e sua interligação à rede rodoviária peruana de modo a que os centros de produção madeireira da região amazônica e de produção de grãos do planalto central tenham acesso aos mercados asiáticos orientais, via Oceano Pacífico. No fundo da polêmica está o confronto americano-japonês, ressonado pelo BIRD (Banco Mundial), avalista da dívida externa brasileira em substituição ao FMI e dos principais organismos internacionais de financiamento da "pesquisa e preservação ecológica" no

país, como "ameaça ao equilíbrio ambiental da Amazônia", com amplificação pelo movimento ecológico nacional e internacional.

Envolvendo o conflito de terras entre seringueiros de Xapuri-Brasília e o latifúndio moderno, que desde a década passada chega à Amazônia substituindo a floresta por pasto e expropriando pela violência armada a terra a seus ocupantes tradicionais (posseiros, seringueiros e índios, estes dois últimos os "povos da floresta"), o assassinato de Chico Mendes rapidamente internacionaliza a polêmica, ficando ocultadas sob a ressonância da mistificação ecológica a disputa inter-imperialista e o alastramento da guerra camponesa em toda extensão da linha da "fronteira" agrícola amazônica.

Ocorre que aqui o modelo redistributivo de terras, preconizado como caminho de reforma agrária por todas as forças de esquerda, cedo mostrou-se inadequado para os próprios seringueiros. Logo evidenciou-se que a divisão pura e simples da terra, implicando com a sua repartição também a das árvores da borracha, levaria, dado a sua grande dispersão territorial, cada nova pequena propriedade a tornar-se improdutivo (estamos numa economia puramente extrativa: quantas árvores ficariam em cada propriedade com a repartição?). Daí a saída óbvia: o *uso coletivo* da terra. O Estado expropriaria a terra e a repassaria ao usufruto dos seringueiros pelo prazo de 30 (trinta) anos, na mais clássica solução leninista de reforma agrária (afinal, Chico Mendes teve sua educação política com um velho leninista refugiado nas malas da Amazônia), que a vê passando primeiro pela mais radical forma de revolução agrária burguesa, a que extingue o pagamento da renda absoluta extinguindo a propriedade privada da terra (vide "O Programa Agrário da Social-Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907"). Mas qual Estado? É aqui que a carência das alianças urbanas do movimento camponês dos seringueiros com o movimento do proletariado urbano leva-o a buscá-la onde pôde encontrar (e sabido que sua proposta pouca atenção desperta no 3º CONCURTO, realizado pouco antes da tragédia).

Ora, tanto esta quanto outras áreas econômicas do espaço agrário brasileiro dão indícios do amadurecimento da solução socialista para a questão da terra, fruto da própria marcha do desenvolvimento capitalista.

Tal peculiaridade nacional deve-se às características, três basicamente, que resumem esta marcha da formação do capitalismo no Brasil:

- 1 - A variedade latifundiário-burguesa da transformação agrária, em que um processo de modernização progressiva leve o latifúndio atrasado a converter-se em moderna empresa rural capitalista (o "novo latifúndio");

- 2 - A estrutura binomial latifúndio-minifúndio, com base na qual o latifúndio transfira para o minifúndio as tarefas produtivas vitais ao desenvolvimento geral do capitalismo, porém de menor lucratividade, como a produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade, liberando-se para ocupar-se da produção agrícola de mais altas taxas de lucratividade e capaz de ensejar-lhe o ritmo desejado de capitalização.
- 3 - A ampliação crescente e generalizada da mobilidade territorial do trabalho, de modo que se possa combinar ampla proletarianização e permanência do campesinato vital ao complexo binomial.

Analisando o caso russo com base no estudo do quadro europeu e norte-americano a ele contemporâneo, Lênin já observara em 1908 os dois caminhos que fundamentalmente pode seguir o desenvolvimento capitalista no campo, o latifundiário-burguês e o camponês-burguês, ambos destinados a "limpar" as estruturas econômico-sociais ao livre florescimento do mercado, a "maneira capitalista" de desenvolvimento. O primeiro passa pela modernização dos processos produtivos, mediante a qual a grande propriedade atrasada acabe por transformar-se numa moderna empresa rural capitalista, consistindo num caminho de lenta evolução do capitalismo e conseqüentemente doloroso para o campesinato. O segundo, é o caminho em que a revolução camponesa empreende o confisco radical da terra e a redistribui de modo radical entre as famílias camponesas, abrindo a economia de mercado generalizadamente à totalidade da população.

Estes dois caminhos podem coexistir num mesmo país, a exemplo do que vinha ocorrendo na própria Rússia desde a Reforma de 1861 que abole a servidão da gleba, o primeiro nas áreas centrais da Ucrânia e Rússia Européia e o segundo nas periféricas do leste, que então fazia o papel de um grande "fundo de colonização".

Pode o leitor notar que é o primeiro, o latifundiário-burguês, por nós analisado em texto publicado no número 1 desta Terra Livre ("O Plano Nacional da Reforma Agrária em Questão", Terra Livre nº 1, julho de 1986, páginas 6 a 18), o caminho que está em curso no Brasil desde 1850, ano da abolição do tráfico negreiro e da instituição da Lei de Terras. Igualmente, a semelhança da sua ordenação espacial no Brasil e na Rússia do período em área de latifúndio consolidado (centro) e área de "fundo de colonização" (periferia).

O que está ocorrendo em Xapuri-Brasileia, e em cada canto do país sob formas próprias, é a reação dos seringueiros à "limpeza" latifundiário-burguesa da estrutura agrária para o capitalismo (fosse o caminho

camponês-burguês e a "limpeza" seria de latifundiários), estratégia que, desde 1850, consiste em criar para depois dissolver as relações de trabalho e produção próprias da acumulação primitiva do capital. Não é, pois, um fato isolado e sem conexão com o curso geral da marcha capitalista, que hoje "chega" à "periferia". Vejamos, primeiramente, este curso geral, para, a seguir, analisarmos os rumos da questão agrária nesta virada de século no Brasil.

A FORMAÇÃO DO CAPITALISMO NO BRASIL

A passagem do escravismo ao modo capitalista de produção é marcado pelo nascimento de uma dinâmica reprodutiva do capital em que uma divisão interna de trabalho, de que a indústria fabril é componente, origina internamente a economia mercantil, com a qual logra-se criar e avançar sempre para adiante o processo interno da acumulação primitiva. É esta estrutura nova de sociedade que vê nascer o moderno campesinato brasileiro e com ele o que vamos designar por estratégia da modernização como caminho da reforma agrária das elites. Esta, é um mecanismo de fusão entre agricultura e indústria, cujo limite agora estamos atingindo, em que o latifúndio atrasado se converte em empresa capitalista moderna. O campesinato nascente é peça essencial desse mecanismo, através do papel que lhe cabe dentro do binômio latifúndio-minifúndio.

Nasce este campesinato sob laces regionais diferenciadas, já que a acumulação primitiva do capital surge e progride no interior do arcabouço espacial herdado do colonial-escravismo, aparecendo como pequeno proprietário familiar no Sul, colono nos cafezais do Sudeste, morador nos canaviais e algodoais no Nordeste e seringueiro nas malhas da Amazônia.

Dentro deste arcabouço molecularizado tal campesinato toca a pequena produção vinculada às culturas alimentícias, ocupando dentro dos latifúndios as terras menosprezadas pela "lavoura nobre", nascendo assim o *minifúndio dominial*, e externamente a eles aquelas terras situadas na linha de frente da expansão dessa grande lavoura de mercado, nascendo assim o *minifúndio autônomo*.

É esta estrutura espacial que instrumentará as estratégias do caminho latifundiário-burguês, até o grande salto de qualidade que a transformação agrária dá a partir dos anos cinquenta-sessenta.

Já antes da Abolição formal da escravatura ela ocorrera na prática. Os anos setenta do século XIX condensam tal ruptura real, que já aparece nas formas referidas do moderno campesinato no espaço canavieira,

extrativo-vegetal, pastoril, policultor e, por fim, cafeeiro quando este atinge o planalto paulista.

Em todas estas áreas um mesmo problema se apresenta e é a mesma a saída. Francisco de Oliveira assim resume a questão, numa linha de reflexão com a qual concordamos por inteiro': "A Abolição é o fim do Império, um truísmo de há muito proclamado pelos historiadores e que, segundo consta, não havia escapado à percepção dos políticos da época. Não é "um raio num dia de céu azul", na frase famosa de Marx; é o resultado de uma contradição entre estrutura de produção e as condições de realização do produto. A expansão das culturas de exportação, sobretudo e indiscutivelmente do café, leva consigo uma expansão mais que proporcional do capital constante, constituído seja pelo próprio estoque de capital empatado nos escravos, seja pelos meios de subsistência dos mesmos escravos. Principalmente a expansão dos últimos significa um incremento das importações que punha constantemente em risco a estabilidade da forma de valor do produto: a moeda estrangeira e notadamente a taxa de câmbio. Além disso, a base de infra-estrutura necessária para a expansão das culturas de exportação - as ferrovias e os portos - requeria também doses incrementadas de moeda externa, com o que as crises cambiais chegam quase a um estado crônico. A Abolição resolve um dos lados da contradição, transformando o trabalho em força de trabalho". Em outros termos, o custo de reposição e o de reprodução do escravo resolvem-se no nascimento do campesinato moderno.

Já antes a necessidade de elevar-se o nível da produtividade fez ao trabalho escravo combinar-se aqui e ali a introdução de máquinas, tanto nas atividades agrárias (como nos cafezais e nos algodoais) quanto no plano geral (implantação de ferrovias e navegação a vapor). Com isso, agrava-se a contradição apontada por Francisco de Oliveira, que o autor situa no âmbito do "circuito produção-financiamento-comercialização-acumulação-produção". E, no limite, aquela em que se defrontam as relações escravistas de produção e a necessária elevação do nível das forças produtivas, resolvendo-se no surgimento da economia mercantil.

O aguçamento dessa contradição de fundo, modo como efetivamente se exprime a contradição senhor-escravo, vai-se resolvendo em cada canto nos diferentes estilos espontâneos da metamorfose do trabalho escravo. Entretanto, este núcleo essencial do problema, a permanência do escravismo na produção plantacionista, 'fundamentalmente a cafeeira,

Esta e as citações seguintes de Francisco de Oliveira são de "A Emergência do Modo de Produção de Mercadorias: Uma Interpretação Teórica da Economia da República Velha no Brasil (1889-1930)", capítulo 1 de "A Economia da Dependência Imperfeita", Graal, Rio de Janeiro, 1984.

restará sem solução até sua abolição real. É com ela que se abre para a saída da crise, a qual vem na forma do nascimento da divisão do trabalho com que internamente se engendra o que Francisco de Oliveira designa por "emergência do modo de produção de mercadorias", no fundo a introdução interna à economia nacional da acumulação primitiva do capital, cujo processo é por ele assim descrito: "Olhando-se mais de perto, a ruptura das relações escravocratas e a instauração do trabalho assalariado não podiam, jamais, elevar a renda derivada do trabalho; o nível global da renda permanecia constante, mudando a sua *forma*. Mas, isto sim, a passagem para o trabalho assalariado *expulsou* para fora dos custos da produção do café a manutenção da classe trabalhadora (ainda que a produção dos bens de subsistência possa ter permanecido dentro das fronteiras do latifúndio); no proceder-se a essa mudança de forma de produção dos meios de subsistência, procedia-se, concomitantemente, a uma mudança de conteúdo fundamental, para a existência de um modo de produção de mercadorias, pois antes, ainda que existisse, a produção de subsistência pelos próprios escravos não fundava nenhuma troca. Mesmo no caso quase geral da agricultura brasileira, de persistência de uma fraca monetarização das relações de troca - um fenômeno largamente existente ainda hoje -, a própria reiteração das relações de troca acaba por escolher uma mercadoria padrão, que se metamorfoseia no dinheiro; virão a ser o sal, o querosene, o pouco vestuário e calçado, enfim, elementares artigos da cesta de consumo dos novos produtores da agricultura de subsistência, que quase tomam o lugar do dinheiro nas novas relações de troca - o arquiconhecido esquema dos "barracões" da zona açucareira do Nordeste e das zonas correlatas do Sul. O importante é que *também* esses elementares produtos nem são produzidos pelas unidades de agroexportação nem pelas unidades da chamada agricultura de "subsistência", o que forceja a diferenciação da divisão social do trabalho em *outros segmentos* econômicos". Isto é, a solução da crise requer que se instaure o processo da acumulação primitiva do capital que, enquanto tal, no limite, instaura o nascimento da indústria, ainda que esta surja com a função precípua de compor mais um elemento do elenco das condições da reprodução do capital agroexportador. E, nesse passo, se lance o embrião da nova qualidade de relação cidade-campo, em que o comando do campo vá sendo transferido para a cidade quanto mais o prato da balança penda para o lado do desenvolvimento industrial, isto é, a forma mais avançada do capitalismo.

Transfere-se, pois, para o trabalhador a tarefa do seu próprio custeio. E isto requer uma nova estrutura social e produtiva, em que dois componentes têm importância fundamental: 1) a invenção do binômio

latifúndio-minifúndio principalmente através do nascimento do campesinato; e 2) a invenção da indústria de bens de consumo popular como novidade da divisão interna do trabalho. A primeira medida é necessária a que o próprio novo trabalhador das fazendas produza seu sustento sem sair dos interstícios do tempo dedicado ao produto nobre; e a segunda a que da cesta dessa sua reprodução conste bens não-agrícolas a custo baixo para a acumulação geral do capital. E é o aprofundamento, no sentido da subversão destas duas componentes, no bojo da qual o campesinato se metamorfoseie no moderno proletário e a indústria vá injetando modernização à grande propriedade (industrialização do latifúndio) e assim tornando-se a base do novo padrão de acumulação, exatamente isto, o movimento da acumulação primitiva até o fim.

Tais termos da estratégia da modernização latifundista na sua fase inicial da acumulação primitiva, em nível mais detalhado, Francisco de Oliveira assim resume: "A Primeira República herda, pois, uma economia cujas condições de acumulação e crescimento haviam sido grandemente potencializadas. Em primeiro lugar, avançam os processos de acumulação primitiva, que a nova classe revertia agora *pro domo suo*, e que significavam, não apenas a ampliação da posse e propriedade da terra, mas o controle das nascentes trocas entre unidades de produção distintas, desfeita a autarquia anterior, por intermédio de todas as instituições que depois vão caracterizar a estrutura política e social da República Velha, como o coronelismo, o complexo latifúndio-minifúndio, os agregados. Em segundo lugar, a instauração do trabalho livre no coração das próprias unidades produtivas do complexo agroexportador significa uma inversão de situação da economia escravocrata, predominando agora o capital variável e fazendo crescer a rentabilidade das explorações. Quantitativamente, pois, o volume do excedente sob controle dos "barões do café" (assim como dos barões do açúcar e dos outros barões) era, agora, maior que em épocas anteriores".

Em resumo, a abolição do escravismo abre para o desenvolvimento do capitalismo, primeiro instaurando e a seguir "limpando" as formas sociais próprias da acumulação primitiva. Vejamos o processo e seus dois momentos, o segundo hoje em conclusão.

Espaço Molecular: A Acumulação Primitiva

Herdando o arcabouço espacial do colonial-escravismo³, é no âmbito de uma molecularizado que tal processo avançará, introduzindo-se uma dinâmica espacial em que da heterogeneidade chegar-se-á à homogeneidade de conteúdo na relação capitalista madura.

Tal molecularidade não se mantém embaixo da reinvenção que "transforma o trabalho em força de trabalho" essencialmente por razão de inércia espacial, mas porque o arcabouço molecular representa o poder das oligarquias rurais regionais, sendo portanto reiterada para servir à estratégia do desenvolvimento latifundiário-burguês da agricultura.

Imbricada nessa amálgama de reiteração-modernização da "burguesia junker" brasileira, a molecularidade espacial abre, mas de modo obviamente regulado pelas elites agrárias, as portas para o fluxo da acumulação primitiva que dos anos 70-80 do século XIX aos anos 60-70 do século XX, em um século pois, converte a crise agrária em metamorfose capitalista.

Em cada canto desse arcabouço espacial os arranjos vão sendo costurados num todo regional que se destina a organizar o processo local de acumulação primitiva, articulando o Estado as imbricações do processo global do desenvolvimento capitalista. Esta interligação escalar de conjunto, o Estado promove fazendo as acumulações localizadas convergirem para servir ao aprofundamento geral do eixo agricultura-indústria, mediante o qual o eixo geral seja o da industrialização da sociedade brasileira. Cresce, portanto, por dentro da heterogeneidade molecular, a linha de homogeneização do espaço nacional no conteúdo capitalista, movendo neste deslocamento as contradições oriundas do desigual ritmo da modernização latifundista que o eufemismo ideológico rotulará nos anos cinquenta de questão regional (chega-se a criar uma "teoria de espaço arquipélago" com base em "ciclos econômicos").

É no espaço cafeeiro, a partir do *sistema do colonato*, que se gesta e desenvolve a forma mais avançada dessa tessitura escalar horizontal-vertical da modernização. Todavia, as novas relações de trabalho que vêm na esteira do nascimento do campesinato já estão se instalando desde a entrada da segunda metade do século XIX, antecipando-se ao espaço cafeeiro, portanto, na Amazônia com o *sistema do aviamento* e no Nordeste com o *sistema do morador de sujeição*.

³ A forma colonial-escravista de organização do espaço é o tema do capítulo 2 do livro "Elites Agrárias e Relação Cidade-Campo no Brasil", de minha autoria no prelo na EDUFF, do qual esta seção é na verdade uma parte.

Simbiose e freagem no Nordeste

Nas áreas do Nordeste a acumulação primitiva desenvolve-se nos termos de uma articulação tanto estranha quanto contraditória entre usineiros e "coronéis". Por dentro das diferenças do arranjo espacial que separa a mata canavieira e o sertão pecuário, evoluem as formas camponesas vindas da metamorfose do trabalho escravo com a universalidade de moradores, foreiros, parceiros e pequenos rendeiros, que faz uma pontuação comum à área canavieira da fachada costeira e pecuário-algodoeira do agreste-sertão.

No espaço plantacionista canavieira o processo da acumulação primitiva identifica-se com a metamorfose do velho engenho na moderna usina, que coroa as tentativas governamentais de modernização da agro-indústria via instalação dos engenhos centrais. Estes exprimem uma política do governo imperial de modernização da economia agro-açucareira baseada na separação orgânica entre lavoura e indústria: os antigos senhores de engenho se voltariam exclusivamente para a lavoura, enquanto a fabricação do açúcar seria entregue a capitais estrangeiros. Em lese, visa-se com isto uma especialização capaz de traduzir-se em modernização da aparelhagem produtiva e conseqüente elevação da produtividade. Num momento em que em todo o espaço nacional a divisão interna do trabalho aprofunda-se pela via da maior integração orgânica do eixo agricultura-indústria, a experiência dos engenhos centrais só teria que falir. Ao contrário, a modernização econômica vem na forma de uma ainda maior fusão dos capitais na agro-indústria, a da usina. Moderna fábrica instalada com capitais oriundos da metamorfose dos donos de engenho ou vindos da cidade, com a usina vem a ferrovia, e com a ferrovia maior latifundização, que põe nas mãos dos usineiros uma concentração ainda maior da propriedade da terra e dos canaviais.

Em condições técnicas superiores às do engenho na moagem de cana, a usina ganha terreno rapidamente. Através da ramificação ferroviária, vai açambarcando a matéria-prima num raio de distância crescente, sufocando os engenhos, que, sem condição de concorrência, tendem a fechar (a tornar-se "engenho de fogo morto") ou a converter-se à produção basicamente de rapadura. Apropriando-se das terras e monopolizando a moagem, a usina implanta verdadeiros impérios. Promovendo completa reestruturação regional, reverte a tendência à fragmentação da propriedade que acompanha a crise da agro-indústria, transforma a maioria dos antigos senhores de engenho em meros fornecedores de cana, expande a área de cultivo da cana mesmo sobre parcelas de policultura, cria e proletariza parcela do campesinato.

A chegada da usina opera, assim, completa remodelação na organização espacial. No centro da paisagem localiza-se sobranceria a usina, ladeada pelas vilas operárias, as "ruas" onde o campesinato proletarizado vai se aglomerando em viveiros de mão-de-obra, e rodeada no conjunto pelos canaviais, estes, fragmentados em canaviais da usina e canaviais dos fornecedores. Tecendo a unidade orgânica que faz dessa organização espacial o território imperial da usina, as ferrovias completam a moldura, num reforço da centralidade da indústria. Todavia, por dentro desta tela moderna, sustentando-a no fundo, segue existindo o velho binômio latifúndio-minifúndio pela maior propagação nos canaviais da figura do morador e do foreiro.

Polarizando a estratificação social em usineiros e proletários das usinas, esta reordenação das estruturas de produção e de classes nem por isto extingue o binômio latifúndio-minifúndio. Sendo uma atividade de safra única, e impondo-a como norma à totalidade regional através da exclusividade da monocultura canavieira, a usina tem no binômio a base da necessária flexibilidade com que precisa operar a alternância cíclica dos períodos de safra e entressafra. O binômio absorve e lidera segundo esta alternância terras e força de trabalho, garantindo produção alimentícia e reserva cativa de mão-de-obra à agro-indústria. Compondo o que Francisco de Oliveira com muita propriedade designa por "fundo de acumulação" e "formas de defesa anticíclicas não-capitalistas"³, o binômio e a mola mestra da estratégia de "imbricação salários-culturas de subsistência". É com ela que a agro-indústria capacita-se a sobreviver sob a crise permanente em que vive, agravada internamente ao longo da primeira metade do século XX pela concorrência da produção açucareira do "Sul". Séria, tendo em vista que a produção açucareira do Nordeste volta-se mais e mais para o mercado interno, e pela emergência, regionalmente no Nordeste, do complexo algodão-pecuário-indústria têxtil.

Nas áreas pastoris do Sertão e Agreste o arranjo espacial articulado pelo consórcio gado-algodão consolidara-se na passagem do século e sedimenta agora uma sociedade fortemente agrária e hegemônica pelos "coronéis", designação com que passam a ser conhecidos os grandes proprietários de terras, senhores do gado e do latifúndio pastoril, após a "revolução" de 30.

Na verdade, o arranjo espacial articula uma escala de relações em que sob o elo gado-algodão vamos encontrar o binômio latifúndio-minifúndio

³ Ver "Elegia Para Uma Re(li)gião", Paz e Terra, Rio de Janeiro, do qual extraio as citações daqui em diante de Francisco de Oliveira. A este livro o leitor deve juntar o clássico de Manuel Correia de Andrade "A Terra e o Homem no Nordeste", Brasiliense, São Paulo.

de molde habitual. Compõe-se, então, a série de pares policultura-gado, policultura-algodão, gado-algodão, em que a pequena produção de subsistência aparece com o mesmo papel de "fundo de acumulação" que vimos sustentando por dentro a acumulação do capital no espaço cafeeiro do "Sul" e no espaço agro-industrial açucareiro da Mata nordestina. Pode-se falar de um complexo policultura-algodão-pecuária. Entretanto, esta combinação agricultura (policultura de subsistência e algodão)-pecuária é o suporte regional daquela que no âmbito de conjunto do espaço nacional forma a relação agricultura-indústria, compondo o complexo algodão-pecuária-indústria têxtil cujo terminal é a divisão internacional do trabalho em que o nordeste algodoeiro se encaixa como supridor de matérias-primas, em particular para as indústrias inglesas.

Desse modo é este *hinterland* nordestino, sobretudo ao longo da faixa longitudinal norte, da Paraíba/Rio Grande do Norte ao Piauí/Maranhão, verdadeiramente, um grande espaço algodoeiro com pano de fundo na grande propriedade pastoril. Aqui, a apropriação monopolista da terra mostra seu ostensivo caráter parasitário, pois não é o gado o fundamento da economia e a fonte real da renda fundiária que subsidia a formação do capital mercantil e industrial, mas sim a renda auferida com o negócio do algodão. Aqui, a acumulação primitiva do capital identifica-se com o parcelamento da terra pelo latifúndio e sua entrega aos cuidados do campesinato foreiro, parceiro ou rendeiro, advindo da metamorfose do trabalho escravo, para o cultivo do algodão. Portanto, o grande proprietário rural estabelece com este campesinato uma relação de renda fundiária pré-capitalista, cuja apropriação reforça pondo-se ainda como intermediário mercantil-usuário.

Todavia, esta hegemonia do grande proprietário pecuarista subordina-se por sua vez à do grande capital mercantil, cuja escala é a da comercialização do algodão nos mercados mundiais.

Encarna, pois, o capital mercantil a fusão, habitual no processo da acumulação primitiva no Brasil, entre a elite agrária, no caso o grande proprietário pecuarista, e a intermediação mercantil-financeira, com desdobramentos para a formação do capital industrial. Tanto quanto veremos para os demais espaços também aqui é o que temos. Intervindo na intermediação mercantil-financeira e constituindo essencialmente o capital mercantil regional, é freqüente a presença dos "coronéis" na organização do próprio comércio urbano regional. O grande proprietário pecuarista-algodoeiro é também um grande investidor industrial, vindo de sua acumulação mercantil a grande parte do investimento formador do capital industrial têxtil.

Ocorre então que no plano de conjunto do Nordeste vão interligar-se freqüentemente a economia agro-açucareira e a algodoeira-pecuária, através da simbiose que se dá entre os capitais industriais. É que fornecendo tecido grosseiro ao proletariado empregado na agro-indústria e a sacaria necessária ao acondicionamento do açúcar às usinas, a indústria têxtil vai ter o seu grande mercado, condição que não raro estimula a reunião dos respectivos capitais.

Fecha esta simbiose assim uma unidade algodão-açúcar fortemente engastada numa fusão agricultura-indústria em que a industrialização faz-se embaixo da hegemonia das elites agrárias e sobre a base de uma classe trabalhadora essencialmente ruralizada. Esta simbiose que faz a força da economia é, como adiante veremos, a mesma que freará seu salto de qualidade da mais valia absoluta para sua fase superior de mais valia relativa, levantando, pois, uma barreira a que a acumulação primitiva efetivamente convirja para a forma plena do capitalismo. Nisto diferirá essencialmente o processo no Nordeste e Centro-Sul, exprimindo esta desigual evolução do desenvolvimento capitalista nas performances comparadas das unidades estaduais mais representativas de ambas regiões, respectivamente Pernambuco e São Paulo.

Rapinagem e Ilusionismo no Vale Amazônico

A virada do século surpreende o vale amazônico situado num estado oposto ao do quadro geral da Colônia. Sem estar incorporado no mesmo grau orgânico de interligação das demais "macro-formas" à rede de articulações da reprodução plantacionista e mineira, o espaço extrativo amazônico nenhum abalo sofre em seu dinamismo quando a economia mineira entra em crise. Por isto, a passagem do século vai encontrá-lo mergulhado no extrativismo das "drogas do sertão", neste momento girando em 58% ao redor das exportações do cacau.

Avizinha-se, todavia, a fase extrativista da borracha, que se inicia por volta de 1850 e promove profundas alterações no conteúdo e forma do espaço extrativo.

Determinações interno-externas são também aqui evidentes. Internamente acumulam-se os efeitos da queda internacional dos preços do cacau (só entre 1805 e 1816 cai de 3.100 réis por arroba no porto paraense para 2.000 réis). Externamente descobre-se em 1841 o processo de vulcanização da borracha natural que abre para seu franco emprego industrial. Frente à rápida ascensão de preços que a borracha experimenta,

o extrativismo vegetal amazônico se desloca inteiramente para este produto.

De início, sua extração faz-se nos pontos mais acessíveis das cercanias de Belém, indo deslocar-se depois mais e mais para os pontos distantes do hinterland na direção do alto curso dos rios. As exigências de organização do espaço tornam-se então crescentes. Vai comandar esta organização um processo de intermediação comercial-usurária que já realiza essa tarefa desde o "ciclo" das drogas: o *sistema do aviamento*. O *aviamento* é um mecanismo em que mercadorias são fornecidas a crédito para pagamento com produtos *in natura*, "uma espécie de crédito sem dinheiro" no dizer de Roberto Santos no seu clássico "História Econômica da Amazônia (1800-1920)".

O arranjo espacial implica a dispersão dos seringueiros (trabalhadores extratores do látex, líquido extraído da árvore com o qual fabricar-se-á a borracha) mata adentro, que nela se fixarão indeterminadamente. Aí, num ponto à beira do rio, o seringueiro levanta sua cabana e instala o sistema rústico da defumação do látex para transformá-lo na forma bruta da matéria-prima da borracha. Diariamente desloca-se ao longo de uma picada aberta na mata, a *estrada de seringueiras*, fincando e recolhendo das seringueiras tijelinhas que recebem o látex, reunindo o líquido num balde para defumá-lo ao final do dia. Percorrendo de uma a duas estradas por dia, cada qual contendo a média de 123 árvores, ao seringueiro não sobra tempo para dedicar-se à produção alimentícia e demais bens de uso e consumo, suprindo-se dos fornecimentos do seringalista (proprietário do seringal, a fazenda que emprega o seringueiro congregando dezenas de estradas).

O trabalho do seringueiro é uma das pontas de uma complexa cadeia de intermediários, os "aviadores", que tem no outro extremo os exportadores. O sistema do aviamento é então uma estrutura vertical que articula desde a plêiade pontual dos seringais até sua comercialização-industrialização internacional, incluindo entre o seringueiro e o grande especulador internacional uma gama diversificada de níveis intermediários, de que o seringalista é apenas um dos elos. Em sua projeção espacial, é uma rede que abarcará no tempo a totalidade da extensão territorial amazônica.

Nesta organização espacial o *sistema do aviamento* tudo centra na extração da borracha. O pouco de diversificação de uso da terra do "ciclo" das drogas dissolve-se frente à reorganização do espaço promovida pela estruturação do extrativismo gomífero. Polarizado na alta lucratividade

oferecida pela exportação da borracha, o capital mercantil desorganiza a produção de subsistência e extrativa anteriores, chupando-lhes a força de trabalho. Como o volume dos lucros, numa conjuntura de demanda internacional em ascenso, é função do número de seringueiros em atividade no meio da mata amazônica, dado tratar-se de uma atividade extrativa, o que implica determinantes muito mais simples que a agricultura no tocante a investimentos em capital fixo, o suprimento regional de força de trabalho cedo se esgota. É quando o capital mercantil, via mediação governamental e privada, organiza deslocamentos de trabalhadores do Nordeste para o trabalho nos seringais. Propicia esta migração para os seringais neste momento de auge do extrativismo (virada do século XIX-XX) a concomitância no espaço nordestino do início da expulsão camponesa pela usina e a seca de 1877.

Reside nessa genealogia do arranjo espacial do extrativismo da borracha as duas determinações que prendem o trabalhador, num momento de declínio geral do regime do trabalho escravo, a um regime de trabalho de semi-escravidão. Sua migração até o seringal é custeada por intermediários, que repassam os gastos aos próprios trabalhadores. Uma vez instalado, o trabalhador recebe instrumentos de trabalho e meios de subsistência que deverão ser descontados de sua remuneração. Somam-se, assim, débitos que ele jamais poderá saldar e, pelo contrário, aumentam incessantemente, dado que a contabilidade é **feita** sob o controle do seringalista e este a manipula de modo a manter o seringueiro sob seu controle permanente. É o *sistema do barracão*, peça-chave que sustenta pela base todo o *sistema do aviamento*.

Da cadeia do aviamento fazem parte cinco estratos de classes, que, à exceção do seringueiro, podem entrecruzar-se: o *exportador*, o *importador*, o *aviador* (grande, médio e pequeno), o *seringalista* e o *seringueiro*. Articula-os num lodo orgânico o processo de produção-extração-distribuição do excedente. Este, gerado pelo seringueiro, extraído deste pelo seringalista, redistribui-se entre as demais camadas dominantes, formando o complexo da hegemonia do capital mercantil. O ponto da articulação é o mecanismo da reprodução da força de trabalho do seringueiro, na medida que o gasto com capital praticamente reduz-se às despesas com reprodução da sua força de trabalho, numa ordem de 84% do total dos investimentos. A razão é que, tratando-se de atividade extrativa, o gasto em capital fixo minimiza-se extremamente. Correspondendo à quase totalidade das despesas com a reprodução do trabalhador, numa média de 62%, é o investimento em abastecimento alimentar o gasto principal, situando-se aqui o centro de origem da hegemonia do capital mercantil, já que o suprimento alimentício, vindo da importação das áreas

agrícolas do Sul em face da destruição da produção local pela centração do espaço regional na produção da borracha, põe tudo na dependência da intermediação mercantil-usurária. Descrevendo o processo, diz Roberto Santos: "O 'aviador' de nível mais baixo fornecia ao extrator certa quantidade de bens de consumo e alguns instrumentos de trabalho, eventualmente pequena quantidade de dinheiro. Em pagamento, recebia a produção extrativa. Os preços dos bens eram fixados pelo 'aviador', o qual acrescentava ao valor das utilidades fornecidas juros normais e mais uma margem apreciável de ganho a título do que se poderia chamar 'juros extras'. Esse 'aviador' por seu turno, era 'aviado' por outro e também pagava 'juros extras' apreciavelmente altos. No cume da cadeia estavam as firmas exportadoras, principais beneficiárias do regime de concentração de renda por via do engenhoso mecanismo dos 'juros extras' e do rebaixamento do preço local da borracha. A cadeia era simplificada quando o seringalista se tornava um empresário de certa envergadura. Nesse caso, ele próprio se constituía um 'aviador' de primeira linha, ligando-se diretamente, por um lado, às casas 'aviadoras' de Belém e Manaus e, por outro lado, ao seringueiro extrator, seu 'aviador' ou 'freguês'.

Co-pertencem, pois, a ordenação espacial polarizada na comercialização da borracha e o sistema do aviamento. Tudo interliga-se na amplidão amazônica em função da cadeia do aviamento. No dizer de Roberto Santos: "O aumento dos contados da economia amazônica com o mercado monetizado de outras áreas tendia a resultar numa intensificação do *aviamento*, dado que todo o sistema era altamente dependente do setor primário, onde prevaleciam as relações de "aviador-aviado". Mesmo as poucas indústrias existentes, por se limitarem quase sempre ao beneficiamento e à transformação elementar de matérias-primas locais, dependiam, para seu suprimento, dos mecanismos do *aviamento*. Os transportes, comércio, e as rendas públicas repousavam fundamentalmente na movimentação da riqueza gerada no setor primário. Mas, as mudanças de intensidade do *aviamento* dependiam, externamente, da elasticidade da procura extra-regional de produtos primários. Contrações da procura acarretariam fatalmente desprestígio e desestímulo ao *aviamento* e à atividade produtora da borracha. Em contraposição, se a demanda externa crescia e o *aviamento* se fortalecia, a taxa de juros média do sistema tendia a subir, desestimulando outras inversões estranhas ao extrativismo. É certo que o *aviamento* exercia efeito multiplicador do emprego nas atividades terciárias. De fato, ele implicou historicamente uma tendência à hipertrofia do terciário, face aos ganhos do transporte e da comercialização da produção primária."

A diversidade do arranjo espacial que se vai formando no vale amazônico após os anos vinte dá a medida do declínio do "ciclo" da borracha. Reaparecem aqui e ali a lavoura e a pecuária, recursos antigos dos tempos das "drogas do sertão" e novos passam a ser extraídos nas áreas de recuo da extração da borracha e esta definha em todo o vale, restando como atividade dominante nos anos cinquenta-sessenta apenas nas áreas do extremo ocidente amazônico (Acre basicamente). Não se alicerçando num eixo agricultura-indústria, mas tão só na rapinagem da natureza, a acumulação primitiva não desemboca na industrialização.

Variação e Polaridade Paulista no Centro-Sul

O aprofundamento nacional dessa

que levará à industrialização da grande propriedade e de toda a sociedade brasileira, tem no Centro-Sul a peculiaridade de combinar vários pólos internos numa articulação de conjunto de limite formal bem preciso. Um primeiro grande pólo tem por eixo as metamorfoses do espaço cafeeiro. Um segundo, as dos centros de colonos europeus que introduzem no Sul a pequena produção familiar.

Quando se inicia o século XIX o café não é ainda uma cultura comercial importante. É a crise das "macro-formas" tradicionais que abre para sua expansão.

Já em 1832 o valor da exportação do café sobrepuja a do açúcar e em 1837 representa mais da metade do valor das exportações globais. A razão desse surto é que às determinações da crise interna vão somar-se as externas em que sobressai a independência dos Estados Unidos lançando-o entre os maiores importadores de café.

A implantação de uma fazenda de café envolve gastos elevados. Prado Jr. nos dá uma descrição do que inclui seu arranjo espacial no período escravista: "Além das plantações, a fazenda conta com diferentes instalações e dependências que fazem dela um conjunto complexo, vultoso e em grande parte auto-suficiente. É a repetição do que já se observara nos engenhos de açúcar. Assim, as destinadas ao preparo e beneficiamento do produto: tanques onde o grão é lavado logo depois da colheita, terreiros onde ele é exposto ao sol para secar, máquinas de decorticação, triagem etc. Além destas, a residência do proprietário (em regra absenteísta, mas visitando sua propriedade na época da colheita, de maio a agosto), a senzala dos escravos (grande edificação térrea com os alojamentos dispostos ao redor de um pátio central) ou "colônias" de trabalhadores livres, agrupamentos de casinholas em geral alinhadas ao

longo de uma rua e dando o aspecto de uma pequena aldeia; finalmente as cocheiras, estrebarias e oficinas diversas de carpintaria, ferreiro etc. Tudo isso forma uma aglomeração que nas fazendas importantes toma vulto, abrindo uma clareira de habitações e edificações em meio da floresta de cafeeiros que as cerca de todos os lados. Exatamente como o engenho de açúcar, a fazenda de café é um mundo em miniatura quase independente e isolado do exterior e vivendo inteiramente para a produção do seu gênero"⁵.

Herdeira de tudo que a secular exploração do trabalho escravo acumula, a fazenda do café está em franca expansão quando nas demais áreas o escravismo já se decompôs, dando lugar ao nascimento do campesinato. Por isso, aqui é onde a abolição encontra mais resistências, porém onde a nova ordem nasce de modo mais radical. No espaço cafeeiro esta vem na forma do colonato, iniciando sua metamorfose radical tão logo que em sua marcha a cafeicultura atinge o planalto na região de Campinas. Aí, entre 1847 e 1857, na Fazenda Ibicaba, situada onde hoje se encontram os municípios de Limeira e Rio Claro, de propriedade do Senador Vergueiro, ocorrerá a malograda tentativa de substituir o trabalhador escravo pelo dos parceiros. Mas é somente nos anos setenta, quando a mancha cafeeira desloca-se para instalar-se nas áreas de terra roxa de Ribeirão Preto, que se inicia o emprego definitivo do trabalho assalariado na cafeicultura, para tanto apelando-se para a imigração italiana. Golpeando o regime escravocrata em seu próprio centro de gravidade, a cafeicultura capitalista desde então acelera sua marcha pelo planalto rumo à região que converterá em seu próprio símbolo territorial: a extensão de área contínua formada pelo oeste paulista e norte paranaense.

Nessa progressão, um arranjo espacial de molde semelhante ao binômio latifúndio-minifúndio do período colonial organiza o espaço capitalista, mas sob uma dinâmica inteiramente nova. A razão é que aqui o espaço organiza-se a partir de relações contratuais, estabelecidas entre o cafeicultor e as famílias de imigrados. O processo é tão simples quanto conflitivo. O Estado, atuando como intermediário, divulga e custeia a vinda do imigrante italiano, cobrindo as suas despesas de transporte e de subsistência até que, chegando a São Paulo, seja contratado pelos cafeicultores. Trata-se, como diz Prado Jr., para diferenciá-la da que vai promover a formação de colônias italianas no Sul, que denomina de "imigração subvencionada", de um mecanismo em que o Estado arca com os dispêndios de formação de mercado de trabalho livre, com isso

⁵ Ver "História Econômica do Brasil", Brasiliense, São Paulo, 1979.

cumprindo sua função de criador de condições gerais de reposição de força de trabalho para o capital. Uma vez contratado pelo cafeicultor, o colono com ele assina um contrato, uma Caderneta precursora da Carteira de Trabalho que será instituída no governo Vargas, segundo o qual obriga-se a cuidar de um número estabelecido de pés de café com o direito de em troca receber um salário fixo, com adicionais a cada pé de café a mais, e uma parcela de terra no interior da fazenda de café para plantio de policultura de subsistência de seu inteiro domínio.⁶

Lembrando o conhecido padrão espacial, põem-se nesse arranjo espacial lado a lado a grande e a pequena lavoura, o clássico binômio destinado a sustentar a nível baixo o custo geral da produção, e assim a alto nível a taxa de lucro do capital. Há, entretanto, aqui no espaço cafeeiro, uma radical diferença quanto ao funcionamento desse papel econômico do binômio, que reside justamente na possibilidade que este *regime do colonato* abre de aquisição de terras para o colono. Movido por essa perspectiva, ao colono interessa que sejam plantados intercaladamente o café e os cereais da policultura, estes nas "ruas" que se abrem entre as fileiras do café. Uma vez que ficam suprimidas as distâncias respectivas entre uma e outra culturas e com isso o tempo de deslocamentos, pode o colono ao tempo que se dedica a uma dedicar-se a outra, ganhando salário adicional com uma e com a outra gerando excedente para a venda, aumentando sua possibilidade de acumular e comprar terras. Por isso, lutar com as armas disponíveis por este arranjo espacial, pelo mesmo motivo se voltando contra ele o cafeicultor ao qual interessa ceder terra para policultura fora e distante das fileiras do café, o que torna este arranjo intercalar uma das contradições motoras da marcha cafeeira. Move o cafeicultor o interesse de reter o colono numa conjuntura marcada pela escassez de força de trabalho e ao colono a consecução daquilo que o motivara a migrar. Decidirá esta contenda a própria dinâmica vegetativa do cafezal, uma vez que o pé de café ao atingir no quarto ano de crescimento sua altura normal, com ela sombreia as "ruas", impedindo seu uso agrícola. Por isso, terminado o prazo contratual, estabelecido para um ano, a tendência do colono é deslocar-se para as frentes de expansão da marcha cafeeira, onde encontra cafezal novo e maior chance de obter o arranjo intercalar. Eis o que explica a aceleração inaudita da marcha cafeeira quando atinge o planalto e, sobretudo, porque São Paulo se antecipa às demais regiões na marcha do avanço do capitalismo rumo à industrialização.

⁶ O livro fundamental sobre este assunto é o clássico de Pierre Monbeig "Pioneiros e Plantadores em São Paulo", Hucitec/EDUSP, 1984.

Soma-se, na esteira desse motor dinâmico da marcha cafeeira, a especulação com terras. Aqui, o agente é o próprio capital cafeeiro, representado no estrato superior dos cafeicultores. Estes, abrindo o leque do movimento acumulativo, dirigem os lucros auferidos com as exportações cafeeiras na direção do abarcamento de todos os segmentos em que se divide o movimento da reprodução ampliada do capital envolvido no espaço cafeeiro. Assim, abrem empresas de exportação-importação, fundam bancos para financiar os demais cafeicultores, investem em indústrias e instalam a rede ferroviária demandada pela distância aos portos que vem com a interiorização crescente. À frente da chegada dos trilhos, compram e loteiam terras para novos plantios cafeeiros, especulando e extraindo altos lucros com estas terras, forjando artificialmente sua valorização ao fazer chegar as pontas de trilhas sempre à frente da própria frente cafeeira.

Embaixo dessas determinações, em pouco tempo o espaço cafeeiro torna-se amplo espectro de diferentes estágios de maturidade do cafezal. Reunindo desde frações de áreas de cafezal velho até as de plantios ainda recentes, sua dinâmica de conjunto passará à regência de uma contradição que brevemente põe fim à euforia cafeeira: de um lado a valorização artificial da terra força seguidamente seu alto preço, e de outro, a crescente heterogeneidade vegetativa do cafezal força continuamente para baixo o nível médio da renda fundiária. Por isto já precipita-se a cafeicultura em crise mal se entra no século XX.

Com a crise é que a hegemonia da burguesia cafeeira sobre a máquina federal do Estado, conquistada desde que o café assume a principalidade do sistema econômico, faz sentir seu peso. Três sucessivos Planos de Valorização do Café são postos em prática a partir de 1906 (Acordo de Taubaté), convergindo no segundo e sobretudo no terceiro para tornar-se um plano de sustentação a níveis artificiais dos preços do café, que desceram ladeira abaixo devido à superprodução criada pela euforia especulativa. Comprando e estocando café para manter em nível elevado o preço da saca, porém pagando este preço fictício com recursos oriundos dos impostos de importações-exportações, o Estado subsidia a especulação cafeeira através de um expediente que significa socializar a crise cafeeira distribuindo inter-regionalmente seu custeio por toda a sociedade brasileira para que em São Paulo os cafeicultores acumulem privadamente. Já instituída como polaridade econômica e política do país pelo simples fato de ter-se constituído em seu centro de gravidade, a cafeicultura passa então a tornar-se o pólo único de apropriação, via financiamento da sua crise de realização por frações crescentes dos excedentes produzidos nas outras frações de áreas do espaço nacional. São

os tributos pagos pelos agentes econômicos dessas diferentes áreas que convergem para as mãos dos que especulam com o café, materializando-se em maior densificação de capital no tecido do espaço cafeeiro. Não visando resolver a crise pela raiz, e sim contê-la por meio de preços políticos, os Planos logram aumentar ainda mais em pleno auge da crise a euforia especulativa do capital cafeeiro. Dela participam agora também os grandes bancos internacionais, que, reticentes quanto ao primeiro Plano, passam a partir do segundo a financiar os déficits de caixa do Estado e os investimentos em capital fixo no espaço cafeeiro, exigindo em troca o direito de administrar os estoques de café, com liberdade para especular com os preços do produto no comércio internacional.

Numa sobrevida comum às estratégias das elites agrárias, misto de fazendeiros e intermediários mercantil-usurários, a crise do café, etapa final da longa fase nacional da crise agrária, acaba por forjar o nascimento da hegemonia do capital financeiro sobre a sociedade brasileira.

Quando explode, a crise cafeeira termina com o monopólio do uso da terra pela cafeicultura. Em pouco tempo o espaço agrário vai ganhando novo desenho com o aparecimento de novas culturas, no bojo das quais a grande propriedade se reergue, não sem o preço de alguma fragmentação que abre o acesso da terra à pequena propriedade. A indústria, que se desenvolveu desde quando se instala a divisão interna de trabalho que supera a crise do trabalho escravo, multiplicando-se através da incorporação dos capitais oriundos da acumulação cafeeira, como Sérgio Silva descreve e explicita em "Expansão Cafeeira e Origens da Industrialização no Brasil", vai encontrar nesta nova e amplificada divisão intra-agrícola do trabalho extraordinária base de impulsão. É tal a expansão da indústria, que passa ela a ser o pólo dinamizador da acumulação global quando com a "revolução" de 30 se estilhaça e reordena o quadro institucional do poder de Estado.

A crise cafeeira encontra seu termo de superação com a seqüência das "revoluções" de 1930 e 1932, a primeira representando uma frente das oligarquias rurais regionais contrárias à política de "expropriação de expropriadores" em que se transformaram os Planos de valorização cafeeira, derrubando, oligarquias gaúchas e mineiras à frente, as oligarquias cafeeiras da máquina do Estado federal, e a segunda representando a reação das oligarquias cafeeiras e sua reintrodução no bloco do poder oligárquico.

Esta remexida no interior do poder oligárquico todavia já não mais pode lograr uma nova fase de sobrevida à agroexportação. Não só esta historicamente mostra-se esgotada, como já dera à luz o processo da industrialização cuja força expansiva torna-se agora a nova base do padrão de acumulação e a energia motriz da renovação das elites agrárias.

Trata-se, isto sim, de reestruturar-se o aparelho do Estado para que este cumpra sua função de repor as condições gerais da acumulação no sentido agora da industrialização. Isto é, de um processo que, se no plano empírico vai exprimir-se no aumento dos estabelecimentos fabris, na verdade definir-se-á como o aprofundamento da divisão interna do trabalho com que se romperá o antigo regime e faça agora da indústria e da agricultura duas vertentes que se integrem, a agricultura numa forma em que seu excedente deve incorporar-se à formação do capital fabril progressivamente e a indústria tecnifique o processo produtivo agrícola.

Portanto, trata-se de aparelhar o Estado de modo a que este ponha em ordem os pressupostos da formação do capitalismo com os quais se institua a dissolução da sociedade nas normas do mercado. Mais que isso, de fazer-se a roda do mercado operar a construção da escala de forças produtivas que leve a máquina a sobrepor-se ao trabalho.

É neste ponto que a "expropriação dos expropriadores" cafeeira abre no país a *combinação espacial desigual* que, mais que a heterogeneidade horizontal, é a introdução do desigual ritmo de desenvolvimento da modernização das elites de expressão regional. A sobrevida da especulação cafeeira acabará por dotar seu espaço de uma densidade territorial maior de capital que os demais, nele promovendo a ruptura do horizonte próprio da acumulação primitiva e sua molecularidade mais cedo, no que arrastará todo o espaço nacional.

A cafeicultura não introduz de imediato consigo senão margem restrita de industrialização. Produto que só exige uma indústria de beneficiamento primário, não requerendo ele mesmo processamento local, o café em si não gera indústrias no seu espaço. Basta ao capital cafeeiro neste momento a existência das indústrias que concorram para a cesta da reprodução da massa trabalhadora da grande lavoura. Por isso, não veremos surgir no espaço cafeeiro, em São Paulo, vale dizer, até 1907 um parque industrial significativo.

É só com a crise cafeeira e a decorrente captura de excedentes de outras áreas para incorporá-los ao seu espaço, elevando e alargando a escala das forças produtivas nele materializadas, que veremos acelerar-se a industrialização. É quando São Paulo inicia o processo que cedo irá colocá-lo à frente na expansão industrial.

Há, portanto, uma inversão no tempo, num primeiro momento a indústria servindo à revitalização da acumulação agroexportadora, vale dizer, à cafeicultura, e, num segundo momento, a agricultura passando a servir à industrialização. A transposição dos momentos não é imediata, sendo antes processual, correndo por toda a primeira vintena do século uma dinâmica de expansão industrial que se dá na esteira e sob o benefício

da polaridade cafeeira sobre o quadro nacional. Porém, quando em 1930-1932 se refaz a estrutura do aparelho federal do Estado, a oligarquia industrial paulista estará presente na composição do poder, a tanto terá crescido.

Paradoxalmente, entretanto, não é no espaço cafeeiro e sim no canavieiro-algodoeiro nordestino que a industrialização tem seu ensaio inicial. As pesquisas e reflexões sobre o processamento histórico do capitalismo no Brasil tem-se dedicado a responder as razões da concentração industrial em São Paulo. Mais frutífero seria talvez indagar porque não no Nordeste.

O aprofundamento da relação café-indústria em São Paulo, no sentido de a agricultura servir à industrialização e vice-versa, exige que ao lado da grande lavoura paulista se ponha a pequena produção de subsistência do Centro-Sul, sobretudo porque a incorporação deve agora transbordar os requerimentos da reprodução da massa trabalhadora plantacionista, para mais e mais abranger o crescente proletariado industrial.

A industrialização paulista requer a revisão da forma do binômio latifúndio-minifúndio no sentido daquela que lhe servia de sustentação regional, formando-se agora pela articulação da grande e pequena produção da vasta área que vai do latifúndio pastoril do planalto mineiro à pequena produção camponesa das colônias alemãs e italianas sulinas, ensaiando-se a unidade regional que virá a ser o Centro-Sul. Polariza-a, num primeiro plano, sua incorporação à formação do capital fabril que concentrar-se-á no eixo Rio-São Paulo-Belo Horizonte, e, num nível abaixo, à dos capitais fabris que vão surgindo localmente aqui e ali.

As áreas do planalto mineiro incorporam-se à polaridade regional logo após o declínio da mineração, transferindo escravos para a nascente cafeicultura do vale do Paraíba e suprindo de alimentos o centro urbano do Rio de Janeiro, sendo daí que parte a pecuária cuja expansão forma a ocupação inicial do oeste mineiro e paulista. Quando cessa a imigração italiana na década de 20 e as fazendas de café incorporam a força de trabalho imigrante das áreas decadentes do país, do sul de Minas saem as primeiras levas imigrantes nacionais. É também a fonte de força de trabalho para as primeiras indústrias, em particular no Rio de Janeiro. É esta interligação que reforça a tendência ao desenvolvimento da indústria de laticínios no planalto mineiro, numa espécie de contra-partida local.

Já as de São Paulo, mais diversificadas, desde quando a crise cafeeira abriu seu espaço para a diversificação dos cultivos. Reúnem-se assim no amplo leque da divisão de trabalho intra-local: 1) a policultura intercalar da frente cafeeira que nos anos trinta chega ao norte do Paraná, embora aí

já não mais ligada ao latifúndio, e a que vai surgindo seja nas áreas relegadas pela cafeicultura dado sua baixa fertilidade, ou seja ligada à fragmentação da grande propriedade nas áreas esgotadas e deixadas para trás pela marcha cafeeira; 2) as culturas industriais (matérias-primas agrícolas) que surgem com a diversificação de cultivos a partir da crise cafeeira, como a pecuária inicialmente de corte e depois a leiteira do vale do Paraíba, a de cítricos no centro-leste do planalto, a da cana nas áreas centrais, a do algodão e do café no oeste; e, ainda, 3) as que vão surgindo nas áreas circundantes dos Estados vizinhos, até onde chega a influência crescente de São Paulo, como a do café no norte do Paraná, de cereais e gado de corte no sul (Dourados) e sudoeste (Pantanal) do Mato Grosso e de cereais (arroz) no sul de Goiás (Mato Grosso de Goiás). Nessa ampla área, cujo arco se expande progressivamente, transbordando no tempo para além do Estado de São Paulo, extraordinária divisão intra-agrícola de trabalho tem lugar, indicando a forte integração agricultura-indústria que desde então fará de São Paulo o centro de gravidade da economia nacional.

Mas vai até os limites fronteiriços gaúchos o arco dessa divisão intra-regional que compõe o eixo agricultura-indústria do Centro-Sul. Abrindo-se para a formação do capital fabril tanto do Rio de Janeiro quanto de São Paulo, a produção agropecuária sulina chegará mesmo para além dos próprios limites do Centro-Sul, alcançando, como vimos, o Norte e o Nordeste. Inicialmente, no Sul o movimento da acumulação primitiva fica contido nos níveis pontuais dos centros de colonos, só depois irradiando-se para horizontes maiores, primeiro nos quadros da navegação de cabotagem, e, após 1910, com as ferrovias, por rotas terrestres, até sua acelerada integração regional com o transporte rodoviário. O Rio Grande do Sul é o exemplo típico dessa fase regional-nacional da acumulação primitiva.

As transformações nas relações de trabalho que nacionalmente vão se acentuando na segunda metade do século XIX liberam aqui e ali força de trabalho que, dado a crise geral que vai tomando conta da agricultura após seu rápido renascimento, passa a dedicar-se apenas à policultura de subsistência. Paralelamente, no Sul e em grande medida por razões estratégicas de fronteira, a policultura surge vinculada à colonização dirigida pelo Estado com imigrantes.

Ao longo do século XIX, sobretudo a partir da sua segunda metade, evolui assim a metamorfose da policultura de subsistência. Está em curso o nascimento do moderno camponato brasileiro.

Duas diferentes formas de camponeses têm lugar neste nascimento do camponato no país: aquela ligada às metamorfoses que ocorrem no âmbito das velhas "macro-formas" do espaço colonial e aquela ligada às

áreas de colonização dirigida do Sul. A primeira relaciona-se à crise do antigo regime e acabamos de ver aparecendo, antes mesmo da abolição formal, já na década dos setenta, na Amazônia com o sistema do aviação, no Nordeste com o do morador e em São Paulo com o do colonato. A segunda relaciona-se igualmente à crise do trabalho escravo e já ensaia seu surgimento ainda no início do século, logo que após a Independência as pressões inglesas começam a exigir sua extinção com as ameaças de abolição do tráfico negreiro, o que vem a efetivar-se em 1850. Mas, a necessidade de ocupar-se as terras do Sul frente às ações dos países platinos vem somar-se à de fazer-se os primeiros ensaios de formas substitutivas do trabalho escravo. Daí a vemos aparecendo em áreas do Sul já na própria década da Independência.

Embora a ele não se limitem, porque grande parte vai para o café, os fluxos migratórios de real importância na formação do campesinato moderno são os que vão para o Sul, em particular os de alemães e italianos. Antecede-os, mas em menor grau de importância neste sentido, a imigração açoriana. A imigração açoreana cobre a segunda metade do século XVIII e relaciona-se essencialmente à estratégia imperial do povoamento das áreas de fronteiras. Já os fluxos migratórios de alemães e italianos se dão no correr do século XIX, relacionando-se à dupla estratégia de cobrir a fronteira e ensaiar a metamorfose do regime de trabalho; as imigrações alemãs, sobretudo no correr da primeira metade do século XIX, e as imigrações italianas, sobretudo no da segunda metade.

A colonização açoreana inicia-se em 1746-48 e encerra-se no começo do século XIX. Cada família recebe uma gleba de cerca de 200 ha, distribuindo-se pelo litoral de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul em inúmeras e densas comunidades. Aí, dedica-se à produção de subsistência: policultura e pesca no litoral de Santa Catarina e policultura com destaque para o trigo no litoral do Rio Grande do Sul, de onde os açoreanos, findas as guerras platinas, avançam requerendo sesmarias pela Campanha, indo então constituir "o tronco de várias atuais famílias de estancieiros", como observa Orlando Valverde⁷. Formando um arco que se alonga pelo litoral e inflete por terra pela linha de fronteira, a colonização açoreana cumpre papel fundamental na montagem superestrutural do desenho espacial da Colônia, como nos informa Valverde: "De fato, a colonização açoreana da costa sul foi parte de um plano vasto de defesa do território português na América do Sul, onde quer que ele estivesse ameaçado". A que acrescenta:

⁷Resumimos a seguir as descrições de Orlando Valverde em "Planalto Meridional do Brasil", IBGE, Guia n° 9, CNG/UGI, Rio de Janeiro, 1958, e Vicente Tavares dos Santos em "Colonos do Vinho", Hucitec, São Paulo, 1984.

"Ademais da ocupação efetiva do solo, a colonização açoreana proporcionava grandes contingentes de soldados, bem como áreas de abastecimento de víveres, junto aos possíveis campos de batalha".

As colonizações alemã e italiana ocuparão as terras mais interiorizadas do planalto meridional.

Os primeiros núcleos são os de colonização alemã, que se sucedem pela primeira metade do século XIX. Estes, multiplicam-se entre 1824 e 1859 pelos trechos serranos das encostas que bordejam o planalto meridional num arco de longa curvatura que vai do norte de Santa Catarina (Joinville) às fronteiras continentais do Rio Grande do Sul (Santa Maria). Já a colonização italiana estende-se pelo período 1870-1920, evoluindo, no que toca à formação da moderna policultura camponesa, em colônias localizadas em áreas do topo do planalto, do Rio Grande do Sul ao Paraná.

Alemã ou italiana, a colonização inaugura nas terras do Sul um novo padrão de arranjo espacial, próprio das comunidades camponesas familiares autônomas. Nada aqui assemelha-se ao padrão latifúndio-minifúndio característico das "macro-formas" do espaço escravista-exportador. Aqui no Sul, uma dada área extensa é dividida em lotes pequenos (35ha em média), onde as famílias de imigrantes são assentadas. O loteamento inclui o traçado das estradas destinadas ao escoamento da produção, sobretudo porque os lugares escolhidos geralmente estão afastados dos centros mais povoados. Em seu lote, a família imigrante organiza uma típica unidade camponesa de produção e consumo de molde europeu. No entanto, os processos técnicos de produção são aqui adaptados. De um modo geral, há um processo histórico comum de montagem da organização espacial, que Waibel classicamente captou em suas pesquisas sobre a colonização no Sul. Inicia-se com a abertura do roçado na mata para substituí-la pela policultura de subsistência. Planta-se feijão, mandioca, batata e milho, este para nutrir a criação miúda (aves e porcos), a isto limitando-se a relação lavoura-criação. Industrializa-se caseiramente as sobras. Comerciantes ambulantes intercambiam os produtos dos camponeses pelos que estes necessitam, como utensílios. A densificação das relações amplia a rede de estradas e das trocas. A policultura ainda mais se diversifica, para introduzir entre outras a cultura do trigo. O comerciante se instala nos cruzamentos da rede e aí se fixa com seu negócio, criando pontos de referência da movimentação das trocas no núcleo. O campesinato introduz o arado de tração animal (cavalo) na lavoura e a carroça de quatro rodas no seu cotidiano, que servirá para levar os produtos ao mercado e a família às festas e à Igreja. É quando a limitação do tamanho da propriedade à rotação de terras força a

família camponesa a migrar para outra área ou a evoluir para a rotação de culturas. Esta vem com a introdução de leguminosas na lavoura e a associação desta com a pecuária, para o fornecimento do adubo. A paisagem fica mais complexa, compondo-se agora do xadrez das culturas e das instalações da pecuária, em particular a leiteira, dado a exiguidade da propriedade exigir pecuária especializada e sua estabulação. A indústria cresce e transborda do limite caseiro, criando um ramo próprio com capitais vindo tanto da acumulação mercantil quanto da reunião dos camponeses em cooperativas, fundando a divisão do trabalho e instaurando novo patamar de relação cidade-campo.

Leva tempo, entretanto, este desenvolvimento que trabalha pela integração da unidade espacial nestas áreas de colonização. E mesmo quando ela ganha amplitude pouco extravasará a escala local-regional. Durante todo o correr da segunda metade do século o isolamento cultural será a característica dos núcleos coloniais, tanto de alemães quanto de italianos no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e de eslavos e poloneses no Paraná.

Será o Estado que promoverá as articulações intra-pontuais e com a escala vertical que leva até ao nível nacional. É o que vemos ocorrendo no Rio Grande do Sul, onde a virada do século registra o declínio das charqueadas, centro de gravidade até então da economia estadual. A necessidade de reordenar-se a economia leva à intervenção estatal, na forma da implantação de uma ramificada rede de ferrovias, visando promover as interligações de áreas que reativem e diversifiquem o arranjo econômico. Principalmente, pretende-se interligar as áreas coloniais do norte com as de pecuária da Campanha, abrindo a pequena produção camponesa imigrante para o mercado. Proliferam em consequência disso as indústrias locais, todas calcadas nas respectivas produções agrícolas. Em pouco tempo, assim se desenvolve em solo gaúcho a diversidade agro-industrial de produção que fará do Rio Grande do Sul um dos principais abastecedores de meios de subsistência aos grandes centros industriais e urbanos do Centro-Sul. A exemplo dele, todo o Sul vira um "celeiro agrícola", eufemismo com que se quer falar de um papel a ele reservado pelos industriais paulistas - centro da divisão centro-sulina de trabalho, quando o que se processa no Sul é a forma peculiar como nele se dá a acumulação primitiva, promotora de um padrão muito próprio de desenvolvimento do eixo agricultura-indústria, um padrão disperso, exatamente oposto ao que está em curso no triângulo Rio-São Paulo-Belo Horizonte.

A Hegemonização Financeira: o Novo Espaço

No correr desse quase século de processo de acumulação primitiva que vai de 1870 a 1950, desenvolve-se o capitalismo rumo à sua face plena. A molecularidade é a forma como vai se dando o avanço dessa acumulação primitiva. Mas por volta dos anos cinquenta a hegemonia financeira inicia a unitarização do espaço nacional.

Se o aprofundamento da divisão interna do trabalho com que se rompe o regime escravista e se abre o processo da acumulação primitiva adquire, necessariamente, de imediato, uma face molecularizada, é porque o conteúdo de classe do processo traz a marca indelével da presença das elites agrárias. Todavia, crescendo a interdependência entre os segmentos de área e setoriais que vai se abrindo em leque na medida mesma que se dá este aprofundamento dentro da molecularidade, amplia-se em crescendo o intercâmbio dos produtos recíprocos, estabelecendo-se, assim, uma imbricação entre divisão interna de trabalho e relações internas de mercado que cedo ou tarde põe integração em lodo o espaço molecular.

Por isto, ali onde melhor se dê esta identidade entre divisão de trabalho e mercado, mais o processo da acumulação primitiva chega ao capitalismo pleno. E onde isto mais efetivamente ocorre, mais a fusão monopolista se instala, engendrando o capital financeiro e extinguindo as componentes da molecularidade.

Dois movimentos paralelos passam a se dar, pois, a partir de quando o processo da acumulação primitiva do capital atinge seu patamar avançado nas décadas de quarenta-cinquenta, ambos igualmente promotores da dissolução e superação capitalista da molecularidade: a proletarianização do campesinato e a concentração-centralização monopolista que integra empresas de diferentes áreas e setores.

A expulsão com que se processa a proletarianização do campesinato é a decorrência direta do aprofundamento da divisão interna do trabalho. Forçando a especialização produtiva à agricultura, o que implica sua necessária capitalização, este aprofundamento alija a grande massa camponesa do meio rural, impondo-lhe um estado permanente de revolta e conflito. Nasce dessa proletarianização do campesinato a *mobilidade territorial do trabalho* que aqui exprime-se no êxodo rural e acolá na migração rural-rural para desembocar na formação de amplo mercado nacional de trabalho livre. É o grau desse aprofundamento que leva as relações de produção a permanecerem fundadas na mais valia absoluta ou a progredirem na direção de fundarem-se na mais valia relativa. Vale dizer, a se apoiarem em processos produtivos ainda de todo não revolucionados, dado a forma de propriedade dos meios de produção ainda não ser

inteiramente a burguesa, ou em forças produtivas integralmente capitalistas, porque apoiadas em sua totalidade na forma capitalista de propriedade. A manterem-se subsumidas pelo capital mercantil ou a se abrirem para a irrupção da hegemonia financeira.

É da proletarização do campesinato e conseqüente mercantilização da terra e da força de trabalho que nasce o circuito capitalista de mercado. A isto é que Lênin designa "limpeza das terras" para o capitalismo, que, uma vez completada, instaura a agricultura em moldes capitalistas. Todavia, esta só se assenta quando a par e articuladamente a esta "limpeza" geradora do proletariado (pressuposto do livre mercado) a agricultura absorve a tecnologia de escala industrial (pressuposto da mais valia relativa).

O ponto do espaço nacional onde este duplo processo primeiro se efetiva tende a polarizar o conjunto, uma vez que na continuidade de sua progressão vai carreando para si parcelas crescentes dos excedentes aqui e ali produzidos.

Desde os anos vinte a molecularidade mal esconde o dreno de excedentes que vai se incorporando à formação do capital em São Paulo. Se neste período a face financeira dessa polaridade fica oculta no subsídio que o Estado passa na forma da política de preços artificiais do café, a face mercantil fica transparente nas estatísticas do saldo das trocas entre São Paulo e demais Estados (à época Províncias) e mais ainda das levas de imigrantes que vêm de Minas Gerais e Nordeste para empregar-se nos cafezais e indústrias paulistas.

Confrontando a divisão intra-agrícola do trabalho no planalto paulista com a de qualquer outra fração do espaço nacional, entenderemos a razão dessa polaridade, que não cessa daí para diante até evidenciar-se em definitivo nos anos cinqüenta, quando a concentração de estabelecimentos industriais na área urbana de São Paulo atinge já mais da metade de todo o parque industrial brasileiro. É justamente em São Paulo onde os pressupostos da instauração do modo de produção capitalista, acima referidos, primeiro completam sua formação no país, precisamente isto revelando a paisagem do seu espaço, tanto na diversidade do seu rearranjo agrário quanto na escala de concentração técnica do seu arranjo fabril.

É precisamente isto que explica porque embora as primeiras manifestações industrializantes possam ser detectadas nas áreas urbanas nordestinas, não é aí onde o capitalismo vai efetivamente florescer. Resumindo a raiz deste freio, numa linha de interpretação genuína na literatura brasileira, diz-nos Francisco de Oliveira: "Essa breve digressão serve para apontar o fato de que, emergindo a economia do 'Nordeste' algodoeiro-pecuário, que se centrava nas forças de reprodução já descritas,

produziu em primeiro lugar uma mão-de-obra que, pelas flutuações internacionais da economia algodoeira-pecuária, converteu-se parcialmente em força de trabalho disponível nas entressafras para alugar-se na produção da cana; a constituição desse semiproletariado levou para o coração da economia capitalista do açúcar-textil uma forma de mão-de-obra que não era força-de-trabalho, que não era totalmente mercadoria, já que cuidava de sua própria subsistência. Tendo agora como produtor um contendor não-antagônico, o capital industrial do "Nordeste" açucareiro-têxtil caiu na armadilha preparada pela "região" que lhe era concorrente na hegemonia das forças produtivas e das relações de produção; e recriou, no seu interior, formas de trabalho semicompulsórias, o "cambão", mercados "cativos" de trabalho nas usinas, formas de apropriação e expansão do trabalho não-pago caracterizadas pelo "barracão", em que o trabalhador passou a ser pago em espécie. Recriou, portanto, *formas de defesa anticíclicas não-capitalistas*: não ocorria o desemprego, nas crises da economia açucareira: ocorria apenas a volta de parte da população trabalhadora às "economias de subsistência", a formas quase-naturais. Essas formas de defesa foram-lhe extremamente *eficazes para não desaparecer*, mas cobraram seus direitos na medida em que a impediam de expandir-se". A que acrescenta: "...a hegemonia do Centro-Sul sobre a burguesia industrial do Nordeste começa a ocorrer exatamente pela troca de mercadorias, pela invasão de mercadorias produzidas no Centro-Sul, onde a produtividade do trabalho eslava em crescimento". Vale dizer: "...enquanto ocorre no Centro-Sul esse desdobramento e aprofundamento da força de trabalho como mercadoria, no Nordeste açucareiro têxtil essa nova circularidade vê-se embotada pelo fato de que a forma do capital ali predominante acha-se empatada pelas formas não capitalistas de reprodução da própria força-de-trabalho". Ao não operar-se a desterritorialização da massa trabalhadora capaz de torná-la uma população livre para o capital, para tornar-se ela mesma capital (capital variável), fica bloqueada a possibilidade de elevar-se a produtividade que, baixando os custos gerais a partir da mercantilização integral da reprodução da força de trabalho, abra para a livre competitividade e ritmo de circularidade que requer a expansão acumulativa do capital. Nesse confronto, o capitalismo fica bloqueado no Nordeste e franqueado no Centro-Sul, abrindo-se as comportas para a polaridade deste.

Mais que isto, abrem-se as comportas para a dissolução da molecularidade na globalidade do espaço nacional sob o comando e direção dos capitais situados em São Paulo. Inicia-se, então, nos anos cinqüenta, a unificação do espaço nacional via sua homogeneização no conteúdo capitalista que vai fechando as indústrias regionais em proveito da

absorção de seus mercados pelas indústrias instaladas em São Paulo, Essa unificação do mercado nacional centrada nos capitais "paulistas" e via dissolução das formas "regionais" levanta a reação das burguesias locais contra o "colonialismo interno", travando-se um confronto político que vai atravessar toda a década de cinquenta e a seguinte.

Tem lugar, assim, nestas décadas, uma grande confrontação também ideológica, cuja cara é a tese do "espaço arquipélago", de forte colorido e brandida por um e outro lados. De cada lado desse conflito intra-dominantes a tese justifica argumentos. De parte das burguesias regionais que se sentem prejudicadas, trata-se de uma herança do passado colonial, cuja consequência, por força das preterições e abandono pelo "poder público", é o subdesenvolvimento imperante nas regiões e no país, preterições que agora o governo federal deve corrigir. De parte do grande capital, trata-se de um atraso gerado pela ausência de relações mercantis internas decorrente do passado colonial, que deve ser superada pela abertura de vias de comunicações e subsídios governamentais a implantações de modernas indústrias nas áreas de atraso.

De um como de outro lado a retórica dos argumentos e saídas revela ter-se completado o fundamental do processo da acumulação primitiva do capital, ressonando o "dobre de finados" do campesinato.

O Espaço Monopolista-Financeiro: A Revolta Camponesa Permanente

O período que se abre nos anos cinquenta já se prenuncia nos movimentos camponeses dos anos quarenta. Naquela década os indícios da proletarização do campesinato são manifestos. Em todos os cantos, multiplicam-se os sindicatos rurais, e, na década seguinte, em 1955, surge a primeira de uma série de Ligas Camponesas.⁸

Não por acaso, o foco irradiador dessas movimentações políticas é o Nordeste. Daqui, saem as mais fortes reações regionalistas. Saem também os protestos organizados dos camponeses. E será o Nordeste a primeira região a motivar a criação dos organismos regionais de planejamento que proliferarão logo a seguir. A Sudene, criada sob o calor das lutas dos camponeses e que surge de um embrião de planejamento essencialmente redistributivo de população camponesa no interior do território nordestino, tornar-se-á o padrão das demais Superintendências.

⁸ A lista de entidades que, desde então, vão surgindo, indicativas do crescimento da reação camponesa ao avanço da marcha capitalista, não pára de crescer.

Década rica de acontecimentos, justamente porque é a do salto de qualidade na marcha ascendente do capitalismo no Brasil. Os anos cinquenta vêm nascer o sistema bidepartamentalizado da indústria, marcando o surgimento da força produtiva capitalista.⁹

É a década que demarca os dois distintos momentos da organização capitalista do espaço: a molecularidade de antes dissolve-se daqui para diante frente à hegemonização crescente do conteúdo do espaço que vai reorganizá-lo por completo.

É neste momento conclusivo do processo de acumulação primitiva que a velha estratégia de reforma agrária das elites mais se explicita, em sua revelação pública e em sua face dolorosa para o campesinato. O Estatuto da Terra (Lei 4.504/64), sob cuja égide o Estado toma para si a tarefa de orientar esta fase decisiva da "limpeza das terras" para o capitalismo, é sua direta expressão.¹⁰

Vimos que no centro dessa estratégia encontra-se a divisão de tarefas intra-agrícolas do binômio latifúndio-minifúndio e a política de sua atualização permanente, que implica em manter a sobrevida do campesinato até o momento em que, local e nacionalmente, o latifúndio lenha se modernizado e o campo se tenha técnico-produtivamente capitalizado ao ponto de todo e qualquer lugar e forma de cultura adquirir generalizadamente o nível de alta lucratividade, justificando assim a assimilação produtiva de toda a agricultura pelo novo latifúndio. Até lá, estruturar-se-á a agricultura numa divisão interna de trabalho em que ao minifúndio caiba suprir o desenvolvimento capitalista no que este necessite de produtos pouco lucrativos para o agricultor, como os alimentos, de modo a que fique para o latifúndio, como tarefa, apenas aquelas culturas cuja alta lucratividade lhe permita o ritmo e grau de modernização pretendidos.

É tal mecanismo que vemos governando a evolução diferenciada do campo a partir dos anos cinquenta-sessenta, explicando a antecedência da agro-pecuária paulista (área do Estado de São Paulo e do entorno imediato) em relação ao restante do espaço nacional, onde a estratégia parece ter-se completado. Por isto, aí a metamorfose da grande propriedade praticamente capitalizou-se e fez desaparecer pela proletarização a massa do campesinato, transformada no bóia-fria. Não é ocasional, portanto, ser o Triângulo Mineiro, área de paulistização agrícola típica, o locus do nascimento da UDR (União Democrática Ruralista), organismo

⁹ Desenvolvemos este processo em "O Movimento Operário e a Questão Cidade-Campo no Brasil", Editora Vozes, Rio de Janeiro, 1985.

¹⁰ Reiteramos ao leitor que veja nosso "O Plano Nacional de Reforma Agrária em Questão", Terra Livre nº 1, AGB, 1986.

sabidamente representativo do novo latifúndio. Entretanto, para o restante do espaço agrário nacional, somente nas décadas recentes, basicamente de setenta-oitenta, é que este fenômeno vai generalizar-se e sob o comando "paulista".

Seja como for, a metamorfose do velho no novo latifúndio operada nos poros da molecularidade da acumulação primitiva é hoje o estado geral do espaço agrário no país. Eis porque é generalizada e intensa a expulsão em massa do campesinato, impondo a violenta mobilidade territorial de famílias camponesas inteiras, de que "gaúchos" e nordestinos são o melhor exemplo, obrigadas a migrar para os centros urbanos ou às áreas distantes da Amazônia, a nova "fronteira agrícola".

Subvertendo o modo de vida do campesinato em todas as áreas do país, a capitalização da agropecuária generaliza como base do campo a forma burguesa de propriedade rural fundada diretamente na relação capital-trabalho, instaurando o novo modo de vida em cuja esteira cresce a massa dos sem-terra e o conflito permanente de terras.

A Cara Espacial do Capital Moderno

A essência econômica do processo está se deslocando, portanto, dos mecanismos da acumulação primitiva para os da acumulação financeira. A "limpeza das terras" para o capitalismo, efetuada nos parâmetros do caminho latifundiário-burguês e não os do caminho camponês-burguês, ganha então intensidade, agora sob o comando direto do Estado, dissolvendo a molecularidade na nova ordem do espaço unitarizado.

É porque está em curso acelerado a dissolução mercantil de tudo que é relação que ainda não esteja incorporada "à economia livre que se desenvolve à maneira capitalista", subvertendo sob a generalização da forma burguesa todas as formas de propriedade fundiária.

É que duas grandes forças se unem nessa rearrumação estrutural do campo brasileiro, o grande capital agrário e o Estado: o novo latifúndio atuando através da capitalização generalizada da agropecuária nacional e o Estado através da ramificação do traçado dos transportes rodoviários e da multiplicação pontual das barragens das grandes usinas. O Estado implantando a infra-estrutura de grande escala (transporte e energia) com a qual o grande capital agrário "revoluciona" as relações agrárias. Estado e novo latifúndio unidos no massacre do campesinato, na passagem massacrando também as populações indígenas.

É assim que vemos nos anos setenta-oitenta as culturas da soja, arroz, trigo, café e o gado bovino transbordando dos seus tradicionais

limites ecológicos para as amplas áreas do planalto central em direção à Amazônia, refazendo a fisionomia do cerrado e da floresta equatorial. Isto porque a agricultura transbordou dos acanhados limites técnico-produtivos de antes pela crescente e acelerada absorção de modernos insumos industriais (máquinas pesadas, fertilizantes químicos e agrotóxicos), sedimentando a nova divisão intra-agrícola do trabalho vinda da superação ou reestruturação do binômio latifúndio-minifúndio e fundindo agricultura e indústria através da industrialização da agropecuária.

Intensificando o nivelamento nacional dos custos agrários (é nisto, vimos, que reside o motor da homogeneidade que vai superando a velha heterogeneidade do espaço molecular), a união Estado-novo latifúndio expulsa para áreas de solos e localização ainda de alto custo de incorporação produtiva a pequena produção camponesa, promovendo dessa forma, por meio do caminho latifundiário-burguês, a "limpeza das relações não-capitalistas", que Lênin toma como "modus operandi" da transformação agrária característica do desenvolvimento capitalista do campo. Todavia, mesmo estas áreas incorporar-se-ão ao ritmo do nivelamento técnico-produtivo dos custos, desempenhando em caráter provisório o papel de periferia.

É esta a dinâmica do que Lênin *metaforicamente* designava centro-periferia quando se referia à simultaneidade de ocorrência, na Rússia da virada do século, das duas variedades possíveis dessa transformação: a conversão do velho no novo latifúndio nas antigas áreas de ocupação agropastoril, "limpando" o campo para a instauração do estado pleno de acumulação e hegemonia capitalista através da expulsão do campesinato para as áreas que à distância atuam como "fundo de colonização" e exercem o papel de "fronteira agrícola", hoje localizadas na Amazônia. O caráter metafórico deve-se a que, como esta própria dinâmica já envolve o novo como seu motor, ao "deslocar" para a "fronteira" a velha relação, esta já nada tem do velho genuíno. Daí que mal a "fronteira" se instala e o novo latifúndio já nela está presente, desapropriando e subvertendo o modo de vida do campesinato tal como procedera nas velhas áreas, às vezes antecedendo a chegada deste. Qualquer observação menos atenta da paisagem nessas áreas de "fronteira" localiza a presença do novo latifúndio, aqui na forma da grande máquina agrícola, ali nos longos sulcos da terra preparada para receber o plantio da grande cultura de mercado e acolá nos montículos brancos da cal para correção da acidez habitual dos solos dos cerrados, e, ao seu lado, também a do eterno inimigo do monopólio latifundiário da terra, o pequeno produtor camponês familiar, revelando que o que é próprio do conteúdo social da "fronteira" é a clássica *combinação desigual* latifúndio-minifúndio, aqui

na "fronteira" em sua nova versão, o que tem sido a raiz do permanente condito de terras no Brasil. Próxima à iminente nivelção dos custos que é já a base comum e geral de todo o espaço agrário nacional, esta relação própria da "fronteira" nasce prenhe de alta carga explosiva, razão porque é sempre nestas áreas que historicamente rebentam as maiores revoltas camponesas de nossa história, bastando lembrarmos da Guerra do Contestado, que eclode no oeste catarinense-paranaense e se arrasta de 1912 a 1916, bem nos confins da velha fronteira.

E neste final de século XX, justamente porque é chegado o momento de auge da modernização latifundista, a expropriação e expulsão do campesinato e a violência dos conflitos de terras não têm paralelo em nossa história. Se não se registram as longas rebeliões camponesas que conhecemos no passado (a de Canudos, em 1896 no sertão baiano, durando dois anos, 1896-1897; a do Contestado, em 1912 no sertão catarinense-paranaense, durando cinco anos, de 1912 a 1916; ou a de Trombas e Formoso, em 1948 no sertão goiano, durando oito anos, de 1948 a 1964), à diferença do caráter pontual do passado as de hoje são permanentes e contemporâneas por todo o corpo do espaço agrário nacional, expressando com esta característica a generalizada subversão do modo de vida camponês em curso por todo o país por meio da sua dissolução na forma burguesa de propriedade da terra.

É assim que dos 23 milhões de ocupados na agropecuária atualmente (incluindo todas as formas sociais do trabalho rural), 12 milhões são camponeses sem-terra e a quase totalidade do restante camponeses com pouca terra.

Os Pólos do Conflito

A origem dessa imensa massa humana, que se desloca demandando terra e trabalho pelo imenso território do país, é locacionalmente variada, mas tem um plano de fundo comum na "limpeza" latifundiária-burguesa das relações agrárias.

Muitas das áreas de sua origem são as que foram atingidas pela ação do Estado no seu afã de criar via implantação de infra-estrutura (capital fixo espacializado), em particular rede de rodovias e usinas hidrelétricas de grande escala, as condições gerais de capitalização da agropecuária. Realizando-a para o grande capital e não para o campesinato, esta implantação redundava sempre na expulsão camponesa, como vimos, seja pela abertura das terras à especulação mercantil com sua integração rodoviária (ou ferroviária) ao tecido do espaço nacional, ou seja pela

inundação de áreas rurais inteiras que sempre acompanha as barragens requeridas para instalações de grandes usinas hidrelétricas. A expulsão dos camponeses é sempre acompanhada da reação destes, nascendo nestas áreas muitos dos pólos de conflitos do passado e de hoje, arrastando-se às vezes em longas contendas que lembram as táticas de guerra de guerrilhas. É assim em 1945, com a revolta de Malacacheta (Teófilo Otoni), norte de Minas Gerais, relacionada com a abertura da rodovia Rio-Bahia; em 1948, em Trombas e Formoso, norte de Goiás, relacionada à abertura da rodovia Transbrasiliana, posteriormente (1956) incorporada como trecho da rodovia Belém-Brasília; e hoje, em Xapuri-Brasiléia, no Estado do Acre, relacionada à pavimentação do trecho local da rodovia 364, destinada a incorporar-se à longa rodovia internacional Brasil-Peru que porá em ligação, via literal do Pacífico, a produção agrária do planalto central aos mercados da Ásia oriental; todas áreas cortadas por rodovias e convulsionadas pela grilagem e especulação fundiária que chegam com a valorização das terras trazida pela ligação rodoviária. É assim também com as áreas de Sobradinho e Itaparica, desaparecidas sob o lago das barragens que se multiplicam no vale do São Francisco, da Chesf e Codevasf; de Itaipu, desaparecida sob o lago da barragem no vale do Paraná, da Eletrosul; das 25 barragens levantadas no vale do Uruguai, da Eletrosul; de Tucuruí, no vale do Tocantins, da Eletronorte; de Balbina, no vale do Uatumã, da Eletronorte; e de Cararaô, projetada no vale do Xingu, que motivou o protesto do I Encontro de Povos Indígenas do Xingu, reunindo oito nações indígenas contra a usina, da Eletronorte; todas relacionadas com divergências de reassentamento pelas comunidades camponesas ou indígenas desestruturadas em sua organização de modo de vida pela inundação de suas terras.

São pontos de localização precisa no tabuleiro do espaço agrário nacional unitarizado, ao contrário da expulsão relacionada à reordenação do uso do solo pelo latifúndio modernizado, via especialização dos cultivos, que é disseminada pelo corpo do espaço nacional. Aqui, o campesinato dominial, policultor de alimentos, é o primeiro a ser atingido, uma vez que a parcela que ocupa é a primeira a ser incorporada tão logo as culturas de grande mercado ampliem seus espaços, em busca de novas áreas para expansão. Situadas dentro das terras do grande proprietário, e a ele pertencentes, este as retoma para esta expansão dos cultivos mais lucrativos. Os camponeses do minifúndio dominial são, assim, as primeiras e imediatas vítimas da "limpeza" nos grandes espaços latifundistas. Expulsos das restritas áreas que até então ocupavam como moradores, meeiros, foreiros, pequenos rendeiros e até posseiros, restalhes agora oferecer à venda por um salário sua força de trabalho, na

própria empresa rural ou alhures, somando-se ao amplo exército dos assalariados temporários, trabalhando como volantes em perambulação pelo campo no roteiro das safras (trabalhador safrista). Ou, então, engrossarem as fileiras dos que partem em demanda de terras nas áreas da "fronteira agrícola". Seja entre os trabalhadores safristas ou entre os pequenos produtores instalados nas áreas da "fronteira", encontram eles a massa dos camponeses dos minifúndios autônomos que por caminhos diversos tiveram o mesmo destino. Aqui, vemos a pequena propriedade incorporada pela expansão do latifúndio vizinho, que, sobretudo nas áreas de ocupação mais densa, além da expulsão do campesinato de seus domínios, avançou sobre as terras dos camponeses da circundância. Acolá, esgotou-se a capacidade das já pequenas propriedades fragmentarem-se por herança, enfrentando os camponeses o bloqueio do acesso à terra em face da subida contínua do seu preço, valorizada pela especulação e pela concentração monopolista.

Desalojado pela união do Estado com o novo latifúndio, o campesinato torna-se um migrante permanente, alimentando a intensa mobilidade territorial do trabalho que o reaglutina ao sabor das necessidades da mobilidade territorial do capital. Essa dinâmica de *territorialização da burguesia* operada pela generalização da forma burguesa da propriedade da terra e conseqüente *desterritorialização do campesinato*, oriunda do despojamento e expulsão maciça deste de suas terras, origina como que uma dinâmica de espaço-contra espaço, que pelo lado do campesinato sem-terra traduz-se na tática das ocupações (o equivalente do *empate*, forma de luta criada pelos seringueiros de Xapuri, que consiste nestes pararem com mulheres e crianças frente às moto-serras, de modo a evitarem a derrubada da mata e com ela a expansão do latifúndio pecuário sobre as terras desmatadas) e pelo lado dos grandes proprietários, na tática da recorrência ao seu desalojamento pelo uso da violência armada.

Sobretudo três grandes áreas tornaram-se os pólos centrais desses confrontos: o noroeste gaúcho, o Bico de Papagaio e o extremo oeste amazônico. A primeira é o centro nevrálgico do movimento dos Sem-Terra e berço do nascimento do MST (Movimento dos Sem-Terra), entidade que organiza as ocupações, forma de luta hoje generalizada pelo país e que tem nesta área seu pólo mais ativo, inspirada na experiência das ocupações de Ronda Alta, Fazenda Natalino, Anoni. A segunda e a terceira são os pólos das típicas lutas da atual "fronteira agrícola", o Bico do Papagaio (área formada pelo norte de Goiás, hoje Estado de Tocantins, sudoeste do Maranhão e sudeste do Pará), registrando o maior número de conflitos de terras e assassinatos de lideranças rurais (padres, sindicalistas rurais e advogados sindicais) de todo o país, e o extremo oeste amazônico

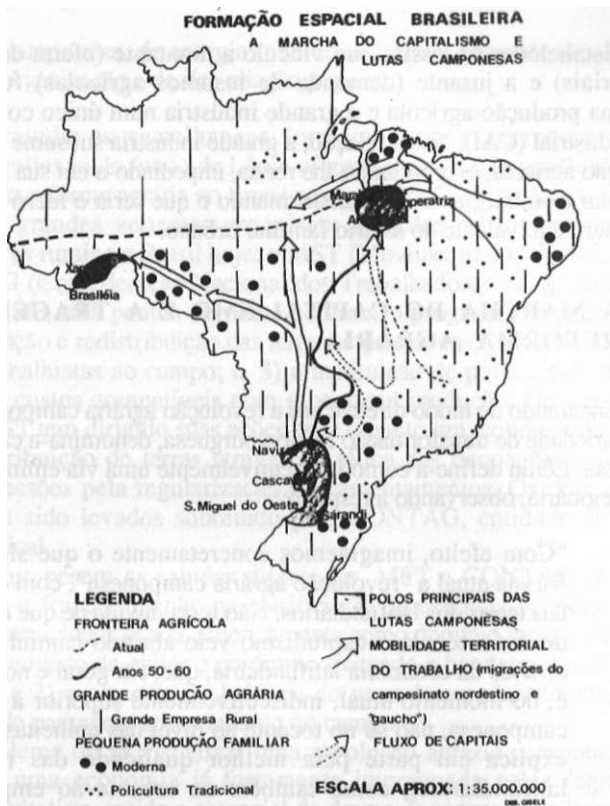
(área de Rondônia/Acre) encarnando inovadoramente com a proposta da *reserva florestal* pelos seringueiros a resistência à dissolução do modo de vida dos trabalhadores rurais pela "limpeza das áreas" do tipo latifundiário-burguês (fosse do tipo camponês-burguês e a "limpeza" seria de latifundiários!).

O Novo Binômio e o Complexo Agro-industrial (CAI)

Com a imensa quantidade do campesinato familiar ligado tradicionalmente à produção de insumos agrícolas para as indústrias, os efeitos da marcha latifundiário-burguesa de desenvolvimento agrário são de outra natureza, diferentes dos que vimos para os sem-terra, mas nem por isto menos doloroso.

Nessa marcha em que, não necessariamente em linha reta, o capitalismo vai se "depurando" de todas as formas de relação que lhe vede o caminho rumo ao seu florescimento pleno, aqui proletarizando e ali criando o campesinato, uma fração camponesa segue o rumo da vinculação direta com a reprodução do capital industrial, só parte da qual ganha a possibilidade de capitalizar-se, emburguesando-se.

No fundamental, a industrialização da agricultura é o rumo geral da marcha capitalista. Trata-se da incorporação pela agricultura em seu processo produtivo dos insumos industriais como maquinaria pesada, adubos químicos e defensivos agrícolas. No Brasil este é um processo em curso acelerado a partir dos anos sessenta-setenta, como temos visto. Para tanto, via política de crédito agrícola, o Estado forja, no decurso dessas décadas, o vínculo do empréstimo bancário ao agricultor à obrigatoriedade de parte dele ser empregado em compras de insumos industriais. Eis como age para criar para as transnacionais o setor industrial interno desses produtos. Acelera-se, assim, a modernização da agricultura, disso beneficiando-se tecnicamente, mas ao preço de ainda hoje encontrar-se pendurada aos bancos em dívidas, esta fração camponesa produtora de insumos agrícolas, como os produtores de uva do nordeste, de fumo do norte e soja do noroeste, todos no Rio Grande do Sul, os de leite em todas bacias leiteiras circundantes às Regiões Metropolitanas, e os de frutas e legumes no Agreste Pernambucano.



A marcha do capitalismo e as lutas camponesas no Brasil - Despojando-o e expulsando-o de suas terras a marcha do capitalismo dissolve o modo de vida do campesinato, no que "reinventa" o binômio latifúndio (grande produção agrária) - minifúndio (pequena produção familiar), forja intensa e generalizada mobilidade territorial do trabalho e do capital e dissemina os conflitos de terra que nas décadas recentes assumem agudo confronto em face da violência armada dos grandes proprietários rurais organizados na UDR. Três principais pólos territoriais sintetizam este grau de confronto e as formas de ação criadoramente engendradas pelo campesinato em luta: o extremo oriente amazônico (área de Marabá, Araguaína e Imperatriz, conhecida como Bico do Papagaio), onde se deu metade dos 1.408 assassinatos ocorridos no campo por conflitos de terra desde 1964; o extremo ocidente amazônico (área de Xapuri-Brasília, no vale do Acre), marcado pelo conflito de seringueiros com o avanço do latifúndio pecuário-madeireiro que levou recentemente ao assassinato de Chico Mendes; e a fronteira sudoeste (área de Naviraí, Cascavel, São Miguel do Oeste e Sarandi/fazenda Anoni), berço do MST e da tática de ocupações/acampamentos, hoje generalizada pelo país no campo e na cidade.

Estabeleceu-se, assim, um vínculo a montante (oferta de insumos industriais) e a jusante (demanda de insumos agrícolas) fundindo a pequena produção agrícola e a grande indústria num único complexo, o agroindustrial (CAI). Nesta relação, a grande indústria subsume a pequena produção agrícola, expropriando-lhe a renda, impedindo-a em sua maioria de acumular e emburguesar-se, transformando o que seria o lucro camponês num mero equivalente do salário familiar urbano.

A MARCHA DO CAPITALISMO E A TRAGÉDIA DA REFORMA AGRÁRIA

Encarando de modo direto e cru a revolução agrária camponesa como uma variedade de transformação agrária burguesa, denomina-a camponesa-burguesa, Lênin define-a como indiscutivelmente uma via eminentemente revolucionária, observando a respeito:

"Com efeito, imaginemos concretamente o que significa na Rússia atual a "revolução agrária camponesa", com o *confisco* das terras dos latifundiários. Não resta dúvida de que no decurso de meio século o capitalismo veio abrindo caminho para si, *através* da economia latifundiária, que, em geral e no conjunto, é, no momento atual, indiscutivelmente superior à economia camponesa, não só no tocante ao nível das colheitas (o que se explica em parte pela melhor qualidade das terras dos latifundiários), como também no tocante ao emprego dos modernos instrumentos de trabalho e do sistema de rotação das culturas (culturas de plantas forraginosas). Não resta dúvida de que a economia latifundiária se acha ligada por milhares de laços não só à burocracia, mas também a burguesia. O confisco solapa numerosos interesses da grande burguesia e a revolução camponesa leva também, como assinalou com razão Kautsky, à bancarrota do Estado, isto é, à perturbação dos interesses não só da burguesia russa, mas também de toda a burguesia internacional. Compreende-se que, nessas condições, a vitória da revolução camponesa, a vitória dos pequenos burgueses, tanto sobre os latifundiários como sobre os grandes burgueses, exige um concurso particularmente favorável de circunstâncias, exige hipóteses absolutamente extraordinárias e "otimistas" do ponto de vista do filisteu ou do historiador limitado, exige um impulso gigantesco de iniciativa

camponesa, de energia revolucionária, de consciência, de boa organização e de rica criação popular".

Abstraindo as semelhanças formais, sempre perigosas como método, a reflexão de fundo de Lênin oferece apoio sólido à reflexão dos caminhos da reforma agrária no Brasil nesta quadra final do século.

Dois grandes vertentes organizam as ações do movimento dos trabalhadores rurais no Brasil hoje: o MST (Movimento dos Sem-Terra) e a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Sob sua égide, três pontos de pauta centram o programa de lutas: **1)** a desapropriação e redistribuição das terras improdutivas; **2)** a extensão dos direitos trabalhistas ao campo; e, **3)** a instituição de políticas de preços mínimos e custos compatíveis com a pequena produção. De um modo geral, o MST tem dirigido suas ações para o ponto um, conduzindo a luta pela redistribuição de terras através da tática das ocupações a que se seguem pressões pela regularização dos assentamentos. Os dois outros pontos têm sido levados sobretudo pela CONTAG, entidade de forte caráter sindical.

Em que pesem as sabidas diferenças, MST e CONTAG têm em comum: **1)** o fraco empenho na clarificação da essência econômica da questão agrária, identificada genericamente como domínio monopolista da terra; **2)** o cuidado de evitar o confronto evitando a bandeira do confisco das terras; e **3)** a omissão do balanço do grau de amadurecimento das condições de passagem ao socialismo no campo.

No dilema de se visualizar uma revolução agrária camponesa no âmbito de uma economia já fortemente impregnada pelas regras de mercado **capitalista**, reside o essencial do drama da esquerda no Brasil. Só uma grande ilusão é capaz de obscurecer a compreensão de que mesmo uma reforma agrária realizada pela via do confisco de terras impeça que seja um reforço da economia de mercado e que no limite esta trabalhe contra qualquer meta de igualitarismo, comunitarismo e imperatividade do trabalho, como propõem as forças que impulsionam o MST, ou qualquer meta de garantia de igualdades de condições para o pequeno produtor rural, como propõem as forças impulsoras do sindicalismo rural. Em contraposição, só uma reforma agrária com a radicalidade do confisco é capaz de efetivamente quebrar a espinha do poder monopolista e barrar as tendências que a marcha do capitalismo traz de desaparecimento estrutural do campesinato pela via de sua proletarização hoje generalizada. Que não nos enganem as estatísticas que mostram, antes, o aumento crescente do campesinato quanto mais avança esta marcha do capitalismo. Os números, quando muito, indicam a expressão numérica de um movimento, nunca o seu significado.

Por que confisco de terras? Porque "o confisco solapa numerosos interesses da burguesia e a revolução camponesa leva também... à bancarrota do Estado, isto é, à perturbação dos interesses não só da burguesia (nacional), mas também de toda a burguesia internacional". Estas palavras de Lênin, referidas à realidade russa pré-revolucionária, encaixam-se, quanto ao leque de interesses em que mexe, perfeitamente à nossa presente realidade. Ora, o programa agrário das esquerdas, pautado por incidir sobre a redistribuição de terras(1) improdutivas e (2) via indenização, empaca num tema de definição controversa e por isto de grande conveniência ao emperramento burocrático, além de não ferir de morte o sistema latifundiário, antes pressionando os latifundiários retardatários contra sua própria inércia e empurrando-os para a modernização cujos efeitos sobre a massa camponesa já vimos.

Ora, a teia que subsume a massa dominada rural no Brasil, a exemplo do que vimos para o pequeno produtor de insumos industriais, é a forma peculiar como o capital financeiro aqui se constitui, fundindo-se organicamente num só tecido os monopólios terratenentes, industriais e bancários (no contexto mundial origina-se da fusão dos monopólios industriais e bancários), o Estado sendo o organismo promotor de tal fusão e conseqüentemente sua expressão política maior (vimos como o Estado forjou a criação do ramo industrial de insumos agrícolas).

É essa essência econômica a força gigantesca contra a qual se luta, a rede de interesses "não só da burguesia (nacional), mas também de toda a burguesia internacional" que só o confisco contraria, os laços cuja quebra "exige hipóteses absolutamente extraordinárias e 'otimistas' do ponto de vista do filisteu ou do historiador limitado, exige um impulso gigantesco de iniciativa camponesa, de energia revolucionária, de consciência, de boa organização e de rica criação popular".

É o que permanece vivo por trás das "cercas derrubadas", ensinando ao movimento dos Sem-Terra, nas experiências acumuladas dos acampados, que é impossível a reforma agrária sem o confronto com o Estado, sem o confisco das terras. É o que faz permanecer atual a advertência de Lênin de ser impossível "uma transformação agrária radical... sem uma transformação política radical".

Eis exatamente o ponto onde erram os advogados do caminho da pressão sobre o Estado, primeiro porque não põem o seu caráter em questão e segundo porque acabam vindo em reforço do seu papel tutelar sobre a sociedade brasileira. E erram igualmente os que, social-democraticamente, confundem "trabalhadores no poder" com "trabalhadores no governo" ao alimentar a ilusão da possibilidade de se estar no poder sem se ter quebrado a máquina vigente de Estado.

Os acontecimentos de Xapuri põem em evidência o desacerto desse programa agrário e onde pode levar o jogo eleitoral. Por força de definir-se o campesinato como parceiro eleitoral é que se fez dissipar um dos raros momentos de aproximação do proletariado urbano à causa camponesa, ao endossar-se a imagem de "ecologista", "sindicalista ecologista", "mártir da ecologia amazônica" e "Gandhi da floresta", que a mistificação ecologista e da imprensa internacional então difunde de Chico Mendes e do movimento dos seringueiros.

É justamente esta perspectiva que está no cerne da teoria do desenvolvimento capitalista pelo do não-capitalismo, em seu claro propósito de, embaixo de uma crítica equivocada da teoria marxista do campesinato, conferir-lhe personalidade autonomista na história. Mas é a própria constatação de que o capitalismo cria em seu desenvolvimento o não-capitalismo, reproduzindo-se pela reprodução do não-capitalismo, isto é, o campesinato familiar autônomo, que confirma o que vimos designando estratégia de reforma agrária das elites. Se o desenvolvimento capitalista cria o não-capitalismo, e a estatística agrícola brasileira o confirma, é com o fim de desenvolver a si mesmo, e não o não-capitalismo, o que seria um contra-senso.

O que a análise das formas sociais "atrasadas" criadas pelo capitalismo em sua marcha latifundiário-burguesa no Brasil nos mostra é que elas são componentes orgânicos desse processo. Assim, do sistema do colonato ao bóia-fria no espaço cafeeiro, do morador ao clandestino dos direitos no espaço canaveira pernambucano e do seringueiro ao peão no espaço extrativo-vegetal amazônico, o que lemos, abstraindo intencionalmente neste texto as formas intermediárias dessas passagens para irmos direto ao ponto, é o que Lênin designa "limpeza das terras" pelos latifundiários para o capitalismo.

Ora, a tática do *empate*, esta "rica criação popular" de forma de luta, não é o modo como os seringueiros em seu próprio aprendizado resistem à "limpeza das terras" pelos latifundiários para o capitalismo? "Limpeza das terras" em que a derrubada da floresta para substituir a mala pelo pasto é a face "ecológica" da real "limpeza" que é a dos seringueiros enquanto forma social de trabalho própria da acumulação primitiva do capital. Qual é, assim, a natureza do movimento que está em curso em Xapuri e qual a sua essência econômica? O que tem em comum com os movimentos de ocupação que pipocam em todos os cantos do espaço nacional neste final de século?

O que é, conseqüentemente, próprio da marcha do caminho latifundiário-burguês da transformação agrária no Brasil é esta estratégia de primeiro criar para, em seguida, dissolver as formas moleculares do

trabalho rural próprias da acumulação primitiva, para transformá-las na forma essencialmente única do vendedor de força de trabalho própria do novo latifúndio, tal qual estamos vendo do colono no bóia-fria, do morador no clandestino dos direitos, do seringueiro no peão.

Qualquer abstração dessa essência econômica da questão agrária no Brasil resulta na condenação do campesinato. Se a via latifundiário-burguesa já lhe é dolorosa, fica-lhe ainda mais. Toma-se Tragédia.

Bibliografia:

- ANDRADE, M. Correia - A Terra e o Homem no Nordeste - Editora Brasiliense - São Paulo - 1973.
- CNBB - Igreja e Problemas da Terra - Revista Vozes nº 2 - Rio de Janeiro - 1980.
- CONTAG - Resoluções do 4º Congresso - Brasília - 1985.
- CUT - Teses do 3º CONCURT - Boletim Nacional da CUT - Especial - 1988.
- LÊNIN, V. I. - O Programa Agrário da Social-Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907 - Livraria Editora de Ciências Humanas - São Paulo - 1980.
- MARTINS, J. S. - Os Camponeses e a Política no Brasil - Editora Vozes - Rio de Janeiro - 1981.
- Os Cativoiros da Terra - Livraria Editora de Ciências Humanas - São Paulo - 1981.
- MONBEIG, Pierre - Pioneiros e Plantadores de São Paulo - Editora Hucitec/EDUSP - São Paulo - 1984.
- MOREIRA, Ruy - O Movimento Operário e a Questão Cidade-Campo no Brasil - Editora Vozes - Rio de Janeiro - 1985.
- O Plano Nacional de Reforma Agrária em Questão - Revista Terra Livre nº 1 - AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros - São Paulo - 1986.
- Elites Agrárias e Relação Cidade-Campo no Brasil - EDUFF - prelo
- OLIVEIRA, Francisco - A Emergência do Modo de Produção de Mercadorias: Uma Interpretação Teórica da Economia da República Velha (1889-1930) - in A Economia da Dependência Imperfeita - Capítulo 1 - Editora Graal - Rio de Janeiro - 1984.
- Elegia Para Uma Re(ji)gião - Paz e Terra - Rio de Janeiro - 1977.
- PARTIDOS DOS TRABALHADORES - Elementos Para Um Programa Agrário do Partido dos Trabalhadores - Terra e Poder - PT/Secretaria Agrária Nacional - São Paulo - 1988.

- PEREIRA (P. Tierra), Hamilton - Levantados do Chão - Revista Teoria & Debate nº 4 - PT - São Paulo - 1988.
- PRADO Jr., Caio - História Econômica do Brasil - Editora Brasiliense - São Paulo - 1979.
- SANTOS, Roberto - História Econômica da Amazônia (1800-1920) - T. A. Queiroz, Editor - São Paulo - 1980.
- SANTOS, Vicente Tavares - Colonos do Vinho - Editora Hucitec - São Paulo - 1984.
- SILVA, J. Graziano da - A Modernização Dolorosa - Editora Zahar - 1982
- SILVA, Sérgio - Expansão Cafeteira e Origens da Industrialização no Brasil - Editora Alfa-Omega - São Paulo - 1976.
- VALVERDE, Orlando - Planalto Meridional do Brasil - Guia n- 9 - CNG/UGI - IBGE - Rio de Janeiro - 1958.

Migração e Violência - O Caso da Pré-Amazônia Maranhense

Regina Sader*

Introdução

Ao efetuar a pesquisa sobre *Espaço e Luta dos Posseiros do Bico do Papagaio*, área situada no Extremo-Norte de Goiás e Oeste do município de Imperatriz do Maranhão, chamaram-me a atenção as características do movimento migratório de boa parte dos habitantes da área.

A história desse movimento implicou, para a grande maioria, numa sucessão de expulsões evidentes ou disfarçadas das terras que ocupavam ou que foram ocupando ao longo de suas vidas, como se depreende das entrevistas efetuadas junto aos lavradores. O significado da migração pode ser buscado na luta desse campesinato pela manutenção de sua identidade e de sua reprodução enquanto produtor direto, conservando traços importantes de um sistema de cultura, hoje em vias de desaparecimento pela privatização crescente das terras nas áreas ditas de "fronteira agrícola".

As formas de luta desenvolvidas nas áreas de origem e nas novas áreas ocupadas são extremamente variadas e vão desde um enfrentamento aberto, onde a violência camponesa se faz presente, seja como reação à violência maior praticada pelos grileiros, seja como resultado de uma ideologia difundida no seio da sociedade em relação à questão indígena, até formas rituais de traços culturais, passando pelo ideário popular.

A necessidade de compreender melhor a migração me faz, no momento, remontar o trajeto das populações camponesas do Bico do

* Prof.^o do Depto. de Geografia da F.F.L.CH-USP.

Papagaio, buscando nos que permaneceram em áreas de expulsão, a memória dos tempos recentes, numa tentativa de recuperação de uma história camponesa. Por isso, atualmente, meu trabalho se desenvolve no Vale do Pindaré no Maranhão de onde partiram sucessivas levas em direção às áreas livres recobertas pela floresta úmida das margens do Tocantins, do Araguaia, e do Sul do Pará.

Características

Quando leio o que escreve Blanchot (Blanchot, M.: 1969): "...é necessário, em todos os tempos, estar pronto a se colocar em marcha, porque sair é a exigência à qual não se pode fugir se se quer manter a possibilidade de uma relação de justiça (...)" eu me remeto aos camponeses do Bico que entrevistei:

"Nóis vinha de São Pedro do Ramo, o último povoado de Caxias (...), então nóis vinha de péis, buscando lugar livre onde não tinha terra de sujeição porque meu pai era piauiense, ele já vinha assim escapulindo de terra de agregacia, entende? (...)"¹¹

"Nasci no Piauí, com 17 anos fui pra S. Domingos do Zé Feio. Depois fui pra Beira do Mearim, Santa Vitória, Pindaré. Depois fui pro Caldeirão, Jatobá; daí pra Grajaú, depois pro Puliquero (...). Nos últimos 26 anos mudei 54 vezes. Sempre trabalhei em terra liberta, até que, faz quatro anos agora, que fiquei de agregado. Fazia 5 anos que estava no Cacheado quando o João Mineiro tocou fogo nas trinta linha de mandioca minha (...)." ¹²

São vários os exemplos, mas o que permeia as entrevistas das quais escolhi apenas duas, é a busca da "terra liberta", "lugar livre", e a fuga de "terra de agregacia", "terra de dono". O oposto à liberdade, trabalho livre, é o trabalho de meiação, arrendo, parceria, entendidos pelos entrevistados como "trabalhar sujeito", trabalho de "sujeição".

Entrevista realizada em Viração, povoado do município de Imperatriz, Agosto 1984.

Entrevista realizada no povoado de Sampaio, município de Augustinópolis, Junho 1983.

O sistema de cultivo, no qual se baseia toda a organização interna desse campesinato, implica na prática de uma agricultura com pousio. Há necessidade de uma organização comunitária para que ele seja possível. É preciso determinar qual a porção do terreno que será cultivada, qual permanecerá intocada com a reserva de mata, e qual será deixada em repouso para a recuperação do solo, em comum acordo com os membros da comunidade camponesa. Os pousios são longos de 5 a 7 anos, daí ser imperiosa a abundância de terras, pois para cultivar 20 ha, uma família camponesa necessita pelo menos 60 ha disponíveis. A organização do grupo leva a uma produção do espaço que lhe é peculiar: o povoado que congrega as moradias e os campos cultivados em torno. É o líder do povoado, que em geral foi o líder do grupo que migrou, que determinou a distribuição das parcelas de cultivo e os lotes de moradias.

Em geral a migração foi feita em grupo. Ou são famílias inteiras, ou são os chefes de família com seus filhos mais velhos que saíram em busca das terras que receberam os novos habitantes. Essas características foram freqüentemente confundidas com "agricultura itinerante" e serviram durante muito tempo (até hoje) para "exemplificar" "falta de amor à terra", "agricultura predatória", "ausência de técnicas" por parte do campesinato, no discurso oficial.

Os povoados serão a materialização no espaço de todas as formas de relações, denominadas por M. Bourin e R. Durand (Bourin, M. et Durand, R.: 1984) de "solidariedades", e freqüentemente o locus da resistência dos posseiros acudados pela violência da invasão de suas terras.

Remontando o trajeto migratório

Em janeiro de 1988 iniciei uma nova etapa de pesquisa, em busca de uma historia camponesa recente, ao remontar o trajeto migratório dos posseiros do Bico do Papagaio. Novas formas de luta e um novo universo de relações complexas me aguardavam.

A área de estudos situa-se no oeste do estado do Maranhão, o Vale do Pindaré. Nessa primeira etapa visitei Pindaré-Mirim e Santa Inês. O vale conhece uma violência muito grande a partir de meados dos anos 50, que se intensifica na década seguinte, sofrendo grandes transformações, que implicam no fracionamento do município de Pindaré-Mirim com a criação dos municípios de Santa Luzia, Santa Inês, Bom-Jardim. O aporte importante de populações oriundas de outras áreas do Maranhão e outros estados do Nordeste, expulsas pela valorização crescente das terras situadas

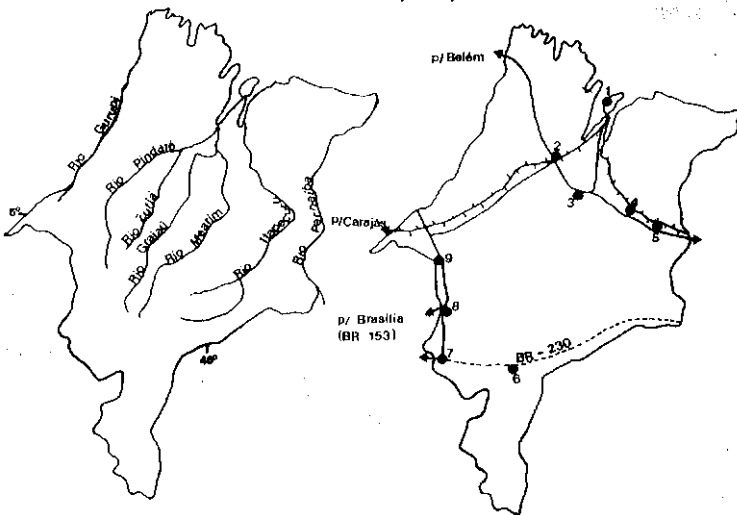
a leste e centro-norte do estado, de início segue o padrão original de ocupação.

Esse padrão era caracterizado pela importante presença de um campesinato que, no Maranhão, teve condições de desenvolvimento em virtude de fatores históricos precisos. Autores como A. Wagner e R. Maluf (Almeida, A. Wagner - 1983 e Maluf, R. S. - 1977) apontam para a importância do período da escravidão naquele estado. Aos quilombos comuns do período escravista, vieram somar-se outros bastante populosos em virtude do Maranhão ter sido palco da Balaiada. Isso significou a ocupação do interior da então província, por parte dos negros que formam comunidades e organizam a produção de cultivo para sua subsistência. Além disso, com a seca de 1877 emigram os nordestinos em massa para o Maranhão. Wagner assinala que os relatórios da época referem-se à criação de "núcleos de colonização" para receber esses migrantes, nos rios Mearim e Grajaú, bem como na Baixada Ocidental e Litoral, situados os últimos em extintos quilombos. Como na época da abolição não havia uma atividade agrícola baseada num produto suficientemente rentável, em termos comerciais como o café no Sudoeste do país, o Maranhão não pôde contar com o trabalho do imigrante para a manutenção das grandes propriedades. O racionamento das que existiam, foi inevitável. A baixa capitalização, obtida a partir da lavoura do algodão praticada nessas pequenas unidades, fez com que não houvesse uma ocupação mais efetiva do território maranhense. A oferta de terras devolutas permitiu, até há bem pouco tempo, a manutenção de um campesinato a partir das pequenas roças voltadas para a produção comercial do arroz. Expulsos das áreas onde a propriedade privada se instala, esses pequenos posseiros procuram novas áreas para ocuparem.

A partir dos anos 50 há um aumento do fluxo migratório oriundo do Nordeste para o Maranhão. Aliás, a rede rodoviária maranhense teve sua implantação iniciada na mesma época. Até 1955, o estado possuía apenas, a rodovia que ligava São Luís à Presidente Dutra, e o trecho que ia até Codó (ver mapa em anexo). Em Coroatá se encontravam os ramais de Bacabal que demandava o oeste, e o de Pedreiras em direção sudoeste. Ambas eram, então, áreas pioneiras. Na década de 60, completa-se a ligação da capital do estado com Terezina, com a construção da estrada que liga Timon a Codó, e amplia-se o ramal de Bacabal que atinge Bom-Jardim, para onde se dirigia a ocupação no Vale do Pindaré, e o ramal de Pedreiras que se estende até Esperantinópolis. As primeiras levas do período se fixam a partir de Bacabal, no Pindaré-Mirim, Santa Inês e Santa Luzia.

ESTADO DO MARANHÃO

rios e estradas principais



LEGENDA

- RIOS
- RODOVIA PAVIMENTADA
- RODOVIA NÃO PAVIMENTADA
- FERROVIA
- CIDADE

1. São Luís
2. Pindaré-mirim
3. Bacabel
4. Codó
5. Caxias
6. Balsas
7. Carolina
8. Porto Franco
9. Imperatriz

ESCALA



FONTE

SIMELLI, M.E. Geógrafos,
Ed. Ática, 1988.

Nessa mesma época, meados de 1950, o Vale do Pindaré conhece a violência da luta pela terra, que se intensifica na década seguinte. E a construção das estradas não está alheia a essa intensificação, como aliás está bem expresso nos trechos da entrevista com um antigo morador de Santa Inês¹³:

"Santa Inês se desenvolve porque aqui é um entroncamento rodoviário. O comércio se desenvolveu por causa das estradas. Antes só se saía daqui de lancha ou lombo de animal (...) Com a estrada vêm os nordestinos, quem se aliou com eles sobreviveu. Eram proprietários de terra em Campina Grande, Sobral... Aqui viraram comerciantes no comecinho, era tudo aventureiro. Ficaram dono de tudo. Por essa época é que entrou X que foi assassinado bem na praça, tem já um ano. Por que mataram? Isso é briga lá deles. (...)"

Na luta pelo poder local, a "elite" do Pindaré-Mirim perde para os recém-chegados: perde o poder político, perde o monopólio do comércio e transporte do arroz produzido, perde vastas áreas com o fracionamento do território do antigo município. E o campesinato perde suas roças.

Os comerciantes tentarão impedir a construção das estradas: fazem gestões na capital do estado mas é uma batalha perdida. As firmas atacadistas tradicionais entram em falência. "Quem se aliou com eles (recém-chegados) sobreviveu", o que explica alianças políticas que têm lugar nos primeiros tempos. O campesinato buscará várias formas de luta. Em meados dos anos 60 há uma grande movimentação camponesa que culmina com a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da área, em outubro de 1963. Essa organização era reflexo de um lado, de uma história de luta do camponês maranhense, que inicia sua organização a partir dos anos 50 com a criação das ATAMs (Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão, não reconhecidas legalmente; no início de 1964 o número de associados em todo o estado chegava a trinta mil - Almeida, A. Wagner - op. cit.), e de outro pela exacerbação da violência por parte dos grileiros.

A repressão após 1964 foi violenta. Os que saíram da área nesse período que vai de 1964 até meados dos anos 70 referem-se aos fatos ligados a ela como "o massacre do Pindaré". Mas, suponho, que tenham havido vários "massacres". Manoel da Conceição, líder camponês da área, fundador do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, fala de massacre para

¹³ Idem realizada em Santa Inês, Janeiro 1988.

caracterizar o período do início dos anos 60 até 1968, quando as lutas custaram vidas, povoados inteiros foram ocupados e seus habitantes espancados, humilhados e presos. (Conceição, M: 1980). Nos arquivos do Bispado em Imperatriz, a menção ao "massacre" refere-se aos assassinatos, queima de casas, roças, prisão e tortura de posseiros¹⁴ ligados ao grande grilo da fictícia "fazenda Pindaré" (Asselin, V.: 1982). A interligação dessa área com Imperatriz é tão grande que boa parte dos pistoleiros de então (hoje alguns são deputados ou senadores constituintes) vinham de lá. Outros que cometeram arbitrariedades enormes por pertencerem ao aparato repressivo estadual, portanto legal, fizeram o caminho inverso: foram transferidos para Imperatriz.

Nesse primeiro trabalho de campo o que consegui recolher desse período foi apenas o medo. O Grande Medo de Lefebvre (Lefebvre, G.: 1979) me fez pensar que o que me cabe interpretar é antes o silêncio do que os fatos que o provocaram, na memória dos que ficaram. Um entrevistado perguntado sobre esse período respondeu: "O maranhense não vê, não ouve, não sabe. O maranhense trabalha. Eu sou maranhense".¹⁵ Os grileiros que desencadeiam a privatização da terra junto com seus bandos armados de jagunços vieram de outros estados. E até hoje a área é palco de expropriações violentas e brigas com assassinatos, agora também entre fazendeiros, os mesmos que anos atrás se uniram na luta contra os posseiros e suas organizações.

Os municípios do Vale receberam e continuam recebendo contingentes de migrantes. Os que vieram até há 20 anos atrás buscavam terras livres, as terras de mata virgem, oriundos do Nordeste ou de outras áreas maranhenses, principalmente do vale do Mearim. Hoje são os pequenos núcleos urbanos que começam a "inchar" com a chegada dos pobres do campo que, expulsos de áreas longínquas e do próprio vale, iniciam uma atividade pesqueira e preocupantemente predatória, no Rio Pindaré, como forma de sobrevivência.

Modernidade e Arcaísmo

A ocupação dessa área é antiga. Em 1849 instala-se a colônia de S. Pedro de Alcântara, hoje Pindaré-Mirim. De acordo com Regina Luna (Luna, R.: 1985), a cultura de cana e o fabrico do açúcar interessam ao governo do Império que inicia uma propaganda sobre as vantagens da

instalação de Engenhos Centrais. As condições naturais favoráveis - solos férteis, rio navegável todo o ano - fazem com que seja aí no Vale que se estabeleça o primeiro deles. Cria-se a "Companhia Progresso Agrícola" em 1880, no Vale Médio do Pindaré, que através do Engenho Central inaugurado no Pindaré-Mirim em 1884, controla toda a produção de cana da região.

Hoje, à beira do rio, restam apenas as ruínas de uma imponente construção de tijolos - não de adobe nem de taipa - cujas armações de ferro fundido foram trazidas da França, bem como o que restou das caldeiras. Construído pelos escravos, o engenho com sua imensa chaminé povoa as lendas de Pindaré-Mirim com Santa Inês, com estórias de túneis que levariam os escravos à liberdade, com relatos aterrorizantes de suplícios de outros que teriam sido jogados pela mesma chaminé adentro... Uma linha férrea ligava a usina ao que hoje é Santa Inês que por isso era chamada Ponta da Linha, e os canaviais cobriam toda a área em torno.

Como coloca Foot Hardman (Hardman, F.F.: 1988): "Da mesma forma que o despotismo esclarecido foi o modelo preferido de entrada dos países europeus economicamente mais atrasados na era do capital e das luzes, o Brasil também atualizava-se combinando rigidez burocrática do sistema político e violência extrema das formas de trabalho com plasticidade tradicional das práticas culturais." (Pág. 72). Assim também nos sertões do Maranhão há a instalação de uma moderna usina e de uma linha férrea com braço escravo.

Com a abolição da escravidão, a usina e os canaviais mudam sucessivamente de dono, mas os ex-escravos se espalham pela área rural próxima e passam a viver em comunidades constituindo as chamadas "terras de negro". E uma delas, em Ponta da Linha. Durante décadas esse campesinato viveu nas terras ocupadas, sem título de posse, produzindo primeiro cana, depois arroz, participando do circuito comercial, conservando traços culturais específicos.

A atuação posterior do Estado tanto na esfera federal quanto na dos governos maranhenses, terá como resultado a apropriação privada da terra, com seu corolário: a expropriação dos antigos ocupantes camponeses. Em 1966 e criada a Sudam, pela lei nº 5173, favorecendo a instalação de grandes projetos agropecuários. Por sua posição, o Maranhão está na área de incentivos também da Sudene. A proximidade com os mercados nordestinos onde, segundo a propaganda da Sudam, a produção era menor que as necessidades de consumo, a presença de portos como o de São Luís e o de Belém são atrativos para o estabelecimento das empresas agropecuárias. A existência de um grande volume de terras devolutas

propiciará uma política de incentivos fiscais e estímulos para atrair capitais para a área. A propaganda do governo maranhense nos órgãos de imprensa do Centro-Sul mostram o Maranhão como um "estado viável". Dos projetos aprovados pela Sudam desde sua criação até 1985, onze situam-se em Santa Inês, quatro em Santa Luzia e apenas três no Pindaré-Mirim.

A criação das Delegacias de Terras pelo governo estadual, pelo decreto 3831 em dezembro de 1968, visava oficialmente disciplinar a ocupação e titular as áreas de terras devolutas existentes no estado, e o decreto 4028 de novembro do ano seguinte, ao criar a Procuradoria Geral do Estado como órgão de maior autoridade sobre matéria fundiária, são indícios do agravamento dos problemas criados pela disputa das chamadas terras livres do Maranhão.

Em 1971 foi criada a Companhia Maranhense de Colonização - Comarco - pela lei estadual nº 3230, no ano seguinte estruturada sob a forma de sociedade anônima de economia mista. O Estado incorporou ao patrimônio da Comarco uma área de terras localizada no centro-oeste do Maranhão, englobando Pindaré-Mirim, Santa Inês e Santa Luzia entre outros municípios. A atuação da Comarco foi nefasta. A grilagem se institucionaliza, agravada pela construção no início dos anos 70 da estrada que liga Santa Inês à Açailândia, esta última na margem da Belém-Brasília, ao norte de Imperatriz. O "Jornal do Brasil" de 07/12/1975, sob o título "Maranhão tem 6 milhões de ha sem título legal", afirma:

"A área grilada do Maranhão se estende pelos municípios de Imperatriz, João Lisboa, Amarante do Maranhão, Parle de Grajaú ao Sul, e Monção Santa Luzia, Altamira, Vitorino Freire ao Nordeste e mais o município de Carutapera no Extremo Noroeste do Estado. Esses grilos começaram a surgir depois da construção da estrada Belém-Brasília e da abertura pelo governador José Sarney da estrada Santa Inês-Açailândia. Os grileiros atraíram para essa área vários empresários do Sul do país (...). O governo do Estado através da Comarco também resolveu vender terras a grandes grupos e há diversas pessoas que não receberam sequer os certificados da localização dos terrenos que compraram (...)".

O jornal "O Estado de S. Paulo", de 03/07/1976, também denuncia a Comarco por promover grilagens nas áreas sob sua jurisdição, apontando para a expropriação de que foram vítimas os pequenos posseiros. O resultado da política fundiária oficial sobre a população camponesa fica claro quando consultamos os dados sobre população nos Censos

Demográficos ou no Atlas do Estado do Maranhão, ambos do FIBGE. Nesse Atlas encontramos na região que vai do Bacabal até o Pindaré-Mirim, a informação de que houve, em 1980, ou uma diminuição contínua da população, ou que o crescimento sofreu uma queda no ritmo comparado com o período que vai de 1960 a 1970.

A ação modernizadora do Estado reveste-se de uma aparente dicotomia. De um lado, ao abrir as estradas incentivando a privatização das terras pela grande valorização que estas sofrem, favorece a instalação das grandes unidades produtivas. E os grandes proprietários vão preferir as áreas "amansadas" para ocuparem, isto é, as que já estão desmatadas pelos pequenos posseiros (Sader, M.R.: 1987). A Sudam introduz toda uma política de incentivos fiscais para possibilitar a modernização do campo. Por outro lado, a Sudene no Alto Turi e o governo estadual no Buriticupu, ambos na área de estudos, iniciaram há tempos a ocupação da área por pequenos produtores. No Buriticupu essa ocupação foi planejada junto com a de grandes projetos (para se ter uma idéia do "sucesso" da ação do estado maranhense basta ver a extrema violência que explodiu nesse mês de outubro de 1988, relatada n' "O Estado de S. Paulo" de 02/10/88, p. 25 e na Revista "Isto É/Senhor" n° 99 de 12/10/88, ps. 45 a 52). Atualmente em Bom-Jardim, a Emater está buscando introduzir alteração da base técnica de produção junto aos pequenos posseiros, buscando organizá-los em cooperativas.

Aparentemente são estratégias espaciais modernizadoras conflitantes. Em ambas coexistem modernidade e arcaísmo, pois, se o moderno é representado pela presença dos grandes projetos, entre outras coisas, o método de implantação utilizado é arcaico: bandos de jagunços e pistoleiros mobilizados para a expulsão dos posseiros, grilagem das terras, e transformação do lavrador livre em parceiro. Nas áreas de implantação das pequenas unidades familiares, aparecem junto as grandes fazendas que em determinadas épocas poderão necessitar de mão-de-obra numerosa, seguindo o padrão do latifúndio nordestino ou do vale do Paraíba cafeeiro, por exemplo.

Agora, atravessada pela ferrovia Itaqui-Carajás que liga o moderno complexo de mineração de Carajás a São Luís, incluída dentro do "Grande Carajás", chegou a hora da expulsão dos pequenos meeiros que ficaram nas áreas griladas, produzindo arroz, desmatando glebas e plantando capim para o gado do grande proprietário. É possível que nesse programado corredor de exportação haja a constituição de um desenvolvimento rural integrado, onde a racionalidade técnica não exclua a pequena propriedade modernizada, produzindo para a agroindústria, e portanto submetida pelos mecanismos de crédito do Estado, ao capital financeiro internacional, via

Banco Mundial e outras agências. A outra possibilidade é o prevalecimento da lógica privada incentivada pelo aumento do preço da terra, não permitindo a presença de um campesinato moderno ou tradicional. No momento, a população camponesa que permaneceu foi obrigada a alterar profundamente sua forma de reprodução enquanto grupo social e, sobretudo, a produção do espaço que lhe é própria.

Os dois núcleos urbanos - Pindaré-Mirim e Santa Inês - hoje estão bem próximos, apenas 13 km os separam. Justamente na porção norte do atual núcleo de Santa Inês, na saída para o Pindaré-Mirim, localizou-se a comunidade negra que, apesar de perder suas terras no final de 1950 e início da década seguinte, permaneceu no mesmo local do antigo povoado, constituindo um bairro negro bem definido no tecido urbano. Como meeiros pagando foro no início, nas terras que antes lhes pertenciam, os membros dessa comunidade aos poucos começam a ocupar o chamado terciário inferior, mas sempre buscando manter sua identidade.

Mas o fato importante, que cabe relatar, é que essa identidade e coesão passam pela noção da existência da terra da comunidade, não mais no plano concreto, mas no plano do imaginário do grupo, mantido por práticas culturais específicas: Bumba-meu-boi, Tambor de Crioula, Tambor do Divino, Dança da Poeira. Longe de serem "danças folclóricas", são rituais vivos que remetem o grupo a um tempo específico: o tempo ritual.

Assim como a modernidade e o arcaísmo convivem na estratégia espacial de valorização da área, o tempo ritual une presente e passado numa continuidade, no esforço - em alguns, consciente - de preservação da dignidade. Polanyi (Polanyi, K.: 1980) escreve, referindo-as às leis de controle de trabalho na Inglaterra na Revolução Industrial: "Enquanto um homem tinha uma posição à qual se apegar, um padrão estabelecido por seus parentes ou companheiros, ele podia lutar por eles e readquirir sua alma." (p. 106). Nesse sentido, penso, vai a vitalidade dessa cultura negra, pois é sintomático que cada estrofe do Bumba-meu-boi de Santa Inês comece pelas palavras "no terreiro do Lobato", Lobato, o velho negro que perdeu suas terras junto com sua comunidade, e que continua sendo o líder do grupo.

Enquanto não descubro interlocutores dispostos a testemunharem - e é possível que não o possa - cabe-me somente interpretar as práticas rituais e o canção desse campesinato, cuja luta contra a expropriação situa-se também nesse espaço do imaginário. Expropriação é sinônimo de migração para boa parte dele. E migração remete para desenraizamento. Se migrar é, como diz Blanchot, citado mais atrás, a possibilidade de uma relação de justiça, é também o risco da perda de identidade. Diz Simone

Weil (Weil, S.: 1979): "O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana (...). O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivo certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro." É também uma forma de resistência...

Bibliografia

- ALMEIDA, A. Wagner — *Autonomia e Mobilização Política dos Camponeses no Maranhão*, CPT, São Luís, 1981.
- ASSELIN, Victor - *Grilagem — Corrupção e Violência em Terras do Carajás*, Vozes, Petrópolis, 1982.
- BLANCHOT, Maurice - *L'entretien infini*, Gallimard, Paris, 1969.
- BOURIN, M et DURAND, R. - *Vivre au village au Moyen-Age*, Messidor, Paris, 1984.
- CONCEIÇÃO, Manoel - *Essa Terra é Nossa*. Vozes, Petrópolis, 1980.
- HARDMAN, Francisco Foot - *Trem Fantasma - A Modernidade na Selva*. Companhia das Letras, SP, 1988.
- LEFEBVRE, Georges - *O Grande Medo de 1789*, Ed. Campus, Rio, 1979.
- LUNA, Regina Celi Miranda Reis - *A Terra era Liberta*, UFMA/Secr. Educação do MA., 1984.
- MALUF, R.S. - *A expansão do capitalismo no campo: o arroz no Maranhão*, Tese, UNICAMP, Campinas, 1977.
- POLANYI, K. - *A Grande Transformação*, Campus, Rio, 1980.
- SADER, M. Regina de Toledo - *Espaço e Luta no Bico do Papagaio* - Tese, USP, 1987.
- WEIL, Simone - *A condição operária e outros estudos sobre a opressão* - Paz e Terra, Rio, 1979.

A Terceira Margem índios e Ribeirinhos do Solimões*

Priscila Faulhaber**

Introdução

Entendemos o projeto "Segurança e Desenvolvimento ao Norte das Calhas dos rios Solimões e Amazonas" como um passo decisivo do Estado Nacional em relação às suas fronteiras externas e internas, na sua relação com os grupos sociais politicamente minoritários. O projeto, formulado com base em estratégias geopolíticas da relação do Estado com o território, exprime uma situação de crise política e econômica, na qual a sociedade depara-se com a evidência de seus limites - sociais, políticos, econômicos e estratégicos, e com a necessidade de saldar a dívida com as minorias sociais.

É manifesta a intenção de intensificar a presença militar, com o objetivo de promover deslocamentos dirigidos de população, ou seja: reassentamento de posseiros e realocação de colonos, considerados mais afinados com a "soberania", a "segurança" e a "expressão militar" do "poder nacional" que os povos indígenas.¹⁶ Planeja-se restringir as dimensões tradicionais dos territórios destes povos a "critérios de razoabilidade" insuficientes para a reprodução da própria pequena produção familiar agrícola.

Trabalho apresentado no 13º Encontro dos Grupos Temáticos do PIPSA, em julho de 1988. Uma versão preliminar deste texto foi apresentada à ABA, como subsídio para a elaboração de um dossiê sobre o projeto Calha Norte. Agradeço as sugestões de Bertha K. Becker.

**** Pesquisadora do Museu Goeldi, aluna do Doutorado em Ciências Sociais da UNICAMP, na área História Intelectual e Etnografia da Ciência.**

¹⁶ **Optamos por apresentar as categorias do discurso militar entre aspas.**

O projeto, estruturado com base em categorias ideológicas, visa produzir uma intensificação da diferenciação da sociedade tradicional na Amazônia. Este processo de diferenciação, já em curso, implica no exercício da patronagem pelos próprios membros dos grupos indígenas e outros segmentos de pequena produção, em detrimento de um projeto de promoção de setores sociais minoritários.

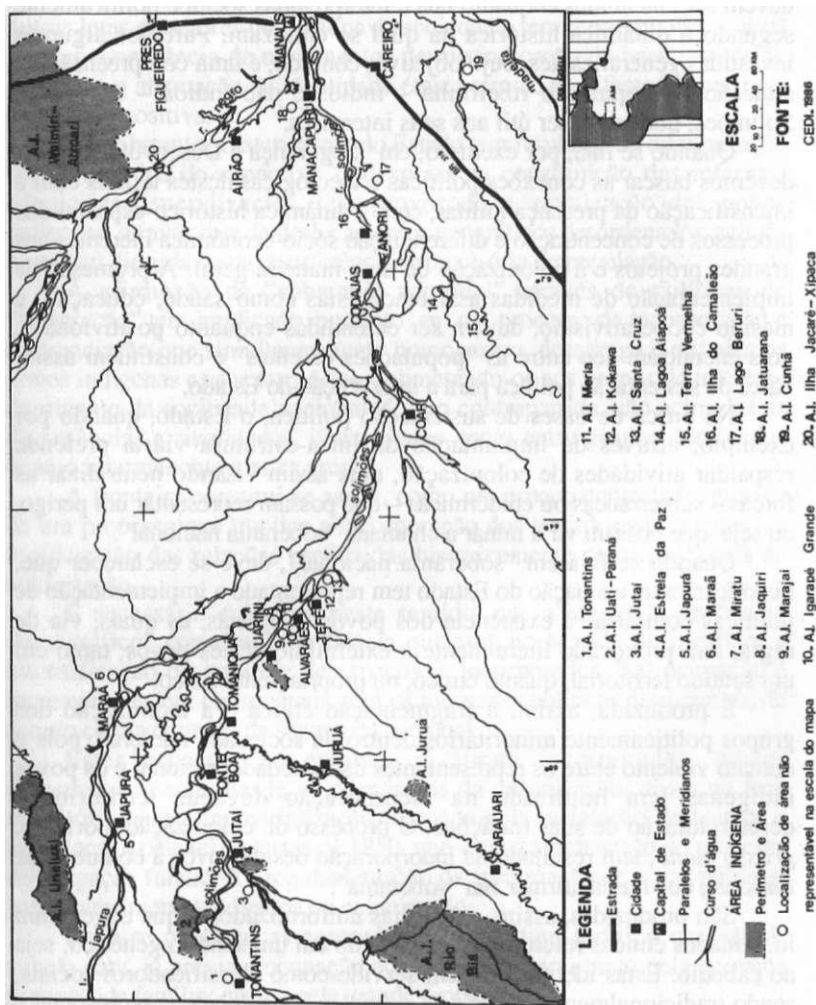
As "necessidades fundamentais" da população apresentadas pela ótica governamental, que incluem "ampliação da infra-estrutura viária, a aceleração da produção de energia hidrelétrica e interiorização de pólos de desenvolvimento econômico e a ampliação da oferta de recursos sociais básicos" visam atender a objetivos desenvolvimentistas e o reforço do Estado em suas próprias bases, através da implementação de medidas assistencialistas.

Analisarei o projeto de uma maneira geral, porém a partir de uma situação que venho pesquisando desde 1981, ou seja: dos índios e ribeirinhos do Médio Solimões, no Estado do Amazonas. Sua problemática é especialmente relevante para os idealizadores do Calha Norte, pois situa-se em uma área geopolítica estratégica de ocupação da Amazônia, pois a cidade de Tefé, localizada à margem direita do Solimões, tem sido vista como um local adequado para a polarização dos movimentos militares.

Na primeira parte farei algumas considerações generalizadoras, que visam, contudo, uma compreensão mais clara do impacto do projeto sobre os índios e não índios que podem ser caracterizados como população ribeirinha. Na segunda parte, procurarei analisar a dinâmica histórica da situação dos povos indígenas do Médio Solimões em termos específicos. Na conclusão, procuro sintetizar as linhas gerais de reflexão do trabalho, em termos das conseqüências da implementação do projeto Calha Norte, no ponto de vista dos grupos étnica e socialmente dominados.

Entendemos que os grandes projetos desenvolvimentistas, que apresentam como meta objetivos ideológicos como a integração e a Segurança Nacional, encontram resposta nas sociedades locais em que são implementados, procurando as classes dominantes e os grupos dirigentes manipular as políticas públicas em seu próprio benefício. Os atores sociais regionais, portanto, devem ser vistos enquanto sujeitos ativos. Neste texto, procuramos analisar o projeto Calha Norte na correlação de forças de fronteira, procurando mostrar a visão do "outro", ou seja, das minorias étnicas e sociais. Entendemos estes grupos enquanto coletividades, na tentativa de não reificar sistemas individualistas de representações elitista e seletiva.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL
SOLIMÕES



Considerações Gerais

O projeto é estruturado com base em categorias ideológicas que devem ser entendidas enquanto tais e interpretadas social e politicamente segundo a dinâmica histórica na qual se enraizam. Faremos algumas investidas generalizantes, cujo objetivo, contudo, é uma compreensão da situação da população ribeirinha - índios e não índios - no Médio Solimões, que possa ser útil aos seus interesses.

Quando se fala, por exemplo, em "Segurança e Desenvolvimento", devemos buscar as conexões políticas e ideológicas destes termos com a intensificação da presença militar, com a dinâmica histórico-espacial dos processos de concentração e diferenciação sócio-econômica inerentes aos grandes projetos e à colonização de uma maneira geral. A promessa de implementação de medidas assistencialistas como saúde, educação, e mesmo cooperativismo, devem ser entendidas enquanto positivities, pois encontram eco entre as "populações carentes" e constituem assim bases de sustentação política para a intervenção do Estado.

Na busca de bases de sustentação política, o Estado, quando por exemplo, através da implantação da infra-estrutura viária pretende respaldar atividades de colonização, atua assim visando neutralizar as forças - subterrâneas ou epidérmicas - que possam representar um perigo, ou seja, que possam vir a minar a chamada "soberania nacional".

Quando se fala em "soberania nacional", deve-se esclarecer que, historicamente, a atuação do Estado tem representado a implementação de políticas contrárias à existência dos povos indígenas, as quais, via de regra, têm provocado literalmente o extermínio destes povos, tanto em um sentido territorial, quanto étnico, ou propriamente físico.

É produzida, assim, a fragmentação étnica e a atomização dos grupos politicamente minoritários dentro da sociedade nacional, pois o contato violento entre os representantes da sociedade nacional e os povos indígenas tem implicado na incorporação de seus territórios e desestruturação de suas tradições. O processo de colonização, portanto, *grosso modo*, tem resultado na incorporação destes povos à comunidade nacional, que busca afirmar sua "soberania".

São produzidas, assim, categorias uniformizadoras que engendram identidades étnicas referentes seja ao índio em um sentido genérico, seja ao caboclo. Estas identidades têm servido como classificadores sociais, sendo tradicionalmente os índios e caboclos considerados como social e culturalmente inferiores face à sociedade branca. Via de regra, estas identidades correspondem à construção de uma conduta dominada,

associada à representação de ser "escravo", "criado", "filho", o que condiciona uma situação subordinada na sociedade majoritária.

Recentemente, nas últimas décadas, o surgimento de um movimento indígena, organizado a nível nacional e em conexão com outras lutas de setores dominados da sociedade, tem representado, a nível local, a emergência de movimentos de reivindicação de base territorial, nos quais a afirmação da identidade étnica tem-se manifestado com uma conotação positiva.

Não obstante, a intervenção do Estado tem resultado na diferenciação social e étnica do espaço, e, a despeito da constituição das referidas categorias generalizantes, tem provocado a atomização dos povos indígenas, através seja de deslocamentos geográficos desordenados, seja da migração dirigida ou da transferência compulsória de população.

A afirmação da "soberania nacional" através de políticas de "integração" tem implicado, portanto, em um processo de incorporação e diferenciação que simultaneamente homogeniza, desagrega e atomiza os povos indígenas e seus territórios, submetendo-os aos grupos de interesse dominante da sociedade nacional. Como contrapartida, são acirradas as divergências e rivalidades, já existentes, tanto entre grupos dominados quanto internamente a estes grupos.

A fronteira constitui-se assim, como um espaço controlado, através de um processo que implica a incorporação dos territórios indígenas e a reordenação das relações produzidas historicamente pelos processos de colonização.

É necessário enfatizar, neste sentido, que a ideologia do "vazio demográfico" constitui uma falácia que atua no sentido de justificar a intensificação do controle de espaços já incorporados. Tal ocupação é incrementada, em consonância com os interesses políticos dominantes, de acordo com a doutrina de segurança nacional.

Estes espaços, no entanto, já foram incorporados, porém desordenadamente, desde os primórdios da colonização, ainda na fase transitória para a industrialização, coroada pela instalação de bancos a nível local e pela lei de terras de 1850, que visava a ordenação do processo de ocupação fundiária e regulamentação da apropriação de terras públicas para investimentos privados ou colonização.

Deve-se observar as contradições no código jurídico que, desde aquela data, já previa a ocupação econômica da terra tanto pela pequena propriedade familiar quanto pela grande propriedade.

O que, no entanto, via de regra ocorreu, foi a ocupação primária, através da qual a terra era apropriada mediante o uso da força e os limites entre os terrenos obedeciam a acidentes geográficos.

Estes procedimentos, contudo, não representaram, necessariamente, a expropriação seja dos territórios indígenas, seja da pequena produção familiar formada ao curso dos processos mais gerais de colonização. A produção familiar, porém, parece sempre ter estado vinculada ao mercado por relações de clientela, pois os chamados patrões controlavam os meios de comercialização e financiamento da produção. Os agricultores e extratores foram submetidos, assim, dentro de um sistema vertical de relações (Oliveira Filho, 1979:124), cuja escala varia desde o modelo micro da unidade de produção (seringal, castanhal etc) às relações de troca generalizadas sob a égide do sistema bancário. Não se observava, porém, no sistema tradicional, a existência de agências do estado em nível local. Estas agências passaram a atuar em nível capilar a partir dos Planos de Desenvolvimento e Integração Nacional voltados à Amazônia. Através da análise das estratégias explicitadas nestes planos, pode-se examinar a relação do Estado com o território no que se refere à fronteira, a qual tem representado a definição e aplicação de políticas de reordenação fundiária no sentido de uma ocupação controlada da terra e da maximização desenvolvimentista da exploração dos recursos econômicos.

O Estado, portanto, passa a intervir diretamente sobre o território, através da criação de malhas fundiárias, infra-estrutura material, e através de sua própria atuação como empresário.

Os órgãos públicos, no entanto, têm-se mostrado freqüentemente inoperantes no sentido de satisfazer às reivindicações básicas dos grupos minoritários politicamente, tais como índios, posseiros e pequenos produtores. Ao contrário, têm atuado no sentido de reforçar as contradições sociais já existentes na sociedade tradicional, atuando assim no sentido de garantir privilégios de grandes proprietários, comerciantes e grupos de interesse político e econômico. Contraditoriamente, o Estado atua no sentido de homogeneizar e fragmentar o espaço vivido, incrementando o processo de concentração e diferenciação sócio-econômica já existente nas sociedades locais.

A dinâmica da diferenciação e concentração sócio-econômica se verifica inclusive no interior de grupos sociais aparentemente homogêneos, como a pequena produção mercantil e os grupos indígenas, observando-se a existência de categorias sociais que se opõem contrastivamente dentro de um mesmo segmento social, pois os agrupamentos populacionais às margens dos grandes rios constituem apenas aparentemente um campesinato livre, sendo o ribeirinho sujeito à tradição de relações de patronagem, consagradas religiosamente, e constituindo grupos vinculados ao mercado mediante relações de sujeição e dominação.

Verifica-se, no interior dos grupos indígenas, o exercício de relações de clientela, atuando o sistema de relações indigenistas postas em prática pelo órgão tutor no sentido de reforçar a estrutura tradicional de dominação à qual os grupos indígenas estão sujeitos.

Situação Histórica

O Médio Solimões é uma área de colonização antiga, caracterizada pela sujeição da pequena produção agrícola e extrativista e da pesca a relações de clientela, dada sua inserção no mercado via relações mercantis. A área é caracterizada pela formação de comunidades ribeirinhas, caracterizadas como agrupamentos residenciais de famílias de pequenos produtores mercantis, sendo suas relações interpessoais reguladas por vínculos de parentesco e compadrio. Faremos, a seguir, um breve retrospecto histórico, com o intuito de fornecer elementos para a compreensão dos motivos históricos para a manifestação de uma proveniência indígena na forma de organização territorial e social das comunidades ribeirinhas, para, a seguir, analisar as atuais transformações na estrutura social.

Retrospecto histórico

Os grupos indígenas hoje existentes no Médio Solimões constituíram-se historicamente a partir do contato com a sociedade colonial. É fato conhecido, a partir do relato de diversos cronistas e viajantes, que os grupos do Japurá-Solimões viviam em permanente conflito. Não obstante, estabeleciam entre si relações de troca. Martius relata, por exemplo, o aprisionamento, no alto Japurá, de diversos mariatés que foram oferecidos pelo tupichaba Miranha ao naturalista (Martius, 1976:214).

O extrativismo e a comercialização das drogas do sertão sempre estiveram associados à prática do aprisionamento e tráfico de escravos indígenas.

A leitura dos livros de batizado da paróquia de Nogueira, referentes ao século XVIII (Albuquerque, 1935, passim), nos indica que os "principais" de diversos grupos indígenas participavam dos referidos descimentos, vendendo e transportando indígenas para o trabalho forçado.

A partir da destruição das relações tradicionais de diversos grupos indígenas, foram formados, com a interferência das ordens religiosas, os aldeamentos, localizados via de regra nas imediações de aglomerados

urbanos, que muitas vezes transformaram-se em cidades tais como Tefé, Nogueira, Coari etc.

A estruturação étnica e territorial dos povos indígenas do Solimões foi atingida por este processo, tendo os Cambebas, por exemplo, sido em grande parte ou refugiados para outras regiões, ou descaracterizados etnicamente, ou praticamente destruídos. A estruturação étnica e territorial dos povos indígenas dos altos rios, no entanto, manteve-se praticamente inalterada, apesar do comércio de escravos indígenas.

A exploração da borracha, contudo, estabelecida pelos caucheiros peruanos e colombianos a partir de meados do século XIX, teve como contrapartida um grande movimento migratório, e teve como consequência o esquadramento do Japurá por seringais, no início do século XX, conforme relata Tastevin:

"on se disputa avec apreté ces forets vierges et ces îles où abondait l'hevea; en moins de deux anées toutes les rives et toutes les îles du Japourá brésilien avait leur propriétaire, sur un longueur de 700 quilomètres" (Tastevin, 1921:442).

Isto acarretou a desarticulação territorial e mesmo destruição étnica dos povos indígenas do alto Japurá, tendo parte deles migrado para outras áreas, dispersando-se pelo Ica, Japurá e Solimões.

Com a falência da empresa seringalista, muitos patrões (caucheiros e seringalistas) passaram a dedicar-se sobretudo à exploração comercial do trabalho agrícola, que já era uma tradição regional. (Bates, 1944:200).

A partir de meados do século XIX, quando foi promulgada a conhecida "Lei de Terras", observou-se um processo de esquadramento fundiário, que embora lenha se verificado desordenadamente, caracteriza o processo de ocupação regional em termos da emissão de títulos de terra que legitimam a exploração individual de terrenos - castanhais, seringais ou áreas destinadas primariamente à agricultura - que já eram ocupadas por uma população ribeirinha. Estes proprietários, até os dias de hoje, coagem os agricultores e extratores a pagar a renda do resultado de seu trabalho sobre a terra.

O caráter desordenado do processo fundiário, caracterizável *grosso modo* pela ocupação primária, passou a sofrer alterações a partir da década de sessenta, com a interferência direta de organismos públicos, como o Inbra, que passou a atuar em nível local com o objetivo de incentivar a pequena produção, implementando uma política fundiária que favorecesse os seus interesses. Nenhum título definitivo, porém, foi emitido desde aquela data.

Na década de 80, foi instalado em Tefé um escritório do Iteram - Instituto de Terras do Amazonas, cujos funcionários fizeram um meticuloso trabalho junto aos cartórios da cidade, no sentido de organizar um mapeamento detalhado do processo de ocupação fundiária local, constatando-se que a maior parte dos títulos definitivos data do Segundo Império e Primeira República, identificando também as áreas devolutas ou de propriedade do Governo Federal ou Estadual.

O objetivo do Iteram, pretensamente, seria ordenação fundiária com o objetivo de incentivar a produção agrícola, mas o que de fato se realizou foi, "sob o pretexto de regularização de posses e propriedades de origem pelo menos discutível", a legitimação, pelo Estado, de "um vasto movimento de grilagem" (RANGEL, Folha de São Paulo, 1985:3). Isto porque os chamados patrões fizeram valer a presença de representantes do governo em nível local para regularizar a apropriação muitas vezes ilícita e irregular de terrenos ocupados produtivamente por pequenos produtores rurais.

Situação Atual

No Médio Solimões, existem sete aldeias indígenas: a aldeia Miranha do Miratu (município de Uarini), a aldeia Miranha do Méria (município de Alvarães), a aldeia Mayorúna do Marajá e a aldeia Cambeba do Jaquiri (município de Alvarães), e as aldeias Cocama de Nova Esperança e Ticuna de Barreira da Missão (município de Tefé).

Duas destas áreas, Miratu e Méria, foram reconhecidas desde 1929 pelo Serviço de Proteção ao Índio, após um processo político que envolveu intensa luta pela terra e a manifestação da identidade étnica-Miranha, no caso. Desde então, seus territórios são reconhecidos pela sociedade regional.

A partir da década de setenta, os demais grupos vêm se somando aos Miranhas na luta pelo reconhecimento da identidade e do território indígena.

Todas estas áreas, não obstante, são invadidas seja pela prática do extrativismo e comercialização da castanha, seja por pesqueiros invasores, seja por regatões e comerciantes, com os quais os índios mantêm relações desiguais.

Acrescente-se a estas ameaças, um interesse deliberado, por parte de setores da sociedade branca, de fragmentar os interesses indígenas, incentivando o loteamento de seus territórios. Isto ocorreu na década de sessenta, com o Miratu, e mais recentemente, em 85, com os índios da

Barreira da Missão. Em ambos os casos, no entanto, os índios recusaram o loteamento.

A partir principalmente das duas últimas décadas, com a implementação dos planos de Desenvolvimento e Integração Nacional, verifica-se a produção de alterações na sociedade regional. O Estado passa a estar presente no dia a dia da sociedade local, através de agências de organismos federais e estaduais, agências bancárias com linhas especiais de crédito. Mais recentemente, nos anos oitenta, o próprio Estado passa a atuar como empresário, devendo ser destacada a instalação da Emade - Empresa Amazonense de Dendê (de Direito Privado e capital misto) -, a atuação da Secretaria de Obras da Prefeitura de Tefé como empresa construtora, e, atualmente, as grandes expectativas em torno da descoberta de petróleo pela Petrobrás junto ao rio Urucu.

Redefinem-se os papéis dos diversos atores regionais, sem que todavia a estrutura de sujeição da sociedade tradicional seja alterada. Vemos, outrossim, a concentração do poder econômico e político nas mãos dos grandes comerciantes que manipulam os novos dados em seu proveito, investindo, por exemplo, na especulação no mercado urbano de terras e na industrialização do pirarucu. A contrapartida deste processo de concentração é a intensificação da diferenciação sócio-econômica que, *grossa modo*, pode ser caracterizada:

1. Pela trajetória ascendente de membros do segmento social da produção mercantil.
2. Pela apropriação diferencial das terras.
3. Pela possibilidade de generalização do trabalho assalariado, com a atuação, em larga escala, de grandes empresas ligadas ao capital financeiro.

Este processo de diferenciação se observa inter e intra-grupos sócio-espaciais - através, por exemplo, do exercício de relações de patronagem internamente aos grupos indígenas - mas não significa, contudo, uma quebra real das relações de sujeição-dominação às quais a pequena produção tem sido submetida.

Do ponto de vista da situação fundiária, estas transformações tem representado um processo de generalização da utilização da terra como objeto de compra e venda, associada a investimentos financeiros e especulação imobiliária, principalmente nas áreas próximas aos centros urbanos. Isto resulta em uma diferenciação sócio-espacial do preço da terra, a qual atua como motor para a dinâmica da "fronteira em movimento" (Turner, apud Velho, 1979:205). Este jogo de ordem e desordem no sistema de apropriação fundiária confere à fronteira o caráter de um espaço aberto, porém controlado (Faulhaber Barbosa, 1986: 390).

Isto tem intensificado a luta pela terra na região, e a emergência de movimentos de reivindicação territorial, muitas vezes associados à manifestação da identidade étnica, pois a população ribeirinha percebe os efeitos perversos dos planos desenvolvimentistas, sabendo que seu direito à terra tem sido crescentemente ameaçado.

A terra, para eles, significa não apenas um recurso vital, mas também valores que transcendem a própria organização sócio-espacial e política.

Verifica-se, deste modo, uma influência messiânica na emergência destes movimentos étnico-políticos. Observa-se que nem sempre é direta a interferência de agências eclesiásticas, manifestando-se, inclusive, movimentos de sincretismo, separatismo religioso e contestação das orientações religiosas dominantes.

A afirmação da identidade étnica, acionada no bojo do processo de manifestação da historicidade/espacialidade dos grupos sociais regionais, é um elemento constitutivo destes processos políticos religiosos, nos quais é expressa a historicidade/espacialidade destes grupos sociais regionais, à medida que vêm à tona, associadas a reivindicações de caráter territorial, representações do passado reprimido.

Porém, o que se observa, sobretudo, é um processo em curso de aprofundamento das contradições sociais.

Em 1987 foram demarcadas as áreas indígenas ribeirinhas do Solimões na região de Tefé, pela FUNAI e com a participação dos índios que tinham grande interesse em garantir seu acesso à terra. Em tese, a demarcação das terras indígenas representa a abertura de uma fronteira em termos político-sociológicos, e, efetivamente, como pude observar, acarreta um fortalecimento dos interesses indígenas em nível local. Mas as práticas dos atores sociais devem ser observadas em sua ambivalência.

O sistema de relações indigenistas posto em prática pelo órgão tutor parece atuar no sentido de reforço da estrutura tradicional de dominação, à qual os grupos indígenas estão sujeitos, verificando-se a intensificação da dinâmica de diferenciação-concentração sócio-econômica no interior dos grupos indígenas, observando-se o exercício da clientela pelos próprios índios.

O Projeto Calha Norte, estruturado com base em categorias ideológicas, tem objetivos estratégicos, como a intensificação da diferenciação sócio-econômica na sociedade tradicional. O projeto considera esta diferenciação em termos de diversidades geográficas intra-regionais, partindo da distinção sociológica entre "ribeirinhos", "núcleos interioranos" e "faixa de fronteira". Esta diferenciação supõe uma

concepção evolucionista da formação econômico-social na chamada Amazônia.

Dentro desta concepção evolucionista, os "ribeirinhos" seriam considerados "civilizados", e mais afinados, portanto, com categorias formuladas com base em premissas ideológicas tais como "soberania" e "segurança nacional". Aos olhos dos estrategistas militares, os ribeirinhos poderiam constituir bases de legitimação para uma ocupação da região amazônica em termos de uma maximização dos interesses desenvolvimentistas.

Em nível micro, estas estratégias representam a intensificação do exercício da patronagem por uma camada média da produção mercantil, que desempenharia o papel de intermediário entre as classes dominantes e a massa de pequenos produtores rurais.

Observei, em uma viagem recente ao Médio Solimões, que estes ribeirinhos, entre eles os membros dos grupos indígenas, têm grande trânsito pelas "faixas de fronteira" e pelos "núcleos interioranos". Este trânsito é viabilizado mediante, por exemplo, o serviço militar, atividades mercantis ("marretagem") pelos "altos rios", ou o recrutamento como força de trabalho em grandes empresas como mineradoras, Petrobrás, etc.

Conclusão

O Projeto Calha Norte retoma, com nova versão e novas perspectivas, os princípios da política de ocupação da Amazônia ressaltados a partir da década de 70, quando se tomava por símbolo a meta: "Integrar para não Entregar".

Não faltaram planos desenvolvimentistas visando maximizar a utilização dos recursos econômicos da fronteira amazônica. Muitos deles de um tom mefistofélico, como o relato pela crônica-denúncia do jornalista Lúcio Flávio Pinto:

"Na segunda metade da década de 60, o Hudson Institute, uma organização de consultoria estabelecida em Nova York, provocou apaixonados debates em torno de seu projeto de construir grandes lagos a partir de barragens em terras baixas da América Latina. O maior desses lagos artificiais seria formado no rio Amazonas, tendo uma extensão de mil quilômetros e cem quilômetros quadrados de área, desde Monte Alegre até Tefé, nos seus pontos extremos. A barragem seria capaz de gerar 100 milhões de HP à custa da inundação de grande parte das várzeas

amazônicas, da destruição de algumas de suas culturas mais tradicionais e da eliminação de vários nucleamentos urbanos expressivos" (Pinto, Liberal, 27 de dezembro de 1986, pág. 7).

Visava-se assim, através da destruição do modo de vida de toda uma população ribeirinha que vivia da agricultura das várzeas e terras baixas, concretizar o mito colonialista da conquista definitiva da terra firme.

O projeto do Hudson Institute, por motivo de reação da opinião pública nacional e internacional, foi arquivado. Mas a polemica em defesa da Amazônia não impediu que fosse empreendido o vasculhamento dos recursos do solo e do subsolo, com a realização de levantamentos aerofotogramétricos.

Finalmente divulga-se largamente pelos meios de comunicação a descoberta de petróleo na bacia de Juruá/Solimões, sendo produzida grande euforia em torno do assunto. Mas esta descoberta seria antes uma "mera dedução teórica mais do que óbvia a partir do fato de que ali estava a maior bacia sedimentar do planeta" (Pinto, Liberal, 25/12/86).

Podemos deduzir a dramaticidade também óbvia das conseqüências sociais do empreendimento.

A extensão da malha rodoviária constitui um dos mais destacados pontos nevrálgicos do processo de ocupação da Amazônia, pois intensifica o ritmo de compra e venda do mercado de terras, e possibilita que levas de migrantes, impulsionadas pelo mito da fronteira, sejam diretamente dirigidas por políticas públicas direcionadas.

Os barcos, meios de transporte tradicionais, já amaldiçoados pela população, pois simbolizam a estrutura social injusta das relações de clientela, são destronados assim por "médias" mais sofisticadas, o que nos leva a constatar que as oportunidades oferecidas pela fronteira são limitadas a possibilidades restritas, e a contestar a idéia de que este espaço ainda esteja em vias de uma suposta estruturação plena.

Verifica-se a interferência deliberada do Estado no sentido de fortalecer e alargar sua influência, além de impulsionar uma dinâmica propriamente financeira na formação sócio-econômica local. Isto se demonstra pela atuação, conjugada ou não, de diversos agentes, que representam o Estado em diversos níveis.

No tocante especificamente às áreas indígenas, temos a FUNAI, que além de interferir no sentido da demarcação das áreas indígenas, está estruturando um escritório em Tefé, vinculado à Diretoria Regional de Manaus. Têm sido destinadas vultosas verbas, por parte do Estado do Amazonas, conveniado com empresas privadas e com o apoio do Banco Mundial, no sentido da criação de um pólo dendezeiro, através da atuação da Emade.

Porém, nos dias de hoje, nenhum dos fatos citados supera o impacto criado pelas expectativas em termos da presença da Petrobrás na cidade. Em dezembro de 1987, estava sendo ventilada a viabilidade de o petróleo do rio Urucu ser desembocado, por meio de oleoduto, em Tefé, de onde seria transportado até Manaus por via fluvial. A mera suposição da possibilidade deste acontecimento criou grau de efervescência econômica na cidade, gerando grande especulação no mercado urbano de terras. Entre outras curiosas ocorrências de ordem econômica, podemos indicar que o preço dos produtos agrícolas e manufaturados está sendo igualado entre Tefé e Uarini, cidades que ficam a cerca de oito horas de distância por via fluvial. Pode-se deduzir da observação deste fato, uma tendência à "otnização" da economia.¹⁷

A interferência do Estado não tem sido encarada passivamente pelos atores sociais locais. As classes dominantes têm mostrado interesse na presença do Estado. Os agentes políticos, por sua vez, têm mostrado empenho na promoção mercantil. Em dezembro de 1987, o Governador do Amazonas havia doado motor de popa e motor-serra (para cortar madeira) para os presidentes de todas as comunidades rurais da região de Tefé.

Os ribeirinhos não pareciam estar muito à vontade diante das possibilidades a eles apresentadas em termos de uma suposta promoção social. Pareciam apreensivos diante das solicitações de incrementos de produtividade econômica, no desconforto de uma situação subordinada diante dos atores dominantes de uma sociedade sacudida por projetos desenvolvimentistas.

A alternativa posta na mesa da pequena produção, ou seja, que assuma a sua condição burguesa e se adapte às inovações tecnológicas oferecidas por agentes políticos, por si só, não deve ser entendida como uma proposta vinculada com um projeto efetivamente social e que esteja articulado às estratégias gerais de soluções para os grandes problemas nacionais.

É necessário examinar as contradições de planos de integração nacional, os quais, entre seus objetivos, visam a maximização desenvolvimentista da exploração capitalista dos recursos econômicos, e têm apresentado, como efeito específico, em nível regional e local, a produção de diferenciação sócio-econômica.

Devemos ver estes processos de concentração e diferenciação em sua ambigüidade. No caso específico do Calha Norte, o atual processo político e fundiário no Médio Solimões resultou na demarcação das terras

E supor o passo definitivo no sentido do "fechamento de fronteira".

indígenas, que atendeu às reivindicações legítimas dos povos indígenas desta região, e teve a sua intensa participação. Eu entendo este fato como uma conquista política, e como um saldo positivo da luta dos representantes destes povos pela afirmação de sua identidade étnica e por melhores condições de vida.

Porém, as contradições fundiárias vividas pelas sociedades regionais na Amazônia estão longe de encontrar um desfecho positivo, do ponto de vista dos povos indígenas, dos caboclos e ribeirinhos, e, de uma maneira geral, das classes sociais dominadas na fronteira.

Longe disso, o que se observa, nos dias de hoje, é o recrudescimento dos conflitos agrários e da violência exercida impunemente por madeireiros, comerciantes e representantes do Estado e de grandes grupos econômicos. Estes, muitas vezes atuam por meios ilegais e mesmo paramilitares, recrutando inclusive representantes dos próprios grupos dominados.

Mas, se olharmos de outro ângulo o tabuleiro, a diferenciação sócio-espacial também tem sido instrumentalizada pelos setores populares na luta pela terra. As vitórias indígenas e de outros grupos minoritários socialmente, ainda que episódicas, têm representado um encorajamento para as lutas populares na fronteira amazônica.

Através de medidas sociais e assistencialistas, o Estado visa ampliar suas bases de sustentação, e alargar sua influência entre os grupos dominados nas áreas de fronteira. É inegável que estes grupos tenham interesses, em termos políticos e econômicos, e estejam tentando interferir nas mudanças da situação de fronteira. Estes grupos constituem, portanto, atores ativos. Isto não quer dizer que devem ser vistos como massa de manobra dos agentes e agências dominantes, mas como sujeitos históricos, que podem imprimir sua própria marca no curso dos acontecimentos.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Manuel Rebouças de**
1935 — "Apontamentos para a história do município de Tefé": *O Missionário*,
nº 2 a 11, Tefé, Prelazia de Tefé.
- BATES, II.**
1944 - "*O Naturalista no rio Amazonas*" - Ed. Nacional, São Paulo.
- FAULHABER BARBOSA, Priscila**

1986 — "Tradition et changement dans le moyen Solimões. Structure Sociale et mouvements de revendication à base territoriale" - Cah. Sci. Hum. VOL. 22, n° 3/4, pág. 389-400, Paris, 1986.

MARTIUS. (&SPIX)

1976 - "*Viagem ao Brasil*" - 1817/1820 - Vol. III - Edições Melhoramentos - INL.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco

1979 - "O Caboclo e o Brabo" - *Encontros com a Civilização Brasileira* - n° 11, pág. 101-140, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

PINTO, Lúcio Flávio

1986 - "Colonização Amazônica - Vinte anos depois" - *O Liberal*, 25 a 29 de dezembro - Belém.

RANGEL, Inácio

1985 - "Problemas da Reforma Agrária" - *Folha de S. Paulo*, 9 de setembro, pág. 3.

TASTEVIN, Constant

1921 - "Une Course Apostolique au Fleuve Japoura-Caqueté" - *Les Missions Catholiques* - Lion - 19 août 1921 a 4 nov 1921 - pág. 392 a 527.

VELHO, Otávio Guilherme

1979 - "Capitalismo Autoritário e Campesinato" - São Paulo, Rio de Janeiro, DIFEL.

O Movimento Sem Terra de Sumaré Espaço de Conscientização e de Luta pela Posse de Terra**

Luiz Carlos Tarelho

No final do ano de 1983, surgiu na cidade de Sumaré, situada na região de Campinas - SP, um grupo de trabalhadores que passou a se autodenominar Os Sem-Terra de Sumaré. Esse grupo, constituído de trabalhadores de origem rural, realizou duas ocupações de terra - uma em Araraquara e outra em Araras - com o objetivo de conquistar terra para produzir e poder, com isso, resolver a situação de miséria e de exclusão social na qual seus membros se encontravam. Três meses depois da primeira ocupação, que foi realizada em novembro de 1983, os trabalhadores conseguiram, em função de constante pressão política, forçar a Secretaria de Agricultura do Estado a negociar com a Fepasa o Horto Florestal de Sumaré para assentá-los. Foi o início de um movimento que sobrevive até hoje, pois a partir dessa experiência bem sucedida, outros trabalhadores que viviam em condições semelhantes, encontraram motivação para se organizar e para lutar. Com isso, surgiram outros quatro grupos, dos quais três já conquistaram terra.

A análise apresentada a seguir é fruto de uma pesquisa realizada junto aos dois primeiros grupos, durante os anos de 1985/6, e tem como objetivo principal explicar como se deu a emergência desse movimento. Antes, porém, convém ressaltar que a concepção teórico-metodológica que norteou essa pesquisa foi a de que os sujeitos das lutas sociais e as próprias lutas não podem ser entendidos em sua essência, se não forem

** Esse texto foi produzido a partir de um trabalho defendido em julho de 1988 como Dissertação de Mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC-SP, com o título: "Da consciência dos direitos à identidade social: Os Sem Terra de Sumaré"

levados em conta tanto os determinantes "histórico-materiais" (relacionados às condições econômicas, sociais e políticas) como os "psico-sociais" (relacionados à vontade e à cultura) - concepção que é defendida, entre outros, por Habermas em sua teoria sobre a evolução social¹⁸.

Expropriação, Migração e Miséria

O desemprego e a miséria foram, como eles próprios reconhecem, as razões mais fortes que levaram esses trabalhadores a lutarem por terra. Essa constatação, no entanto, que não passaria despercebida mesmo diante de olhos pouco atentos, não tem muito valor explicativo se não for analisada dentro de um quadro mais amplo que permita entender a própria origem desse desemprego e dessa miséria. E esse quadro é o das mudanças econômicas, políticas e sociais que ocorreram no país nas últimas décadas e que já se encontra substancialmente analisado por vários autores.

Quando se busca, numa retrospectiva histórica, um momento significativo que possa ser tomado como um marco para a compreensão dos problemas econômicos, políticos e sociais enfrentados nos últimos anos, o Golpe de 64 aparece em primeiro plano. Ele foi articulado pelos setores dominantes da burguesia, da aristocracia rural e dos órgãos militares para impedir, de um lado, o fortalecimento das lutas sociais (que se alastravam principalmente no campo) e, de outro, a realização de transformações que feriam os interesses desses setores, como era o caso da Reforma Agrária. Em outras palavras, ele significou a exclusão autoritária dos trabalhadores e de seus interlocutores das decisões políticas do país e tornou possível a implementação de um modelo de desenvolvimento econômico altamente concentracionista e poupador de mão-de-obra. Com o Golpe, os canais de participação e de representação popular - como as associações, os sindicatos e os partidos de oposição - foram suprimidos e os trabalhadores, que já haviam conquistado um certo espaço no cenário político, foram condenados a viver no silêncio, sob forte repressão de uma ditadura militar¹⁹.

¹⁸ "HABERMAS, J. Para a reconstrução do materialismo histórico, Brasiliense, São Paulo, 1983.

Ver a respeito, entre outros: ALMEIDA, M. Hermínia T. (org). Sociedade Política no Brasil Pós-64, Brasiliense, São Paulo, 1983; MARTINS, J. de Souza. A militarização da questão agrária no Brasil, Vozes, Petrópolis, 1985; DREIFUSS, René A. 1964: A conquista do Estado, Vozes, Petrópolis, 1981.

Além de reprimir e fechar os canais de participação, o governo militar, operando no nível das representações e das imagens de mundo, procurou impor um discurso capaz de encobrir as relações de poder, o conflito e, no limite, a própria ditadura. Ou seja, ao mesmo tempo em que fechou os espaços de participação, ele tentou estabelecer um discurso tecnocrático (da competência técnica, orientada por critérios "impessoais"), no qual a política aparece não como coisa pública, mas como uma questão de gabinete, de iniciados, no qual a ação coletiva é vista como algo nocivo e recriminável, isto é, como subversão, como desordem, como terrorismo. Um discurso que valoriza o isolamento, a individualização, a privatização e que ajuda a apagar a memória das experiências de luta e a desfigurar a consciência dos direitos. Enfim, um discurso que, durante mais de uma década, combinado com práticas repressivas, ajudou a impedir o surgimento de espaços públicos, de espaços interativos, de contextos comunicativos, nos quais os trabalhadores pudessem tomar consciência da opressão, da exploração, da expropriação e da exclusão a que foram submetidos, espaços através dos quais os trabalhadores pudessem se perceber como sujeitos políticos portadores de direitos e de capacidade para alterar os rumos da sociedade²⁰.

Desse modo, fechando os canais de participação existentes, pela força, e impedindo a abertura de novos, com a imposição de um discurso encobridor e de uma normatividade castradora, os setores dominantes da sociedade, respaldados pelo governo militar, conseguiram não só evitar as transformações defendidas pela Frente Única e pelas Ligas Camponesas como **também** implementar uma política de desenvolvimento econômico altamente excludente. Uma política de desenvolvimento que propiciou a modernização tanto da indústria quanto da agricultura, mas ao custo de submeter o campesinato à expropriação, a classe trabalhadora a uma crescente pauperização e a economia a um intenso processo de internalização²¹.

²⁰Essa questão foi brilhantemente analisada por TELLES, Vera da Silva. **A experiência do autoritarismo e práticas instituintes - os movimentos sociais em São Paulo nos anos 70**. Dissertação de mestrado apresentada ao Dep. de Ciênc. Sociais da Fac. de Filosofia, Letras e Ciênc. Humanas da USP em 1984.

²¹Ver a respeito, respectivamente: MARTINS, J. de Souza. **Expropriação e violência**, Hucitec, São Paulo, 1980 e **Os camponeses e a política no Brasil**, Vozes, Petrópolis, 1981; PAOLI, M. Célia P. M. **Desenvolvimento e marginalidade**. Pioneira, São Paulo, 1975; SILVA, Adroaldo M. da e SCHOR, Silva M. "A internacionalização da economia brasileira", in RATTNER, Henrique (org.). **Brasil 1990: caminhos alternativos do desenvolvimento**, Brasiliense, São Paulo. 1979, pp. 32-47.

A modernização da agricultura se deu através da substituição dos métodos tradicionais pelos industriais de produção, isto é, pela mecanização e tecnificação da lavoura, potencializando a produtividade do trabalho e, conseqüentemente, liberando mão-de-obra, sem medidas preventivas. Havia, é claro, as zonas pioneiras (de expansão), onde o governo poderia ter desenvolvido projetos de colonização para assentar esses camponeses expropriados, como aliás estava previsto no Estatuto da Terra, mas, ao invés disso, a política adotada para essas áreas teve como objetivo beneficiar grandes grupos econômicos que passaram a receber subsídios e incentivos fiscais para a implantação de empresas industriais e agropecuárias nessas regiões. Com isso, o enorme contingente de camponeses liberado pela modernização da agricultura acabou desembocando nas grandes cidades. Só na década de 70, cerca de 15 milhões de pessoas migraram para as grandes cidades. Assim, em menos de três décadas, o quadro de distribuição da população, que era de 70% na zona rural e de 30% na zona urbana, inverteu-se²³. Sumaré, cidade para onde migraram os trabalhadores que deram origem ao movimento em questão, é um caso bastante ilustrativo desse quadro. O município, que em 1970 possuía 23.611 habitantes, atingiu em 1980 um total de 103.113 habitantes e caminha para os 180 mil nos cálculos atuais²³.

Essa mudança drástica no quadro de distribuição da população não ocorreu sem conseqüências sociais graves, pois a modernização da indústria, assim como a da agricultura, também se deu sob bases excludentes. Ela foi efetuada a partir de uma base tecnológica desenvolvida, poupadora de mão-de-obra²⁴. Por isso, apesar de acentuada, a expansão industrial incentivada nas últimas décadas não conseguiu absorver completamente o enorme contingente de migrantes liberado pela agricultura. Além disso, a política salarial adotada, marcada por fortes arrochos, principalmente em épocas de recessão como a do início da década, causou uma compressão progressiva do poder aquisitivo dos trabalhadores, deixando muitos deles sem conseguir satisfazer até mesmo as necessidades mais básicas.

É dentro desse quadro que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra de Sumaré precisa ser situado para que possa ser devidamente

²³ Conforme CENSO AGROPECUÁRIO de 1970 e 1975.

²³ Dados citados por PINTO, G., Estevo e SEGURA FILHO, A. "Rumo a uma terra nova na qual habitará a partilha e a justiça", in *Vida Pastoral*, mar/abr de 1985.

²⁴ MELLO, João M. Cardoso de. *O capitalismo tardio: contribuição crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira*, Campinas, 1975, Tese defendida no IFCH da UNICAMP.

compreendido. Foi diante dessa situação de expropriação, de expulsão, de desemprego e de miséria - criada pelo governo militar e, agora, acentuada pelo governo da Nova República - que esses trabalhadores começaram a se perceber como excluídos, a se dar conta de que seus direitos estavam sendo desrespeitados e a tomar consciência da necessidade de lutar por esses direitos. Mas é preciso levar em conta também que essa percepção e essa consciência - despertadas em parte pela própria vivência de uma situação de exclusão e de privação - só ganhou de fato consistência e amplitude política quando esses sujeitos começaram a discutir os seus problemas no interior de um espaço interativo, mediatizado por um discurso crítico, que permitiu situar essa percepção e essa consciência imediatista num plano mais amplo, em que as relações de poder e os interesses políticos e econômicos dos diversos grupos e classes tornaram-se transparentes.

Da Discussão Política e dos Movimentos Reivindicatórios à Luta pela Terra

O espaço interativo mencionado acima, que contribuiu para a politização dos trabalhadores e para a emergência do movimento de luta pela terra, foi estruturado no final da década de 70 com a fundação de várias Comunidades Eclesiais de Base na região. A criação dessas Comunidades deu origem, de um lado, a um espaço onde as pessoas puderam se encontrar para discutir os seus problemas e, de outro, a uma linguagem que lhes permitiu compreender esses problemas dentro do contexto das contradições sociais produzidas por uma política de acumulação excludente.

Os problemas que primeiro ocuparam o centro das discussões realizadas nesse espaço giraram em torno da escassez de infra-estrutura na região (bairros periféricos situados entre Campinas e Sumaré), como a falta de água, luz, asfalto, ônibus etc. A partir dessas discussões, marcadas pela contestação da atuação do governo municipal e pela afirmação de direitos, surgiram vários movimentos reivindicatórios que tiveram como objetivo exigir da Prefeitura a realização desses serviços básicos.

Esses movimentos reivindicatórios, por sua vez, proporcionaram a aquisição de uma importante experiência política. Com eles, os membros dessas Comunidades aprenderam a se reunir, a fazer manifestações, passeatas, abaixo-assinados, a negociar com autoridades públicas, isto é, aprenderam a se organizar e a lutar por seus direitos. E essa experiência

política levou-os a perceberem a importância de se organizarem também a nível partidário e a fundarem, em 1982, uma base do Partido dos Trabalhadores na região para entrarem na disputa eleitoral.

Com a derrota nessa disputa eleitoral, os líderes dessas Comunidades direcionaram suas preocupações para a criação de uma Horta Comunitária. Essa Horta teve três objetivos básicos: primeiro, ser uma fonte de renda para algumas pessoas que se encontravam desempregadas; segundo, beneficiar os membros dessas Comunidades com preços mais baixos do que os de mercado; terceiro, tornar-se um elo capaz de manter essas Comunidades organizadas politicamente. Diante da dificuldade de atingir esses objetivos foi que surgiu, ainda durante o ano de 1983, a idéia de se organizar um movimento para a conquista de terra. Idéia que foi estimulada também pela multiplicação do número de conflitos pela posse de terra (especialmente nos Estados do Sul, onde surgiu o Movimento Sem Terra) e pela retomada da discussão pública e respeito da Reforma Agrária e do uso social da terra.

O movimento de luta pela posse de terra em questão surgiu, como fica claro a partir desse quadro, dentro de um contexto de lutas e de intensa atividade política. Ele nasceu dentro de um espaço, criado pelas Comunidades de Base, que tornou possível a realização de vários movimentos reivindicatórios, a estruturação do Partido dos Trabalhadores na região e a criação de uma Horta Comunitária. Um espaço interativo que permitiu o restabelecimento do processo comunicativo devolvendo a capacidade de expressão e de manifestação aos trabalhadores emudecidos pelo regime militar. Um espaço comunicativo onde se desenvolveram experiências pedagógicas que tornaram visíveis as relações de poder e os conflitos sociais. Enfim, um espaço mediado por concepções e por valores que contribuíram para a tomada de consciência de estados coletivos de privação, para a reelaboração da noção de direitos instituída e para a afirmação de sujeitos coletivos capazes de ação.

O processo de conscientização que ocorreu dentro desse espaço interativo pode ser entendido, como procuramos mostrar no trabalho apresentado como Dissertação de Mestrado, de acordo com a tese de Rouanet, segundo a qual a falsa consciência é produzida por práticas sociais autoritárias que acarretam a contração do espaço público e pode ser superada mediante a reabertura desse espaço público e sua expansão gradual. Esse processo de falsificação da consciência, segundo Rouanet, pode ser compreendido a partir da teoria freudiana das defesas. Pois são elas que, mobilizadas por exigências sociais castradoras, acabam interferindo no trabalho da percepção, do pensamento e do imaginário, e impedindo que o indivíduo tome plena consciência da realidade que o

cerca. Esse processo ocorre em nível da linguagem pois ele é provocado basicamente pela supressão das interpretações lingüísticas consideradas nocivas para o sistema de poder e pela inculcação de outras despolitizantes; o que produz uma deformação sistemática do processo comunicativo, impedindo a tematização discursiva das normas e instituições vigentes e desqualificando os indivíduos para a prática da palavra, da política, da democracia e da cidadania. E somente a retomada da livre comunicação, que só pode ocorrer no âmbito de espaços públicos isentos de repressão, tem condições de propiciar a superação dessa falsa consciência²⁵.

Essa concepção sobre o modo como se dá a falsificação da consciência e sua superação é importante para a compreensão não só do processo de conscientização que antecedeu a emergência do movimento de luta pela terra mas também do que permeou o seu desenvolvimento.

Da Consciência dos Direitos à Identidade Social

Em geral, um movimento não se inicia quando ele se torna publicamente conhecido em consequência de atitudes que, na maior parte das vezes, tem justamente essa finalidade: chamar a atenção da opinião pública e das autoridades governamentais. Ao contrário, esse momento freqüentemente representa o estado de maturidade do movimento e é precedido por etapas preparatórias que o tornam possível. No movimento em questão, podem ser distinguidas, *grosso modo*, três etapas preparatórias: a) de formação do grupo, b) de conscientização e c) de preparação para a ação.

Segundo depoimentos das lideranças, o objetivo central perseguido na primeira etapa de formação do movimento consistiu em levar os trabalhadores a se identificarem como grupo. Como em outros movimentos sociais, também no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra de Sumaré, essa identidade coletiva se desenvolveu a partir da descoberta de uma carência comum, ou melhor, de um estado de carência comum, no qual a impossibilidade de acesso à terra figurava como característica principal. Essa descoberta ocorreu quando os trabalhadores começaram a perceber, através das discussões realizadas no espaço criado pelas Comunidades, que possuíam não só problemas semelhantes mas também origens semelhantes, isto é, quando começaram a se dar conta de

²⁵ ROUANET, Paulo S. *A razão cativa: as ilusões da consciência de Platão a Freud*, Brasiliense, São Paulo, 1985.

que, além de terem em comum o fato de estarem desempregados e vivendo sob um avançado estado de miséria, eles também compartilhavam a particularidade de serem ex-camponeses excluídos do campo. É importante sublinhar que as discussões realizadas a esse respeito foram fortemente estimuladas por algumas leituras da história do povo hebreu, o qual encontrou no resgate de sua origem e de sua terra natal uma forma de se livrar da opressão e da exploração a que estava submetido no Egito.

Em seguida, na medida em que essa situação de privação e de exclusão foi, em meio a um processo de conscientização, entendida como injusta, os trabalhadores deram um passo decisivo para a afirmação do direito de acesso à terra. Para mostrar a injustiça dessa situação, os líderes, atuando como agentes pedagógicos, utilizaram desde textos bíblicos até interpretações críticas do processo migratório e da política excludente de distribuição de rendas.

A leitura de textos bíblicos (como Gênesis, 1, 23-30) e de documentos da Igreja, como o de Itaiçi, que concebem a terra como bem natural, isto é, como uma dádiva de Deus concedida a todos os homens sem discriminação, ajudou os trabalhadores não só a definirem o acesso à terra como um direito justo e legítimo, mas também a questionarem o modelo agrário vigente e a defenderem o "uso social da terra".

Mas a afirmação desse direito de acesso à terra ganhou muito mais força na medida em que os trabalhadores - através de discussões, debates, palestras, jornais e de cursos especiais - começaram a tomar consciência de que tanto o estado de miséria a que chegaram quanto a migração para a cidade que realizaram foram determinados por uma política de desenvolvimento altamente excludente. E, considerando que direitos são bons motivos para a afirmação de identidades grupais, quanto mais clara se tornou a consciência desse direito, maior se tornou a força que já atraía os sujeitos em questão²⁶.

Além da consciência da comum situação de carência e do direito de acesso à terra, a concepção de sociabilidade que orientou todo esse processo de conscientização também foi fundamental para os trabalhadores se perceberem como grupo. Articulada num discurso político-religioso, a concepção de sociabilidade que predominou nas discussões teve como eixo

²⁶A questão dos direitos enquanto elemento identificador e mobilizador tem sido apontada por vários autores. Ver, entre outros: DURHAM, Eunice R. "Movimentos sociais: a construção da cidadania", in *Novos Estudos Cebrap*, (10): 24-30, out. de 1984; GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*, Vozes Petrópolis, 1987; BARSTED, Leila de A. "Legalidade e conflito social: uma análise das práticas e representações sociais sobre o direito", in: ROSA, F. A. de M. *Direito e conflito social*, Zahar, Rio de Janeiro, 1981, pp. 93-110.

a valorização das iniciativas de cunho coletivo. Noções como as de "povo" e de "comunidade" bem como as de "igualdade" e de "solidariedade" tiveram um papel importante nesse sentido, pois funcionaram como parâmetros a partir dos quais a representação do "nós" ganhou força e sentido.

Outro fator importante nesse processo de afirmação de uma identidade comum foi a própria realização de ações coletivas, como as assembléias, as passeatas, as caminhadas, as ocupações, os acampamentos etc. Essas ações, apesar de terem ocorrido quando os trabalhadores já eram capazes de se afirmar e de agir como grupo, exerceram um papel fundamental nesse processo porque colocaram os trabalhadores diante de situações, como a ameaça de repressão, que os tornaram cada vez mais comprometidos e ligados afetivamente. Além disso, na medida em que provocaram reações dos agentes que estavam do outro lado da luta, como a formação da União Democrática Ruralista (UDR) e a intervenção do Estado, com seu aparato policial-militar por exemplo, essas práticas ajudaram não só a identificar esses agentes - permitindo que os trabalhadores se afirmassem em contraposição a eles -, mas também a tornar os conflitos e as relações de poder legíveis em sua essência.

Essas reações, principalmente as do Estado, mesmo sendo contrárias aos interesses dos trabalhadores, não deixaram de contribuir para a afirmação do movimento porque, no fundo, também representaram reconhecimento social. Entretanto, o reconhecimento mais importante não veio dos adversários, na forma negativa de contra-reação, mas sim dos aliados e da "sociedade", sob a forma de apoio político e material. A Igreja, o Movimento Sem Terra, o Partido dos Trabalhadores e os "grupos de apoio" desempenharam um papel decisivo nesse sentido. O apoio prestado por essas entidades foi fundamental para o movimento poder sobreviver e se afirmar politicamente. Além disso, esse apoio foi importante também para a auto-afirmação de cada um dos participantes, pois ele contribuiu para o reconhecimento das pessoas num plano público, levando-as a se auto valorizarem e a tomarem consciência da sua qualidade de sujeitos.

A Igreja, o MST e o PT não se limitaram, entretanto, a prestar apoio político e não contribuíram apenas indiretamente na afirmação da identidade do grupo. Na verdade, eles exerceram uma forte influência na afirmação dessa identidade pois participaram ativamente no processo de socialização política dos trabalhadores, impondo de certo modo as suas concepções de mundo. Daí o fato de ter se desenvolvido uma identidade meio ambígua, isto é política-religiosa.

Do Aprendizado à Luta Política

Enquanto espaços de socialização política, as Comunidades que deram origem ao movimento e, depois, o próprio movimento, permitiram aos trabalhadores não apenas a tomada de consciência de seus direitos e a afirmação de uma identidade coletiva, mas também o aprendizado prático de que a conquista dos direitos depende da luta política, da ação coletiva e, portanto, da iniciativa, da participação, da união e da organização. Esse aprendizado levou os trabalhadores a descobrirem o seu potencial de transformação e a se perceberem como sujeitos de sua própria história.

Através desse aprendizado eles descobriram que criar situações de falo, como ocupar uma propriedade improdutiva, era um modo eficaz não só de tornar públicas as suas reivindicações e demonstrar a vontade e a necessidade de possuir terra, mas também de denunciar a excessiva concentração de propriedade da terra e de obrigar o Estado a se posicionar e a intervir. Por isso, cada grupo passou pelo menos três ou quatro meses se preparando para poder tomar uma atitude como essa, que demanda muita obstinação, organização e clareza dos objetivos e das dificuldades que serão enfrentadas. Uma das preocupações mais importantes durante esse processo de preparação foi a de formar várias comissões de trabalho para dividir as responsabilidades e tornar o grupo organizado e capacitado para resolver os diversos problemas do movimento, tais como os de recursos financeiros, saúde, alimentação, relação com a imprensa, negociação com o Estado etc.

O Grupo I, composto inicialmente por 47 famílias, ao contrário dos outros que se formaram depois, não chegou a tentar uma negociação com o governo antes de realizar as ocupações mencionadas no início deste texto. Quando os trabalhadores se sentiram preparados, partiram logo para a ocupação no dia 4 de novembro de 1983, que não foi bem sucedida pois, ao invés de ocuparem a parte da Fazenda Tamoio penhorada pelo Estado, como havia sido planejado, eles ocuparam outra não penhorada e acabaram sendo afugentados pelos jagunços da Fazenda. Assim, dali partiram para outra ocupação em Araras, no Horto Florestal da Estação de Loreto, de propriedade de Ferrovia Paulista S/A (Fepasa), onde havia um projeto de assentamento do governo estadual. Essa segunda ocupação também resultou em expulsão, mas serviu para ganhar força política e abrir um canal de negociação com o governo do Estado, que se viu pressionado a negociar com a Fepasa o assentamento dessas famílias no Horto Florestal de Sumaré.

O Grupo II, formado por 38 famílias, antes de ocupar 227 ha de propriedade da Fepasa abandonados há mais de 50 anos e situados na divisa de Campinas com Sumaré, dia 17 de maio de 1985, tentou por várias vezes, sem sucesso, negociar essa área com o governo do Estado. A ocupação teve como objetivo forçar o Estado a agilizar as negociações com a Fepasa, pois os trabalhadores perceberam que estava faltando determinação do governo. Dez dias depois, entretanto, os trabalhadores foram retirados do local por força policial em cumprimento a um mandado de reintegração de posse impetrado pela Fepasa. Mas, cientes da necessidade de manter o grupo coeso e mobilizado para não perdera força adquirida, os trabalhadores decidiram acampar ao lado da propriedade da qual foram expulsos, onde permaneceram quase três meses até conseguirem, em função de constante pressão, a autorização para cultivar a terra e a formulação de um documento no qual o Estado se comprometia a assentá-los num terreno maior. Essa pressão foi exercida nas audiências que conseguiram com o Incra, com a Secretaria de Agricultura e, principalmente, através das manifestações públicas realizadas: uma passeata no centro de Campinas no dia 24/06/85, outra em São Paulo no Dia do Trabalhador Rural (25/07/85) e uma ocupação da Sede da Secretaria de Agricultura no dia 07/07/85.

O Grupo III, por sua vez, constituído por mais de 100 famílias, também se utilizou da ocupação para forçar o governo a tomar decisões no sentido de atender as suas reivindicações. Esse recurso foi utilizado, tal como fez o Grupo II, depois de várias tentativas de negociação com o governo, o qual apegou-se aos argumentos de que não havia terras públicas ociosas e de que era preciso aguardar a aprovação dos Planos Regionais de Reforma Agrária, programados para entrar em vigor a partir de 1986. A ocupação ocorreu no dia 01/11/85, no Instituto de Zootecnia de Nova Odessa, de propriedade da Secretaria de Agricultura. A intenção não era propriamente conseguir o assentamento nessa área, mas sim obrigar o governo a encontrar uma solução. Contudo, em poucos dias os trabalhadores tiveram que desocupar o local para não serem despejados. E, para evitar então desarticulação do grupo e a perda do poder de pressão, eles decidiram acampar às margens da Rodovia Anhanguera em Campinas, no "Trevo da Bosch", de onde quase foram expulsos pela Dersa. O acampamento durou até que a pressão sobre o Estado atingiu o seu ápice com a Caminhada que o grupo realizou de Campinas a São Paulo através da Rodovia Anhanguera. Iniciada no dia 1 de março de 1986, a Caminhada durou quatro dias num percurso de 100 km e foi o passo decisivo para o grupo conseguir o assentamento, que ocorreu poucos dias depois em Porto Feliz.

Depois de mais de um ano de espera pelas providências do governo estadual e pelas medidas do Plano Regional de Reforma Agrária, sem nenhuma solução à vista, não restou outra alternativa ao Grupo IV senão a de seguir os mesmos passos dos outros grupos. No dia 02/11/87, mais de 300 famílias deslocaram-se até Promissão para ocupar a Fazendas Reunidas, que já se encontrava em processo de desapropriação. Mas, como a ocupação e as constantes reuniões com o governo não foram suficientes para a realização de um acordo, os trabalhadores resolveram repetir a atitude do Grupo III: realizaram uma Caminhada de Limeira a São Paulo. Durante a Caminhada, que durou nove dias, os trabalhadores realizaram vários atos públicos nas cidades em que pernoitaram. Quando chegaram à São Paulo, no dia 07/04/88, realizaram outro ato público que contou com a participação de várias entidades. O sucesso da Caminhada pôde ser sentido no dia seguinte, quando em reunião com o governador conseguiram cesta básica de alimentação para todas as famílias e uma parte da terra reivindicada.

Os sucessos dessas práticas coletivas adquiriram um grande valor pedagógico, ajudando a fortalecer a consciência de que a união e a organização são as principais armas na luta pela conquista dos direitos. Isso levou os trabalhadores a se manterem unidos e organizados mesmo depois de terem conquistado a terra. De que modo? Através da organização coletiva do trabalho e da posse da terra, da criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sumaré e da criação de uma Comissão Estadual de Assentados²⁷.

O desenvolvimento dessa consciência e dessa capacidade para a prática política ocorreu - é importante sublinhar para finalizar - graças à existência de um espaço público onde os trabalhadores puderam se encontrar, se comunicar e entrar em contato com interpretações que tornaram visível o caráter excludente de suas condições sociais de vida e que lhes permitiram compreender a necessidade de lutar conjuntamente para mudar essas condições.

²⁷ Para maiores detalhes, ver a Dissertação já citada no início desse texto.

Reforma Agrária para Quem? Discutindo o Campo no Estado de São Paulo

Bernadete de Castro Oliveira*

Em relação à política agrária, o Plano Verão significou uma etapa conclusiva no processo de contra-Reforma Agrária pelos setores governamentais. A extinção do Mirad desvinculou da esfera federal os canais de reivindicações dos trabalhadores e entidades, retirando junto com este órgão recursos e planos que estavam destinados a atender às necessidades mais urgentes dos trabalhadores no campo.

A transferência das questões da terra para o Ministério da Agricultura impede a ação direta do Governo nos conflitos, permitindo que o confronto seja tratado entre as partes interessadas como medição de forças - proprietários de terra e trabalhadores rurais. Isso reforçou os setores de direita a tomarem em suas mãos a solução dos problemas no campo, formando frentes anti-reformistas e paramilitares.

As ações devem ser definidas na esfera estadual, por governadores que estão comprometidos com a política atual de concentração da terra, de exclusão do trabalhador rural das decisões econômicas e de repressão aos movimentos no campo.

A economia brasileira em geral, e do Estado de São Paulo em particular, está organizada sob o capitalismo monopolista, o que significa um controle sobre a terra, a produção e a circulação de mercadorias, submetendo os trabalhadores aos capitalistas e proprietários de terra, impedindo assim que estes trabalhadores tenham direito aos frutos de seu trabalho.

No campo, a concentração da propriedade de terra não tem correspondido a um aumento da capacidade de produção, mas tem

* Aluna de Pós-Graduação em Antropologia Social FFLCH-USP.

aumentado o poder dos proprietários de tomarem para si grande parte da riqueza criada pelos trabalhadores - explorando o trabalho com baixos salários, se apoderando dos produtos agrícolas a baixos preços e especulando com a terra.

Outra característica da agricultura paulista está no que diz respeito à utilização da terra que tem mostrado a expansão de culturas subordinadas à indústria (cana, laranja, soja, algodão, mandioca, etc...), recebendo financiamentos e fazendo parte dos programas especiais do governo. Assim, grande parte dos investimentos são destinados aos setores que se ligam à indústria e/ou exportação, e não se voltam para a produção de alimentos para atender ao mercado interno.

O caráter monopolista da agricultura, impede a participação mais ampla dos produtores nos programas de assistência técnica, crédito bancário, de comercialização, (o que poderia contribuir para um aumento da produção e da produtividade), descapitalizando o campo, e **canalizando** o lucro para setores da agricultura e indústria não comprometidos em atender as necessidades da população.

O desenvolvimento da agricultura se fez de forma complexa, obedecendo a dois eixos fundamentais, e que muitas vezes se combinam, mostrando um processo desigual nesse desenvolvimento:

a) A subordinação da renda **da** terra ao capital - através da agricultura familiar/indústria ou a pequena agricultura aos grandes grupos atacadistas. Também a pequena produção sujeita ao capital financeiro (bancos), através do crédito agrícola, representa um exemplo desse processo;

b) Aumento da exploração sobre o trabalho no campo, tendendo a um crescente assalariamento, ao mesmo tempo que se recorre às **formas** mais variadas de extrair do trabalhador maior taxa de **mais-valia**, utilizando desde o trabalho de menores até o esquema de "barracão" nos canaviais, na região de Ribeirão Preto (Sertãozinho-SP), que utiliza o migrante temporário vindo de outros estados.

Essas características do desenvolvimento capitalista no campo continua, como um processo de maior concentração da propriedade da terra, com maior centralização dos capitais, aumentando seu controle sobre setores da agricultura, havendo monopólio de vários produtos agrícolas.

Esse modelo de desenvolvimento capitalista levou a uma mobilidade interna muito grande por vários segmentos da população (êxodo rural-urbano, rural-rural etc), aumentando as correntes migratórias em direção ao Norte e Centro-Oeste do país, bem como para países vizinhos (Paraguai, Bolívia etc).

Através de atrativos econômicos e financeiros, as elites dominantes estimulam grupos privados a participarem do processo de concentração de terra transformando-a em reserva de valor e de especulação.

Os incentivos fiscais oficiais são destinados essencialmente ao médio e grande proprietário, levando-os a modernizar a produção e tornando-a competitiva no mercado internacional, uma vez que os incentivos se destinam a produtos de exportação.

Simultaneamente se nega ao pequeno proprietário, posseiros, meeiros e outras categorias de agricultores, o acesso a uma política agrícola que fixe o homem na terra, especialmente aos recursos financeiros oficiais e incentivos, assim como se nega a infra-estrutura necessária a uma produção mais eficiente, voltada para o mercado interno.

A estrutura agrária do Estado de São Paulo evidencia a predominância das pequenas propriedades num total de 87% do nº de estabelecimentos correspondendo a 26% da área total. Os estabelecimentos médios (12%) ficam com 45% da área; e os 29% restantes da área total correspondem a 1% do nº dos estabelecimentos, isto é, 1% das propriedades tem para si mais de 1/4 da área total do Estado.

Tabelas 1 e 2 - Estrutura Fundiária - Estado de São Paulo.

Tabela 1 - Número de Estabelecimentos Agrícolas no Estado de São Paulo Segundo Classe de Área - 1975 a 1985.

Classe de área (ha)	1975	1980	1985	%
-10	97.734	96.416	100.834	36%
10 a 100	143.400	139.510	143.992	51%
100 - 1000	34.377	34.517	35.389	12%
1000 e mais	1.819	2.108	2.621	1%
Total	278.349	273.187	283.295	100%

Tabela 2 - Área ocupada pelas propriedades agrícolas no Estado de São Paulo segundo classe de área - 1975 a 1985.

Classe de área (ha)	1975	1980	1985	%
-10	499.405	481.956	436.466	2 %
10-100	4.533.135	4.716.661	4.883.506	24 %
100-1000	9.805.848	9.160.400	9.295.125	45 %
1000 e mais	6.117.850	6.795.891	5.781.448	29 %
Total	20.555.588	20.181.000	20.445.547	100 %

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário.

A Diversidade de Relações de Trabalho no Meio Rural

As relações sociais no campo se caracterizam por uma diversidade muito grande no Brasil, constituindo formas diferentes de enfrentamento com o capital.

No Estado de São Paulo, onde se acha concentrada a indústria do país, a agricultura se revela através de categorias sociais muito distintas. Uma característica do Sudeste quanto ao meio rural é que apresenta uma quantidade considerável de pequenos proprietários, cada vez mais dependentes do mercado, livres das formas de dependência estabelecidas pelos antigos coronéis, mas diante da terra já na condição de mercadoria. Isto trouxe novas relações que não são mais as dos ocupantes, moradores etc, que ainda existem em outras regiões. Em São Paulo, o trabalho anteriormente executado por escravos nas fazendas passa pelo colono, por camponeses livres que colaboraram na abertura de novas fazendas, e em muitas regiões do Estado constituindo o regime de parceria. Evoluindo também para formas de trabalho assalariado, disponível à grande lavoura, ou para as cidades do interior como mão-de-obra disponível ao trabalho temporário. Uma parcela também se destinou à capital para o trabalho na indústria e serviços. (MARTINS - 1981; 63-67).

Essas transformações nas relações de trabalho foram acompanhadas por transformações na composição do capital na agricultura, representado pelas composições das classes dominantes que se assenhorraram da terra. Transformando o proprietário de escravos em proprietário de terras, e unindo depois em uma só pessoa proprietários fundiários e empresários (dos setores industrial, financeiro e comercial).

Atualmente, a identificação em uma só pessoa, de proprietário de terras e empresário, aparece nas usinas de açúcar e álcool. A industrialização de cana tem permitido a concentração de terras cada vez maior pelas usinas, ou desenvolvido fortes laços de dependência entre as usinas e fornecedores. Reúne grande massa de trabalhadores assalariados, utilizados sazonalmente para a colheita sob condições que permitem relações trabalhistas que levam à exploração máxima dessa força de trabalho.

O capital industrial em São Paulo estendeu sua ação sobre produtos como laranja, soja, algodão, mandioca, onde mais de 42% da produção dos mesmos é destinada à indústria, atrelando os produtores à empresa. Isto permite uma intervenção na produção, por parte das indústrias, que vai desde a utilização de insumos, sementes, ampliação das áreas de cultivo até a fixação dos preços dos produtos. (OLIVEIRA - 1980; 6 e 7).

Esse monopólio sobre a produção ocorre também pelo controle da comercialização, onde o destino da produção está voltado para os intermediários (atacadistas ou cooperativas), como: feijão, uva, abacaxi, banana, cebola etc.

Na criação de bovinos, os pecuaristas asseguraram grandes extensões de terra a oeste do Estado, incorporando áreas de lavoura na constituição de pastagens. Expulsando, assim, grandes contingentes de mão-de-obra para outras áreas do Estado ou para Estados vizinhos - Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

A figura do proprietário rentista ainda aparece em algumas regiões do Estado onde a agricultura pequena e média tende a ampliar suas áreas de cultivo, buscando atingir o mercado com produtos comerciais como o amendoim, feijão, algodão, milho etc.

O Estado de São Paulo guarda importância considerável à pequena produção de base familiar: esta ocupava em 1980 o lugar de 52% de trabalhadores familiares, contra 48% de assalariados. É neste setor que o capital financeiro tem agido de forma ampla, apoiado pela política agrícola governamental. Os empréstimos para financiamentos e custeio das lavouras leva a um comprometimento da terra com o banco, fazendo com que o proprietário pague juros anuais, pois a renda que deveria ficar em seu poder é incorporada aos lucros bancários. Mesmo tendo por direito o título de propriedade, ele se torna, de fato, um "arrendatário" do banco, impedindo a capitalização na sua produção.

Devido ao desenvolvimento capitalista na agricultura, profundamente desigual e excludente, proliferam as mais diferentes combinações de relações sociais de produção no campo. Muitos camponeses com pouca

terra são também arrendatários ou parceiros ou vivem do assalariamento de sua força de trabalho parte do ano, ou exercendo outras atividades autônomas.

O Estado de São Paulo mostra uma composição quanto à condição de produtor que varia segundo as regiões. Mantém um crescimento entre 1980/85 quanto ao nº de estabelecimentos e área ocupada por:

arrendatários: nº de estabelecimentos (*aumento* de 2.187 unidades) e área ocupada (*aumento* de 258.463 ha);

posseiros: nº de estabelecimento (*aumento* de 1.820 unidades) e área ocupada (*aumento* de 8.963 ha).

No caso da parceria, no mesmo período, houve uma concentração da área ocupada e diminuição do nº de estabelecimentos: nº de estabelecimentos (*diminuição* de 2.412 unidades) e área ocupada (*aumento* de 163.550 ha).

Os assalariados na agricultura em São Paulo têm representado uma parcela significativa de trabalhadores nas grandes unidades capitalistas (bóias-frias). A luta pelos direitos trabalhistas tem levado a um confronto crescente entre esses assalariados e empresários, exigindo mudanças na legislação e ampliando a margem de negociações salariais e de condições de trabalho segundo interesse dos trabalhadores (como têm feito os bóias-frias das áreas de cana e laranja com os movimentos grevistas). Reforçando, assim, a necessidade de transformação da estrutura sindical, que não atende em sua maioria, às exigências de um contingente populacional que exerce pressões em várias cidades do Estado onde se concentram.

Outras categorias sociais se encontram marginalizadas no Estado, ou por não estarem integradas ao mercado mais amplo, ou por representarem grupos que se distanciam da ação direta e formal da exploração capitalista.

Nestes últimos anos a especulação imobiliária ao longo do litoral paulista tem expulsado grande número de famílias de suas terras, forçando-as a se afastarem da faixa litorânea, impedindo a realização de seu trabalho e sobrevivência: a pesca (e a "roça").

As terras indígenas no Estado de São Paulo representam mais de 4.500 ha espalhadas por vários municípios, inclusive o de São Paulo, algumas demarcadas, outras não, sofrendo a ameaça de invasão por especuladores e não assegurando os limites mínimos de sobrevivência da população.

Outra categoria que tem aumentado numericamente são os trabalhadores rurais sem-terra. É constituído por aqueles que foram expropriados, ou que não tinham terra própria para trabalhar (meeiros, parceiros, pequenos arrendatários, filhos de pequenos proprietários), que resistem ao subemprego, emprego temporário ou assalariamento. No

Nº de Estabelecimentos e Condição do Produtor, Segundo as Microrregiões - SP.

Microrregiões	Condição do Produtor			
	Proprietário	Arrendatário	Parceiro	Ocupante
Alta Araraquarense				
Fernandópolis	4,8	3,3	15,0	4,0
Alta Arar. Votuporanga	1,6	1,3	3,6	1,0
Divisor Turvo-Grande	1,0	1,0	0,5	0,2
Médio S. José Dourados	1,1	1,0	1,4	1,0
Divisor S. J. Dour./Tiete	2,2	1,0	0,6	1,0
S. José do Rio Preto	3,2	1,3	4,0	1,1
Média Araraquarense	2,8	1,3	0,4	0,2
Barretos	1,0	1,4	0,3	0,5
Alta Mogiana	1,2	3,0	0,4	0,3
Açucareira de Piracicaba	1,0	1,3	0,3	0,4
Tatuí	2,5	1,7	0,3	1,3
Sorocaba	2,0	2,2	1,0	1,6
Serra de Jaboticabal	2,7	1,7	2,0	0,2
Ribeirão Preto	1,6	1,8	1,0	0,3
Araraquara	3,2	1,6	1,0	0,4
Jaú	1,6	1,0	0,5	0,1
Rio Claro	1,4	1,2	0,4	0,4
Campinas	2,8	2,4	3,5	1,1
Jundiaí	1,1	1,0	3,2	0,6
Planalto de Franca	1,4	1,0	0,3	0,1
Serra de Batatais	1,3	1,3	1,0	1,0
Depr. Per. Setentrional	2,1	1,8	2,1	0,6
Encosta Oc. Mantiq. Pta.	2,6	1,0	3,4	1,4
Estâncias Hidro. Pta.	2,0	0,5	2,2	1,0
Bragança Paulista	2,7	1,3	1,0	2,0
Alta NE de Araçatuba	3,0	4,6	2,8	0,3
Nova Alta Paulista	4,5	3,7	17,0	2,4
Alta NE de Penápolis	2,5	3,5	3,2	2,0
Bauru	3,2	3,0	5,0	2,0
Alta Paulista	2,6	2,0	2,5	0,6
Alta Soroc. Pres. Prudente	5,0	11,4	1,8	11,0
Alta Soroc. de Assis	2,7	3,7	0,8	2,1
Ourinhos	2,7	1,5	1,3	1,3
Serra de Botucatu	3,4	3,5	1,0	2,0
Campos de Itapetininga	4,7	8,4	5,2	12,2
Vale do Paraíba Pta.	2,4	2,8	0,3	2,6
Paranapiacaba	3,6	4,8	6,6	13,6
Apiaí	1,3	1,5	1,2	9,0
Baixada do Ribeira	2,4	1,4	0,8	7,0
Grande São Paulo	2,1	4,8	0,5	4,0
Alto Paraíba	2,5	1,5	0,5	2,5
Costa Norte Pta.	0,2	0,2	-	1,0
Baixada Santista	0,3	0,4	0,1	2,7
Totais	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Estado de São Paulo, o movimento dos sem-terra tem se caracterizado pelo questionamento da propriedade fundiária, do latifúndio inexplorado ou subutilizado, contrapondo-o a uma outra forma de direito à terra: o trabalho (a terra de trabalho). Negando assim, a função social da propriedade aclamada pelas classes dominantes como sendo aquela que permite o enriquecimento, seja através da produção capitalista ou simples especulação.

Tabela 3: Numero de Estabelecimentos Agrícolas e Área Ocupada Segundo Condição do Produtor - listado de São Paulo.

Condição do Produtor	Nº de Estabelecimentos			Área Ocupada (ha)		
	1975	1980	1985	1975	1980	1985
Proprietário	199.177	187.021	194.059	18.821.503	17.907.734	17.412.953
Arrendatário	29.507	29.194	31.381	948.478	1.267.732	1.526.195
Parceiro	32.292	40.234	37.822	377.579	594.524	712.974
Posseiro	17.373	16.738	18.558	407.968	451.079	460.042
Total	278.349	273.187	2X3.295	20.555.588	20.373.377	20.445.547

Tabela 4: Desapropriações e Assentamentos no período de 1985 - 1988 no Estado de São Paulo.

Desapropriações	Áreas c/Imissão de posse			Assentamentos Efetivados		
	nº de Decretos	Área (ha)	Área (ha)	% Desap.	nº	Área (ha)
20	76.704	15.182	20%	09	37.292	1:608

Fonte: Mirad e Mst

Propriedade Privada e Reforma Agrária

A questão da terra é vista de maneira diferente quando se trata das classes sociais envolvidas nesse processo, De um lado, os proprietários de terra aparecem defendendo seus interesses, enquanto proprietários; para que

seja reconhecido o direito de propriedade. Ao mesmo tempo, como capitalistas, exigem do governo uma política agrícola que os beneficie e caracterize sua propriedade como produtiva - empresa rural. Desse modo, o que estão querendo é o reconhecimento de que a terra é um negócio que gera renda e lucro.

A propriedade privada tem sido um dos pontos cruciais no debate sobre a questão agrária e urbana. A definição de seu caráter social tem sido manipulada pelos interesses dominantes de modo a não esvaziar seu princípio básico - o direito de propriedade. Este direito estabelece as condições em que os indivíduos, ao defenderem os interesses particulares de sua propriedade, aparecem como defensores de interesses coletivos e gerais perante a sociedade como um todo, e como tal, seus direitos aparecem como direitos do Estado sobre os cidadãos.

O estado burguês se sustenta em interesses representados pelos setores das classes economicamente dominantes, que procuram exprimir uma "vontade geral" (como sendo muitas vezes a "vontade nacional") que tem como substrato a propriedade privada.

Não é difícil entender hoje, em nossa sociedade, mediante uma Assembléia Nacional Constituinte (1988), que se aprovem todas as medidas de preservação do direito de propriedade privada com a tutela do Estado no que diz respeito à terra e outros bens.

O desenvolvimento do processo de troca, as formas que se apresentam nas sociedades ocidentais, foram codificadas e integradas pelo direito a uma jurisprudência que toma como base o direito inalienável dos indivíduos à propriedade.

Marx, ao tratar a relação do Direito com o Estado e a propriedade, evoca a figura jurídica do "jus utendi et abutendi", cuja expressão é dada como o direito de usar e abusar, deixando a propriedade dotada de sentido de livre arbítrio, de vontade privada. (MARX/ENGELS, 1974: 96/97).

Essa onipotência do estado burguês sobre a sociedade civil é também uma forma de alienação, que transforma em excluídos a grande parcela dos indivíduos. A natureza privada da apropriação reinscreve os sujeitos na ótica das exclusões, tomando ao longo da história uma regra geral. (BENJAMIM, 1987: 226).

No caso dos camponeses, a luta é feita noutra direção - é uma luta pelas condições de trabalho na terra, numa terra que garanta a sobrevivência e melhores condições de vida e não o lucro.

Nesse sentido, se opõe às relações de mercado enquanto estrutura básica, oferecendo resistência à lógica capitalista de acumulação. O que não quer dizer que, enquanto unidade de produção/consumo, esteja alheia às trocas mercantis, mas que as desenvolve a partir das necessidades e

perspectivas do grupo doméstico. Através dessa negação do valor de mercado, mostra a existência de uma racionalidade que se estabelece a partir de uma sociabilidade, de um direito, de uma moral, que negam princípios capitalistas de produtividade, de rentabilidade que valorizam o capital. Ao contrário, o cálculo econômico no sentido de um empreendimento familiar busca a valorização do trabalho como categoria estrutural das relações de produção. Decorrente disso, os termos "lavoura de subsistência" e "excedente econômico" têm que ser discutidos não do ponto de vista de uma economia de mercado, como normalmente é feito, mas se deve buscar sua definição a partir de características específicas no interior dessas unidades. Unidades que se diferenciam, no tempo e no espaço, das leis gerais de relações de produção determinantes ou globais, e muitas vezes como produtos antitéticos do desenvolvimento geral da sociedade.

Nesse sentido o desenvolvimento das forças produtivas, ao mobilizar esforços na direção de afirmar seus fins práticos, positivos quanto às relações de propriedade no interior da sociedade, gera simultaneamente sua negação. É nesse movimento contraditório do "ser social" e das "coisas criadas" que se deve buscar elementos que orientam novas práticas na direção da transformação.

No Estado de São Paulo a luta tem sido feita em várias frentes: contra a expropriação por aqueles que são pequenos proprietários; pela tomada da terra por aqueles que não a têm; pelo reconhecimento dos direitos dos trabalhadores assalariados agrícolas etc...

Por isso, a defesa da Reforma Agrária tem que ser feita, não seguindo as imposições do governo e das classes dominantes, mas buscando na luta dos trabalhadores do campo o seu significado, levando em conta as diferentes categorias que compõem esse segmento da sociedade.

Bibliografia

- BENJAMIM, W.** - *Obras Escolhidas* - Brasiliense - SP - 1987.
- MARTINS, J. S.** - *Os Camponeses e a Política no Brasil* - Vozes - Petrópolis - 1981.
- MARX, K. e ENGELS, F.** - *A ideologia Alemã* - Ed. presença - Portugal - 1974.
- MTRST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- Balanço da Reforma Agrária em 1988 e nos Quatro anos da Nova República** - texto mimeografado — Secretaria Nacional - SP.
- OLIVEIRA, A. U.** - *Agricultura e Indústria no Brasil* - Boletim Paulista de Geografia - n° 58/1981 - AGB/SP.
- IBGE** - *Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário* - 1985 - RJ - 1987.

O Movimento Camponês de Trombas e Formoso

Ycarim Melgaço Barbosa*

O movimento de Trombas e Formoso foi o maior levante camponês ocorrido no Brasil nos últimos anos, no interior de Goiás (1948/60). Dirigido pelo Partido Comunista Brasileiro, PCB, que queria, ao aproveitar-se de uma situação de luta pela posse da terra em uma área localizada, criar uma guerrilha no campo e expandi-la para o resto do país, na tentativa de implantar uma reforma agrária radical.

Goiás era pouco povoado nos anos quarenta, um imenso latifúndio, fato que possibilitou ao governo de Getúlio Vargas implementar uma política de ocupação dos vazios demográficos no Centro-Oeste. O Estado Novo, na verdade, pretendia uma democratização da utilização da terra nos moldes capitalistas. Assim criou os projetos de colonização para onde deveriam dirigir-se os excedentes populacionais aglomerados nos centros urbanos, sem abalar, portanto, o sistema fundiário da grande propriedade existente no País.

Apenas em 1938 chegam as primeiras estradas no médio norte goiano, alcançando Uruaçu, a Transbrasiliana. Havia primeiro uma estrada de penetração até Corumbá, percorrida por carros-de-boi ou por tropas. Um comerciante de Uruaçu, para ampliar seus negócios, quando prefeito daquela cidade, decide abrir uma estrada até Corumbá. Posteriormente construíram-se outras estradas ligando Ceres a Uruaçu e a Goiânia. O palco de luta de Formoso ocorreu dentro do Município de Uruaçu (ver mapa) que era muito grande, abrangia quase todo médio-norte.

* Pós-graduando em Geografia Humana na USP.



Frente de Expansão

Em 1941, o Governo Federal, juntamente com o Estado de Goiás, cria a primeira colônia agrícola na cidade de Ceres (Cang). Dá-se início à divulgação de uma propaganda para a ocupação dos vazios demográficos, a famosa "Marcha para o Oeste": "Lavradores sem terra, venham para Goiás trabalhar na sua terra, decida pelo Governo". Doavam terras aos lavradores em lotes de 6 a 10 alqueires goianos (um alqueire goiano = 4,5 hectares). Mas o governo doava terras somente nas áreas de colonização e esse fato não ficou muito claro na época. A única concentração populacional encontrava-se no município de Goianésia (Cia. Cafeeira Goiana) de propriedade do capitalista Lunardelli, conhecido em

O governo Getúlio criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) para endeusar o ditador. Desempenhava o papel do SNI hoje.

lodo o Brasil como o rei do café. Adquiriu do fazendeiro Jales Machado, pai de Octávio Lage, ex-governador de Goiás, uma propriedade de mais de quarenta e cinco mil hectares, onde se estabeleceu a exploração da mão-de-obra, nos moldes de produção capitalista com baixos salários e extensa jornada de trabalho.

A estratégia utilizada pelo Estado Novo para direcionar os excedentes populacionais para os vazios demográficos, com o intuito de ampliação do espaço econômico, foi apresentar o problema como sendo de segurança nacional, conforme afirmava Getúlio Vargas: "O Brasil sempre foi alvo da cobiça internacional. No período de entre-guerras as pretensões de utilização econômica dos vazios demográficos brasileiros decorrem da ameaça de uma segunda guerra mundial e das necessidades de abastecer a curto prazo o mercado mundial de elementos e matérias-primas"²⁹.

Exacerbou-se o nacionalismo popular, com ameaças da cobiça externa, e prometeu-se com o aproveitamento da capacidade produtiva das áreas não ocupadas atingir a Amazônia, via utilização progressiva, assim como promete-se o fim dos desequilíbrios regionais. Segundo Vargas "... o sertão, o isolamento, a falta de contato são os únicos inimigos para a integridade do país... A expansão econômica trará o equilíbrio desejado entre as diversas regiões do país, evitando-se que existam irmãos ricos ao lado de irmãos pobres".³⁰

O contingente de camponeses em direção a Ceres intensificou-se a tal ponto que a colônia agrícola ali instalada não sustentava o enorme fluxo migratório. As pessoas chegavam de várias regiões, sobretudo de Minas e do Nordeste e como a Colônia não suportava, pela sua estrutura, o grande número de pessoas, estas dirigiam-se para Uruaçu. O povo foi penetrando e formou-se um núcleo de quarenta mil alqueires, povoando a região de Uruaçu que, ao desmembrar-se de Jaraguá em 1948, passa a ser uma comarca. Nomeia-se José da Veiga Jardim como o primeiro juiz de direito. Este dá início à legalização das terras, mas de forma fraudulenta. A comarca abrangia uma área muito grande com os municípios de Pilar, Itapaci, Porangatu, Aman Leite, até as divisas dos municípios do Paraná e Peixe.

A intenção do juiz de legalizar as terras naquelas áreas atraiu muitos advogados especialistas em questões de terra. Um deles, no entanto, ao lado do prefeito e do juiz, introduziu o "grilo", a legalização de forma fraudulenta. Descobriram que não haviam sido registradas em sesmarias

²⁹ DOLES, Dalízia Elizabeth, M. et alii, op. cit. p. 27. In: **A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas - CARNEIRO, Maria Esperança.**

³⁰ Idem, *Ibidem*, p. 78.

populismo, procurou legitimizar aquelas pressões em torno das idéias nacionalistas³¹.

O pacto populista concretiza-se em Goiás com a eleição de Mauro Borges, filho de Pedro Ludovico, para governador em 1960. Mauro Borges, ao ser eleito pela máquina eleitoral do PSD, encontrava-se comprometido com as forças políticas tradicionais, os grandes proprietários de terra. Numa situação conjuntural propícia, onde as forças populares a nível nacional estão em luta por melhores condições de vida, o Executivo procura utilizar-se do apoio das classes subalternas, através de um plano de governo, o plano de "Governo Mauro Borges" que, na tentativa de legitimar sua administração, abraça a bandeira de uma "Reforma Agrária" controlada a partir de sistemas de colonização.

Num estado eminentemente agrícola como Goiás, a base de apoio popular que se buscou assentou-se principalmente na aliança com as classes subalternas do campo e as promessas decorrentes dessa aliança, fundamentadas na proposta de Reforma Agrária, foram instrumentos utilizados pelo Estado Populista, na busca de legitimação no campo em Goiás. Legitimação que, em última instância, significava a subordinação da classe dominada no campo aos interesses do Estado³².

O Governo Mauro Borges, na tentativa de barrar as decisões da "Reforma Agrária Radical", começou a utilizar da repressão para conter as reivindicações do homem do campo em Goiás, dentro dos limites da legalidade e do projeto de Reforma Agrária do Governo que se apegava à solução pela via colonizatória de pouca expressão. Esta política governamental limitou-se à criação dos combinados agro-urbanos e a distribuição precária de títulos. As promessas de "Reforma Agrária" no Governo Mauro Borges reproduziram, de certa forma, a política do governo Getúlio Vargas, quando instituiu a "Marcha para Oeste", uma vez que o objetivo foi o mesmo, ocupação dos espaços vazios do estado de Goiás, com o intuito de aliviar as pressões sociais e obter o apoio dos homens do campo no desenvolvimento econômico do estado, e as premissas norteadoras de um e outro obedeceram ao mesmo fio condutor, qual seja, fortalecimento do Estado Populista.³³

Para dar andamento à luta armada, o PCB adquiriu armas: fuzis, carabinas e dinamites para destruir as pontes das estradas de penetração na região. O interesse do partido era impedir o acesso ao meio-norte, região

COSTA, Clélia Botelho da. Estado e Luta dos Posseiros de Goiás, Tese de Mest. UFB/1978 - In: A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas - CARNEIRO, Maria Esperança.

Idem, *ibidem*, p. 86.

³³Idem, *ibidem*, p. 88-89.

de Trombas e Formoso, e jogar o guerrilheiro na mata. Nas matas, os guerrilheiros levavam vantagem, pois o PCB tinha a prática de guerrilha do campo, tanto que permaneceram fechados em Formoso oito anos e a polícia nunca conseguiu vencê-los. Isso não significa que a região de Trombas e Formoso tenha-se tornado uma área independente e com governo próprio no interior de Goiás. Esta afirmação constituía a ideologia da classe dominante para justificar as incursões militares em Trombas. Os posseiros não tinham um governo próprio, apenas faziam parte de uma associação de lavradores que tinha o seu líder, José Porfírio, para poderem defender-se da repressão dos latifundiários, do governo, e para manterem a posse da terra.

Depois de eleito, Mauro Borges enviou um agrimensor ao local que dividiu toda a área onde estavam os posseiros (1961). O governo de Mauro desapropriou áreas de latifúndios e indenizou os proprietários, mesmo tendo conhecimento que as áreas haviam sido griladas, para não desapontar os seus correligionários de campanha. Na verdade, Mauro recebeu o apoio dos dois lados: dos camponeses e dos latifundiários.

Em 1962, José Porfírio, já como deputado do PCB, participou do Congresso Regional de Trabalhadores Agrícolas de Goiás, quando recebeu o convite do Governo cubano para uma viagem à terra de Fidel Castro. Em 1963 segue para Belo Horizonte para presidir o Congresso Nacional de Lavradores com representantes de vários estados brasileiros. José Porfírio levou aos colegas de outras regiões a experiência de luta travada em Trombas e da implantação de sindicatos em Goiás.

Com o Golpe Militar de 1964, Porfírio retorna a Trombas pensando na resistência, mas não consegue organizar a luta devido aos conselhos dos camaradas do Partido. Foge, então, numa canoa pelo rio Tocantins em companhia de Geraldo Tibúrcio. Percorreram mais de mil quilômetros com a canoa a remo, indo residir na cidade de Balsas, estado do Maranhão, onde volta novamente à vida de trabalhador do campo.

Descoberto pelas forças de segurança através de seu filho, a Polícia Federal segue para Balsas e faz prisioneiro Geraldo Tibúrcio que **trabalhava** no momento de pedreiro. José Porfírio, na roça, foi avisado a tempo pelos amigos. Foge novamente e retorna para as serras de Trombas na clandestinidade. Toma conhecimento das resoluções do VI Congresso do PCB, que faz duras críticas ao movimento armado de resistência à ditadura militar e aponta caminhos dentro da estrutura do MDB (partido criado no regime militar para fazer oposição à Arena).

Diante dessas decisões tomadas pelo PCB, Porfírio, isolado no interior de Goiás, tenta fundar com o Padre Alípio de Freitas e demais

divergentes da Ação Popular Católica, o Partido Revolucionário Trabalhista, PRT.

Em 1972, Porfírio é preso, quando desencadeia-se forte perseguição militar nos vales do Tocantins e Araguaia, devido à tentativa de diversos elementos do PCdoB de organizarem uma guerrilha no sul do Pará e no norte de Goiás³⁴ (atual Estado do Tocantins). O líder foi processado e condenado por ser um dos fundadores do PRT, que defendia a luta armada. Solto a 7 de junho de 1973, desaparece misteriosamente em Goiânia no dia 9 do mesmo mês.

Bibliografia

1. ABREU, Sebastião de Barros, (1985). *Trombas: A Guerrilha de Zé Porfírio*. Brasília, Ed. Goethe.
2. AZEVEDO, Fernando Antônio, (1982). *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
3. CARNEIRO, Maria Esperança, (1986). *A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas*. Goiânia, Ed. UFGO.
4. MARTINS, José de Souza, (1986). *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópoles, Vozes.

³⁴ **Guerrilha do Araguaia.**

A AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros - é uma entidade civil, sem fins lucrativos, que possui vários objetivos, entre os quais: estimular o estudo e o ensino da geografia, propondo medidas para o seu aperfeiçoamento; promover e manter publicações de interesse geográfico, periódicas ou não; congregar os geógrafos (professores e técnicos) e os estudantes de Geografia do país para a defesa e o prestígio da categoria e da profissão; promover encontros, congressos, exposições, conferências, simpósios, cursos e debates, de modo a favorecer a troca de observações e experiências entre seus associados, bem como com entidades congêneres no Brasil e no exterior; procurar aglutinar e representar a Geografia brasileira e o pensamento dos seus sócios junto aos movimentos da sociedade civil e junto aos poderes públicos.

Apesar de possuir sua sede nacional na cidade de São Paulo — Avenida Prof. Lineu Prestes nº 338, Caixa Postal 64525, Cidade Universitária, CEP 05497, São Paulo - SP -, a Associação dos Geógrafos Brasileiros possui uma estrutura descentralizada, com base nas seções locais (em número de 32 atualmente, mas com novas seções sendo organizadas em diversas outras cidades do país).

DIRETORIA EXECUTIVA NACIONAL:

Presidente: Ariete Moysés Rodrigues (Seção São Paulo); Vice-Presidente: Lenyra Rique da Silva (Seção Natal); 1ª Secretária: Odete Carvalho de Lima Seabra (Seção São Paulo); 2ª Secretária: Dirce Maria A. de Suertegray (Seção Porto Alegre); 1ª Tesoureira: Maria Clélia Lustosa da Costa (Seção Fortaleza); 2ª Tesoureira: Miriam Claudia Lourenção (Seção São Paulo); Coordenador de Publicações: Bernardo Mançano Fernandes (Seção São Paulo); Ewerton Vieira Machado (Seção Aracaju); Representantes no Sistema CONFEA-CREA: Pedro Costa Guedes Viana (Seção Curitiba), Claudia Vitor Pereira (Seção São Paulo).

Além da Diretoria Executiva, com o objetivo de permitir maior atuação da entidade, compõem a Diretoria ampliada as seguintes comissões: Relações Internacionais: Jan Bitton (Seção Recife); Agrária: Romeu A. de A. Bezerra (Seção Natal); Urbana: Roberto Lobato Corrêa (Seção Rio de Janeiro); Ensino: Nídia Pontuscka (Seção São Paulo); Meio Ambiente: Cláudio Antônio de Mauro (Seção Rio Claro); Pós-Graduação: Zilá Mesquita (Seção Porto Alegre); Geografia Física: Célia Alves Borges (Seção Cuiabá); Assuntos Estudantis: Maria do Céu (Seção Uberlândia).

ENDEREÇOS DAS SEÇÕES LOCAIS

AGB - Goiânia
Depto. de História e
Geografia/UCG
Praça Universitária
74000 - Goiânia - GO

AGB - João Pessoa
Depto. de Geociências - CCEN
Campus Universitário
58000 - João Pessoa - PB

AGB - Limoeiro do Norte
Fac. Filos. "D. Aureliano Matos"
62930 - Limoeiro do Norte - CE

AGB - Londrina
Caixa Postal 6034
86051 - Londrina - PR

AGB - Maceió
R. Dr. José Castro Azevedo, 460
57000 - Maceió - AL

AGB - Manaus
R. Edson Melo, 170
69068 - Manaus - AM

AGB - Maringá
Depto. de Geografia - UEMaringá
Av. Colombo, 3690/Bl.11/sala 10
87100 - Maringá - PR

AGB - Montes Claros
R. D. João Pimenta, 806
39400 - Montes Claros - MG

AGB - Mossoró
Av. Augusto Severo, 115
59600 - Mossoró - RN

AGB - Natal
R. Recite, 63 - Cid. da Esperança
59000 - Natal - RN

AGB - Niterói
Caixa Postal 625 - Centro
24030 - Niterói - RJ

AGB - Porto Alegre
Av. Alberto Bins, 480 - Sala 401
90000 - Porto Alegre - RS

AGB - Presidente Prudente
R. Roberto Simonsen, 305
19100 - Presid. Prudente - SP

AGB - Rio Branco
Depto. de Geografia e História/UFA
BR 364 - Km 04
69900 - Rio Branco - AC

AGB - Rio Claro
Depto. de Geografia - UNESP
Av. 30 n^o 800
13500 - Rio Claro - SP

AGB - Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 633/1910
20071 - Rio de Janeiro - RJ

AGB - Salvador
Av. Sete de Setembro, 1370
40000 - Salvador - BA

AGB - São Luís
R. da Paz, 411 - Centro
Cx. Postal 881
65020 - São Luís - MA

AGB - São Paulo
Caixa Postal 64525
05497 - São Paulo - SP

AGB - Teresina
R. Santa Luzia, 794
64000 - Teresina - PI

AGB - Uberlândia
Caixa Postal 06
38400 - Uberlândia - MG

AGB - Vitória
Av. Fernando Ferrari, s/n^o
CEMUVI VI - Caixa Postal 1463
29000 - Vitória - ES

Comissão Pró-AGB Aquidauana
CEVA - Cx. Postal 135
79200 - Aquidauana - MS

Comissão Pró-AGB Boa Vista
Av. Cap. Júlio Bezerra, 2034/13
69300 - Boa Vista - PR

Comissão Pró-AGB Cabo
R. 55 - Bloco 546/D
54500 - Cabo - PE

Comissão Pró-AGB Campinas
R. Luverdi P. Souza, 381
13100 - Campinas - SP

*Crêterios para Publica o
na
Revista Terra Livre*

A Revista Terra Livre receberá para publica o trabalhos originais e inéditos, de preferência escritos em português, sobre assunto de interesse científico e geográfico, sejam ou não seus autores membros da Associa o dos **Geógrafos** Brasileiros.

Os trabalhos a serem enviados para publica o devem atender às exigências e normas, cabendo ao Conselho Editorial aceitá-los ou rejeitá-los, depois de submetidos   aprecia o de três membros do Conselho.

- 1 - Cada trabalho deverá vir acompanhado por carta de encaminhamento, com nome e endereço do autor.
- 2 - O original e uma cópia do trabalho deverão ser datilografados em espaços duplos e remetidos diretamente ao editor; caso seja rejeitado para publica o, o original será devolvido.
- 3 - Os direitos autorais dos trabalhos publicados são da Associa o dos Geógrafos Brasileiros - Revista Terra Livre, cabendo ao autor receber 3 (tr s) exemplares do não da edi o que contiver um trabalho de sua autoria.
- 4 - Figuras e tabelas deverão ser auto-explicativas. As fotografias deverão ser em preto e branco, não sendo aceitas fotografias coloridas.
- 5 - O Conselho Editorial, antes de qualquer recusa, entrará em contato com o autor, através de parecer técnico-científico no sentido de viabilizar a sua publica o.
- 6 - São aceitas resenhas de livros de interesse científico e geográfico para publica o.
- 7 - Os trabalhos para publica o deverão ser remetidos  :

REVISTA TERRA LIVRE - AGB NACIONAL
Caixa Postal 64525
São Paulo - SP
05497

Este livro foi composto em Times corpo 10 pela PostScript e impresso pela Editora Parma para Editora Marco Zero.

Peça pelo correio o nosso catálogo e conheça os outros livros da Editora Marco Zero.

Atendemos também pelo Reembolso Postal. Editora Marco Zero Ltda., Rua Inácio Pereira da Rocha, 273, Pinheiros, São Paulo, CEP 05432, telefone (011) 815-0093.



Impresso nas oficinas da
EDITORA PARMA LTDA.
Telefone: (011) 912-7822
Av. Antônio Bardella, 280
Guarulhos - São Paulo - Brasil
Com filmes fornecidos pelo editor